UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FRANCINE DE SOUZA SANTOS

TERRITÓRIO TEMBÉ-TENETEHARA: LUTA POR RECONHECIMENTO

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FRANCINE DE SOUZA SANTOS

TERRITÓRIO TEMBÉ-TENETEHARA: LUTA POR RECONHECIMENTO

Trabalho de Graduação Individual apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Agrária

Orientadora: Valéria de Marcos

São Paulo

2016

SANTOS, Francine de Souza.

Território Tembé-Tenetehara: luta por reconhecimento/ Francine de Souza Santos

Orientadora: Valéria de Marcos

Trabalho de Graduação Individual – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2016.

1. Tembé-Tenetehara – 2. Amazônia – 3. Indígenas – 4. Terra Indígena – 5. Questão Agrária – 6. Camponeses e Indígenas

Aos meus pais, que me ensinaram o valor das raízes, da compaixão e da dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Valéria de Marcos, um exemplo de dedicação, professora e mulher que luta cotidianamente por seus ideais. Obrigada por ensinar com todo carinho e respeito, além de mostrar na prática que a pesquisa deve extrapolar a universidade e ser combativa.

Agradeço aos meus pais, Ivonete e Marcelino, que mesmo nas dificuldades me estimularam a estudar e apoiaram todas as minhas decisões. A história de vocês é meu referencial e minha motivação diária. À toda minha família, em especial minhas tias Ilza e Inalda, que sempre foram exemplos de vitória para minha vida. Também à Viviane Cristina por todo apoio, carinho e compreensão nestes anos em que estivemos juntas.

À Jessica Rafaela e Camila Lacerda por trilharem comigo os primeiros e os últimos momentos da graduação, com amizade, respeito e lealdade. Agradeço por me mostrarem que num espaço competitivo como a universidade é possível conhecer pessoas que te ajudam, apóiam e estão sempre ao nosso lado.

Ao Renato de Sousa por ser um irmão e um exemplo para mim. Obrigada pela amizade sincera, por todas as conversas geográficas, por todos os desabafos e pelo companheirismo.

À Floripes Garcia pelos abraços, afagos e conselhos, principalmente nos momentos difíceis da vida acadêmica. Agradeço a todas as nossas conversas e cafés, que me ensinaram sobre a Geografia e ao mesmo tempo o significado do que é trabalhar com amor.

Agradeço a Semana de Geografia e a Prof. Dra. Glória da Anunciação Alves, que apóiam e fazer parte da luta pela escola pública. Aos companheiros de Geografia, e em especial a Lady Aparecida, Laís Anjo, Beatriz Miyazato, Jessica Cristina, Renan Meireles, Léozinho, Fernando Rocha, Juliana Bonfim, Rafael Rodrigues, Ana Clara, Mariana Renó,

Aline Garmes, Ana Marília e Regiane Silva. Também à Alessandra Alves pela amizade que nasceu num campo de Geografia Agrária e será eterna.

Agradeço aos professores do Projeto PROCAD/Casadinho USP/UFPA: Prof. Dra. Goretti Tavares, Prof. Dr. Sérgio Moraes e a Prof. Dra. Cristina Senna, que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Aos professores: Antonio Maria do Museu Emílio Goeldi, Fabiano Bringel e Catia Macedo da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e a Rosiete Santana do Instituto Federal do Pará, que prontamente me auxiliaram e me orientaram enquanto estive neste estado.

Aos pesquisadores que me concederam entrevistas: Rodrigo Lobo (USP), Vanderlucia Ponte (UFPA) e Claudionor Lima (UFPA) que muito contribuíram para as análises desta pesquisa. Ao Coordenador Regional da FUNAI Belém/PA Juscelino Bessa e à todos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

RESUMO

O território Tembé-Tenetehara, localizado entre os rios Guamá e Gurupi no nordeste paraense se constituiu historicamente num espaço de conflito entre indígenas, posseiros, fazendeiros, agroindústrias e madeireiras. Desde o processo migratório que os diferenciou dos Guajajara na região do Pindaré no Maranhão, esta etnia foi influenciada por distintas interações com não-indígenas, sendo muitas destas mediadas por políticas indigenistas atreladas a interesses econômicos, o que impactou no modo de vida e na apropriação do território. Dentro do contexto Amazônico, este território no período militar passou a ser constantemente ameaçado pelo avanço do capital, através dos projetos desenvolvimentistas e de colonização, e pela invasão de posseiros, também expropriados pelo mesmo processo. A sobreposição de interesses e as tentativas de expropriação e exploração, contudo, não foram suficientes para descaracterizar este povo, que se organizou politicamente no anseio do reconhecimento legal através da demarcação da terra indígena.

Palavras-Chaves: Tembé-Tenetehara; Amazônia; Indígenas ; Terra Indígena; Questão Agrária; Camponeses e Indígenas

ABSTRACT

The Tembé-Tenetehara territory, located between the Guamá and Gurupi rivers in northeastern Pará, has historically constituted a space of conflict between natives, squatters, farmers, agroindustries and loggers. From the migratory process that differentiated them from Guajajara in the Pindaré region of Maranhão, this ethnic group was influenced by different interactions with non-Indians, many of them mediated by indigenist policies tied to economic interests, which impacted the way of life and appropriation of the territory. Within the Amazonian context, this territory in the military period was constantly threatened by the advance of capital, through developmental and colonization projects, and by the invasion of peasants, also expropriated by the same process. The overlapping of interests and attempts at expropriation and exploitation, however, were not sufficient to de-characterize this people, who in a organized themselves politically in the longing for legal recognition through the demarcation of indigenous land.

Keywords: Tembé-Tenetehara; Amazônia; Indigenous people; Indigenous Land; Agrarian Question; Peasants and Indigenous Peoples

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Gráfico da quantidade de conflitos por terra entre 2007 e 2015 22

FIGURA 2: Gráfico sobre a Violência contra o Patrimônio indígena (2006 a 2014) 24

FIGURA 3: Mapa das Terras Indígenas Tembé no Estado do Pará 29

FIGURA 4: Gráfico da população Tembé na região da Terra Indígena do Alto Rio Guamá 30

FIGURA 5: Croqui da Aldeia Cajueiro no Gurupi 33

FIGURA 6: Casa Tradicional Tembé: Tapuí 38

FIGURA 7: Ramada 39

FIGURA 8: Festa do Mingau de Moça 44

FIGURA 9: Festa do Moqueado ou da Menina Moça 46

FIGURA 10: Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú da migração do Tenetehara-Tembé 57

FIGURA 11: Mapa das ameaças e pressões na Terra Indígena do Alto Rio Guamá 74

FIGURA 12: Área de sobreposição da RIARG com os assentamentos da CIDAPAR 90

FIGURA 13: Mapa das áreas de desocupação de colonos feita pela FUNAI na TIARG 99

LISTA DE SIGLAS

AGITARGMA	Associação dos Grupos Tembé do Alto Rio Guamá
ANTAPAMA	Associação dos Povos Tupi dos Estados de Mato Grosso, Amapá, Pará e Maranhão
CIDAPAR	Companhia Agropecuária Industrial e Mineral do Estado do Pará
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
RIARG	Reserva Indígena do Alto Rio Guamá
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TIARG	Terra Indígena do Alto Rio Guamá
TI	Terra Indígena
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1: Território indígena na Amazônia: Os Tembé-Tenetehara 16

1.1 Os territórios indígenas na Amazônia 16

1.2. Os Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) 26

1.3 O modo de vida Tembé 36

CAPÍTULO 2: As políticas indigenistas no território Tembé: da colonização a criação da RIARG 51

2.1 Os indígenas como mão de obra 52

2.2 As políticas indigenistas como questão de terras 58

2.3 As políticas indigenistas entre as "novas" formas de expropriação do território indígena 68

CAPÍTULO 3: A resistência Tembé frente as ameaças contra seu reconhecimento 79

3.1 Os impactos dos programas de desenvolvimento econômico e os entraves no processo de regularização da RIARG 81

3.2 O processo de regularização da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) 93

3.3 A luta cotidiana dos Tembé pelo reconhecimento 102

CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

INTRODUÇÃO

O Brasil é constituído por uma diversidade fundiária pouco reconhecida pela sociedade. Quando isso se torna foco de uma reflexão, a questão agrária passa a ser vista com uma amplitude muito maior, pois possibilita que o conflito entre o processo de afirmação territorial de distintos grupos e as políticas de ordenamento, reconhecimento e desenvolvimento criadas pelo Estado ganhem destaque. Segundo Fernandes (2008), a questão agrária deve ser analisada através de dois processos: o conflito por terra e o desenvolvimento rural, os quais não devem ser concebidos separadamente, mas sim como inerentes e simultâneos ao processo de desenvolvimento e avanço do capitalismo no campo.

Indígenas, quilombolas e camponeses buscam manter-se frente à pressão do desenvolvimento capitalista, que se realiza de "modo contraditório e desigual" (OLIVEIRA, 1999; 2004). Isso indica que, além da existência de uma produção por meio de relações não-capitalistas de produção, existem no campo brasileiro populações que estão em conflito com a lógica do capital, mas não fazem parte desta sociedade: os indígenas.

De acordo com Martins (1991), a atual compreensão dos povos indígenas deve considerar que a invasão e expropriação de terras é um dos fatores fundamentais da tentativa de sua descaracterização cultural por parte de parte da sociedade não-índia. "A destruição do espaço do índio destrói também as condições de reprodução do seu modo de ser" (Ibidem, p.135). Por isso, a recuperação das terras expropriadas precisa estar vinculada ao questionamento da legitimidade e do poder dos expropriadores, dos seus interesses de classe e da dominação que exercem através do Estado. Assim, a posse da terra não pode ser o único aspecto a ser considerado no estudo da questão indígena. Trata-se de uma perspectiva que precisa ser ampliada.

A partir desta contextualização, esta pesquisa buscou analisar o processo histórico de expropriação de um lado, e de reconhecimento da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) no estado do Pará, de outro, que pertence aos Tembé-Tenetehara. Além disso, buscou também compreender como, neste processo, ocorrem as relações com não-indígenas, e ainda quais são os impactos produzidos por estas no território da etnia. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (2012), esse estado apresenta um dos maiores índices de invasões possessórias e de exploração ilegal de recursos naturais em territórios indígenas, além de possuir altos níveis de violência no campo. Considerando isto, também se objetivou compreender como o contexto amazônico influenciou o processo de demarcação da terra indígena e as dinâmicas econômicas na região nordeste paraense.

Este estudo foi desenvolvido inicialmente a partir de um levantamento bibliográfico, tendo como finalidade compreender a questão agrária e o processo histórico de reconhecimento das terras indígenas na Amazônia e, em especifico no Pará; a presença e influência indígena neste estado; as principais tensões geradas no processo de demarcação e na luta por reconhecimento do território indígena no Pará e as políticas que impactam as terras indígenas neste estado. Após a definição da área de estudo, realizou-se um aprofundamento dos elementos constitutivos da etnia Tembé-Tenetehara e do seu modo de vida através de estudos antropológicos como o de Wagley & Galvão (1961), Alonso (1996), Sales (1999), Ponte (2014) e Lobo (2015).

Para esta pesquisa foi realizado durante todo o mês de janeiro de 2015 um trabalho de campo no Pará através do projeto PROCAD/Casadinho USP/UFPA. Durante este período se realizou entrevistas com pesquisadores que estudam a questão agrária no Pará, os povos indígenas na Amazônia e da etnia Tembé e também com o coordenador regional da FUNAI/Belém. Com acesso à biblioteca e à reserva técnica do Museu Emilio Goeldi, e às bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA), foi possível produzir um levantamento

das principais publicações sobre a temática pesquisada. A disciplina da pós-graduação *Conhecimentos tradicionais e transformações socioambientais*, ministrada por Professor Dr. Sergio Cardoso de Moraes, oferecida no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), no âmbito do Programa de Pós Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia na Universidade Federal do Pará, cursada durante este período, possibilitou a participação em trabalhos de campo nas comunidades camponesas e caranguejeiras em Quatipuru, e comunidades ribeirinhas em Abaetetuba e Vigia, todas com forte influência da cultura indígena em seu modo de vida.

Devido a decisões internas dos grupos que ocupam a Terra Indígena do Alto Rio Guamá, os grupos tanto do Guamá quanto do Gurupi, não permitem a entrada de pesquisadores quando as lideranças não estão presentes. Durante a estadia no Pará, todas as lideranças estavam participando de uma formação entre as associações que fazem parte, o que inviabilizou entrevistas com a etnia. Este fato demonstra uma reafirmação da força e organização política dos Tembé, que buscam se impor como sujeito e não meros objetos de estudo. Cabe destacar também que, além da aceitação do grupo, o ingresso em Terras Indígenas é regulamentado por normativas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e, sem a formalização do pedido e do aceite, a entrada é impedida.

Buscando desenvolver e apresentar os dados desta pesquisa, este trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro capitulo, denominado *Território Indígena na Amazônia: Os Tembé-Tenetehara*, será apresentado como a constituição da região amazônica esteve diretamente relacionada a interesses econômicos, que foram justificados pela massificação da ideia de "vazio demográfico" e da área como uma reserva de recursos naturais. Além disso, busca-se compreender como esta elaboração determinou a grande quantidade de conflitos por terra, principalmente no Pará, envolvendo comunidades tradicionais e os povos indígenas. Neste mesmo capitulo os motivos da escolha pelo território

serão expostos, juntamente com a localização e os elementos constitutivos da indianidade Tembé, como a estrutura familiar, organização das aldeias, práticas culturais, hierarquia social e situação atual das aldeias na terra indígena.

O segundo capitulo, *As políticas indigenistas no território Tembé: da colonização à criação da RIARG,* aprofundará a importância das políticas indigenistas ao longo da formação do país e do contato entre indígenas e não-indígenas. Estas políticas, considerando Beozzo (1983) e Cordeiro (1999) tiveram duas ênfases: a primeira legitimava e possibilitava a inserção dos indígenas como mão de obra no período colonial; a segunda, a partir do período pombalino, ressaltava o controle territorial destes povos. As políticas de ambas as ênfases influenciaram os Tembé, desde sua estruturação no Pará, na sua apropriação territorial e nas relações com o entorno.

O terceiro e ultimo capitulo: *A resistência Tembé frente às ameaças contra seu reconhecimento,* destaca os impactos produzidos pelo avanço do capital no território Tembé no período militar. Neste momento histórico, os projetos de desenvolvimento econômico e de colonização intensificaram as invasões nesta reserva indígena, criando também áreas de sobreposição de interesses. Contraditoriamente, a ampliação dos conflitos na região estimulou a organização política, que se integrou ao movimento indigenista e elaborou estratégias de controle territorial e fortalecimento das práticas culturais, o que produziu a concretização do reconhecimento legal através da demarcação.

CAPÍTULO 1: Território indígena na Amazônia: Os Tembé-Tenetehara

A Amazônia aparece ainda hoje como uma região a ser explorada. Sendo construída ao longo do processo de formação do território brasileiro como uma área desabitada e de vastos recursos naturais, esta "ultima fronteira" tem sido de modo intenso afetada e alterada pelo avanço do capital. Este processo, que não retrocedeu, mas constantemente se expandiu, alcançou alguns povos indígenas de modo destrutivo. As formas como o capital interfere nestas comunidades foi constantemente alterada desde o inicio da colonização, mas sempre apresentaram um objetivo em comum: o controle do território.

1.1 Os territórios indígenas na Amazônia

Entre todas as formas de controle desta área, que possui aproximadamente 7,5 milhões de km², uma ganhou destaque pela constância e amplitude: a elaboração da região amazônica. Analisando autores que se debruçaram sobre este contexto, observou-se que são citadas com freqüência características homogeneizantes disseminadas em discursos artísticos, políticos e econômicos, que foram essenciais para justificar ações e transformações nesta área. Segundo Gonçalves (2012, p. 12), existe um aspecto em comum entre estas características: todas foram elaboradas pela ótica dos colonizadores e não de seus habitantes, o que já evidencia uma tentativa de subordinação das comunidades locais.

De acordo com o autor citado, as populações desta região desde o período colonial eram vistas como primitivas, indolentes e preguiçosas. Além disso, suas características socioculturais eram consideradas inferiores, o que os incapacitava de sozinhos alcançar o patamar de uma "sociedade civilizada". Essa incapacidade, nesta perspectiva, demonstraria a necessidade do outro, o colonizador, para que estes indivíduos alcançassem um "estágio superior", e assim a exploração era fundamentada. A construção do que hoje se constitui a Amazônia fez parte disso, uma vez que sua delimitação estava diretamente relacionada às

disputas políticas, econômicas e culturais entre seus habitantes e exploradores ao longo de toda da história do país.

Quando se trata da identificação e determinação de uma região é necessário ressaltar a complexa construção política a ela atrelada, razão pela qual as tensões são constantes, principalmente numa área de grande diversidade cultural. De acordo com Gonçalves (Ibidem), embora não tenham sido os habitantes que elaboraram a região amazônica, as relações nas quais se viram obrigados a travar contribuíram para sua constituição. Os limites desta região comumente são associados à abrangência das espécies que correspondem à Floresta Amazônica, mas também podem estar associados ao conceito de Amazônia Legal, instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento econômico e social da região, criado em 1953 pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA)[1] que posteriormente seria substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A delimitação desta área está vinculada aos interesses principalmente econômicos, e constantemente era reafirmada e justificada através da exaltação de características relevantes para a apropriação da região. Considerando o objetivo desta pesquisa, duas imagens sobre a Amazônia serão destacadas: a do vazio demográfico, ou seja, a reduzida distribuição da população amazônica ressaltaria uma vulnerabilidade em relação às potências internacionais e o debate da soberania nacional; e a da Amazônia como uma área de reserva de recursos naturais, o que ressaltaria a finalidade da exploração. (GONÇALVES, 2012)

Ambas as imagens justificam não apenas a atuação dos "de fora" sob a região, mas também uma tentativa de deslegitimar e não incluir os territórios das diversas

[1] A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi resultado da Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953. Esta instituição tinha como objetivos gerais: a) Assegurar a ocupação da Amazônia; b) constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.
Disponível em: < *http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=87*> Acessado em 30/06/2016.

comunidades que ali habitam. Gonçalves (2012) afirma que trata-se da elaboração de um destino à revelia de seus habitantes e uma imagem contraditoriamente construída, “mais uma imagem sobre a região do que da região” (Ibidem, p. 17).

Esta imagem da Amazônia, com determinados contextos políticos e econômicos, que serão analisados nos próximos capítulos, contribuíram para a expansão do modelo de desenvolvimento capitalista. Através do agronegócio, das empresas de mineração e de outras tantas formas, acreditou-se que rapidamente esta área seria subordinada aos capitalistas, e as práticas tradicionais de suas comunidades substituídas pela modernidade.

No entanto, para autores como Gonçalves (2012), Pacheco de Oliveira (2006) e Alonso (1996), isto não ocorreu. Possuindo cerca de 180 povos indígenas, a região apresenta hoje 80% das terras indígenas reconhecidas no país. Além dos indígenas, existem mais de 350 comunidades remanescentes de quilombos, milhares de comunidades camponesas, e estes números anualmente têm aumentado.

Para compreender esta situação contraditória, de acordo com Arruti (1999), é necessário analisar uma associação que por muito tempo foi deixada em segundo plano: a relação entre as questões econômicas e políticas com a questão étnica e cultural. Como o contexto e as dinâmicas da Amazônia demonstram essa associação?

Buscando responder a este questionamento, partimos da ideia da região Amazônica como a “ultima fronteira”. Por ter permanecido, por muito tempo, em sua maior parte preservada, o modelo de desenvolvimento capitalista em busca de sua expansão estaria avançando sobre esta área. De acordo com o sociólogo José de Souza Martins (2014), a fronteira se constituiu no momento em que a frente de expansão da sociedade nacional alcançou os territórios indígenas. Trata-se do ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.

Para este autor (MARTINS, 2014), o avanço do capital sobre a fronteira tem como consequência a exploração e dominação de diferentes grupos que estão em diferentes temporalidades. Ele explica este contexto quando afirma que os territórios indígenas na Amazônia são impactados primeiramente pela *frente de expansão,* composta principalmente por camponeses expropriados em outras áreas e que não foram incluídos economicamente. Posteriormente, empurrando tanto os povos indígenas quanto a *frente de expansão* está a *frente pioneira*, formada pelos "agentes da modernização" e os "agentes da economia capitalista".

Considerando isto, Martins (Ibidem) entende a fronteira como um espaço de coexistência de realidades, temporalidades e níveis de desenvolvimento econômico. Além disso, é um dos raros espaços da sociedade em que a disputa pela definição da linha que separa a cultura da natureza tem visibilidade. Isso ocorre, pois é neste lugar que o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora, por isso vivem em seu limite e no limiar da história.

Sabendo que a lógica e as relações sociais do capitalismo dilaceram e condena o mundo do camponês e do indígena, o constante aumento do número de conflitos na Amazônia aparece como resultado deste processo. A fronteira é expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2014). Por isso, para estudar as comunidades que compõem esta região é preciso, como destacado por Arruti (1999), analisar a relação entre os aspectos econômicos e políticos e os étnicos e culturais.

É neste limite onde os conflitos se dão, que os diversos territórios que compõem a região se evidenciam. Segundo Raffestin (1993, p. 143), território é "um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder". O processo de produção do território está relacionado diretamente com

o sujeito que age sob este e suas interações estabelecidas, por isso revelam uma imagem. Para este autor a imagem, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder. O sujeito quando constrói o território comunica suas intenções e a realidade material por meio de um sistema sêmico. Um exemplo disto é o limite utilizado pelas comunidades para demarcar o território.

Como estas diferentes comunidades amazônicas se relacionam na fronteira? De acordo com Raffestin (1993, p. 150), todos os povos dividiram cuidadosamente o espaço a fim de se distinguir de seus vizinhos. Ele destaca também que não se trata de separar, mas de diferenciar, pois toda prática espacial é induzida por um sistema de ações ou de comportamentos que demonstra uma produção territorial. As "imagens" territoriais revelam a produção e, consequentemente, as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura do território.

A região Amazônica, sendo formada por uma diversidade de comunidades tradicionais e seus territórios, ao ser encarada sobre a perspectiva dos "de fora", legitima uma homogeneidade elaborada para os que desejam explorá-la, não respeitando as populações que ali vivem. O discurso que ganhou amplitude ao longo da história brasileira realça uma imagem sobre os princípios da cultura ocidental e os objetivos do avanço capitalista sob a região, por isso esta pesquisa se debruçou na seguinte questão: De que Amazônia estamos tratando? A Amazônia caracterizada pelos argumentos citados acima ou a que revela as perspectivas dos que historicamente foram marginalizados nesta região?

Ao se deparar com este questionamento, Gonçalves (2012) afirma que primeiramente é necessário considerar os diferentes agentes que atuam na região e entender que todos tentam propor ou impor sua visão do que seja a verdade sobre ela, pois tudo faz parte do jogo de poder que se trava *na* e *sobre* a Amazônia. Devido a isso, ao se estudar os

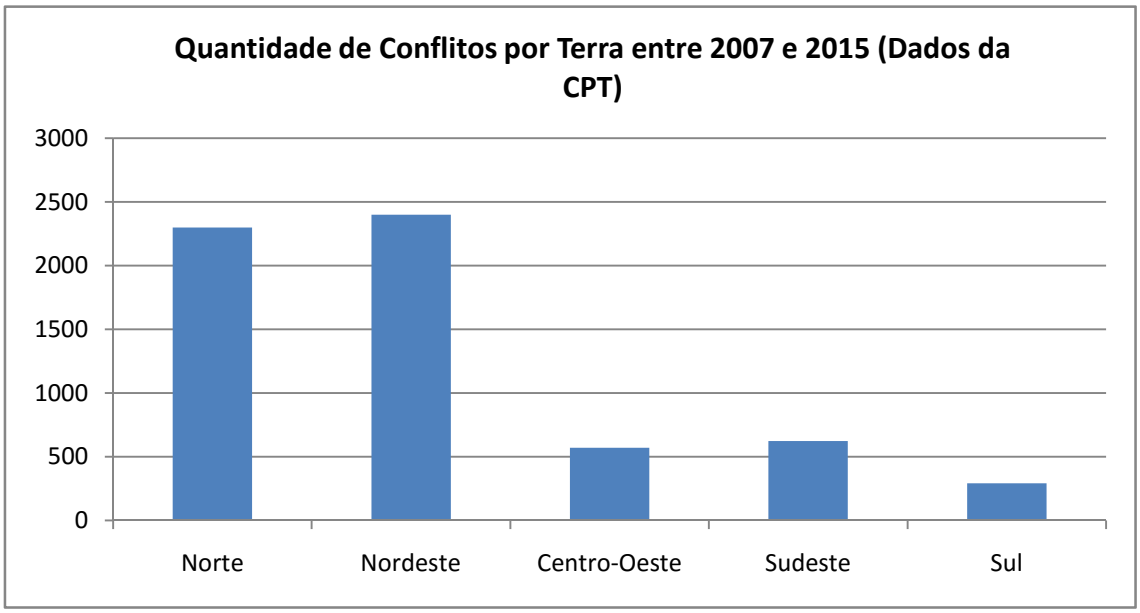
conflitos na fronteira, é preciso compreender as intencionalidades destes agentes e as relações de poder constitutivas do território.

Para Martins (2014), a fronteira é o lugar privilegiado para se observar estes distintos sujeitos e agentes nos seus limites históricos, porque eles também apresentam compreensões de Amazônia, de território e de práticas culturais diferentes. Em acordo com essa diversidade, Gonçalves (2012, p.16) afirma que "não há uma Amazônia, mas várias". Considerando ambos os autores, buscou-se estabelecer e enfatizar uma perspectiva para analisar as dinâmicas e contextos entre as relações em um território.

Nas ultimas décadas, os povos indígenas, descritos historicamente como "inferiores, passivos, atrasados e presos ao tradicional", passaram a se inserir intensamente nas disputas políticas do país. Organizaram-se para lutar por seus territórios, pela posse de suas terras e pelo comprimento de seus direitos, buscando não dissociar o destino dado à natureza dos destinos a serem dados aos homens. A luta destes povos, que não têm visibilidade no contexto nacional precisa ser destacada, juntamente com as contradições em que vivem e as dinâmicas do contexto amazônico, sendo estes os aspectos sobre os quais esta pesquisa visa contribuir.

Buscando entender esta conjuntura conflituosa na Amazônia, analisou-se inicialmente dados estatísticos obtidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão que tem como objetivo dar suporte para a organização dos trabalhadores no campo. Os números divulgados anualmente no *Caderno de Conflitos no Campo*, entre 2007 e 2015, indicaram que o norte e nordeste são as duas regiões que apresentam a maior quantidade de conflitos por terra no Brasil (FIGURA 1). Considerando não apenas camponeses, mas também os indígenas estes dados revelam que ambos historicamente estiveram em conflitos relacionados a disputa, posse, uso e ocupação de terra.

FIGURA 1: Gráfico da quantidade de conflitos por terra entre 2007 e 2015[2]



De acordo com o gráfico, o nordeste apresentou nos últimos anos a maior quantidade de conflitos por terra no Brasil. Esta região, palco do primeiro movimento por reforma agrária no país na década de 1950 chamado Liga Camponesa, também corresponde a área de origem de milhares de camponeses que expropriados avançaram para o norte, o segundo em quantidade, durante o período militar. Este contexto, que será analisado nos próximos capítulos, gerou crescimento do número de conflitos nos estados do norte, onde uma grande parte dos casos está relacionados às comunidades tradicionais e as indígenas.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), atualmente o país possui 703 Terras indígenas (TI), das quais 340 (48,3%) estão localizadas na região Norte. O Conselho Missionário Indigenista (CIMI), que tem como foco o apoio à luta indígena, em seu Relatório: *Violência contra os povos indígenas no Brasil* também apresenta a região como aquela com os maiores índices de conflitos em TI.

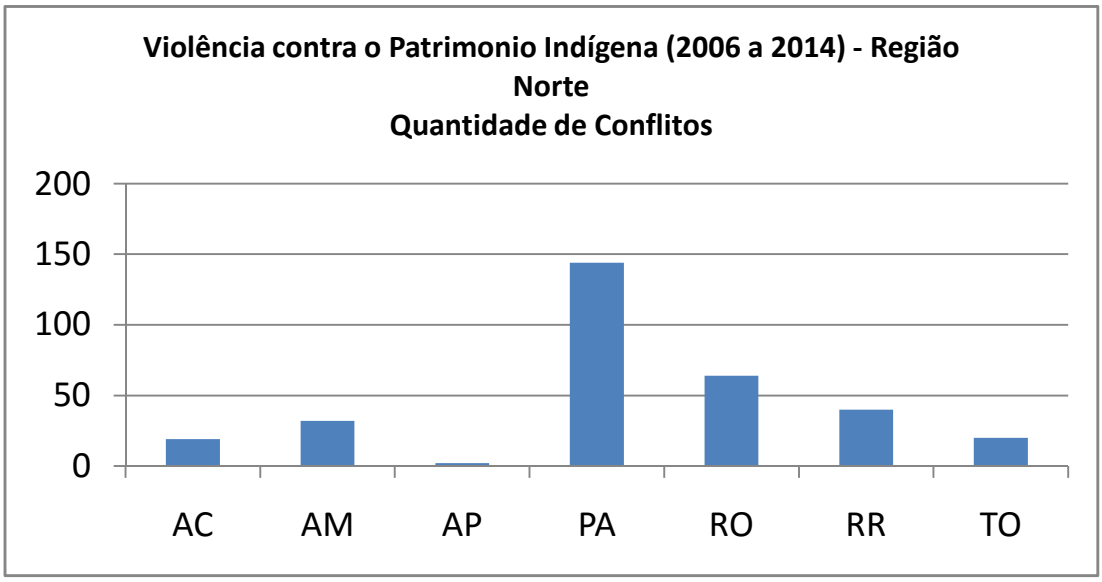
[2] *Gráfico elaborado pela autora utilizando os dados dos relatórios publicados entre 2007 e 2015.
Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.Caderno Conflitos no Campo Brasil. CPT Nacional – Brasil 2015. Goiânia: CPT, 2015

Este relatório do CIMI foi organizado demonstrando o tipo de violência sofrida pelos indígenas: Violência contra o patrimônio; Violência contra a pessoa; Violências provocadas por omissão do poder público e Violência contra os povos indígenas isolados. Considerando a ênfase dada nos próximos capítulos, nos atemos aos dados que fizeram referência à Violência contra o patrimônio que é subdivida em três tipos: (1) Omissão e morosidade na regularização de terras; (2) Conflitos relativos a direitos territoriais; e (3) Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.

Analisando individualmente os estados que compõem a região norte, um se destaca em todos os anos em que o relatório foi organizado: o Pará (FIGURA 2). Apresentando 61 Terras Indígenas, a maioria já homologada[3], as conquistas legais da posse de seus territórios não significaram para os indígenas o fim dos conflitos. Segundo o *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*, elaborado por Filho e Souza (2009), diferentes formas de intervenção no território amazônico têm criado impactos diretos e indiretos nas TIs, situação que ainda poderá ser ampliada ao longo dos anos.

[3] De acordo com a FUNAI, a regularização das Terras Indígenas compreende as seguintes etapas: i) Estudos de identificação e delimitação, a cargo da Funai; ii) Contraditório administrativo; iii) Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça; iv) Demarcação física, a cargo da Funai; v) Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da Funai, realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não-índios, a cargo do Incra; vi) Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República; vii) Retirada de ocupantes não-índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da Funai, e reassentamento dos ocupantes não-índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do Incra; viii) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Funai; e ix) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da Funai.
Disponível em: <*http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53*> Acessado em: 30/06/2016

FIGURA 2: Gráfico sobre a Violência contra o Patrimônio indígena (2006 a 2014) [4]



Diversas correntes do pensamento e leis governamentais tratam os indígenas como populações em extinção, fadadas ao desaparecimento. Considerados povos invisíveis em grande parte da história que se ensina convencionalmente, estes atualmente são vistos como resquícios dos cincos séculos de espoliação e degradação da história brasileira. Monteiro (1999) afirma que a história indígena tem se resumido à crônica de sua extinção, quando na verdade a construção ou recriação das identidades nativas e da solidariedade social muitas vezes se dá precisamente em função das mudanças provocadas pelo contato.

Os conflitos relacionados aos impactos sobre as terras indígenas são históricos, mas têm ganhado novas formas no ultimo século, principalmente devido às conquistas da Constituição de 1988. Esta consagrou o "direito originário" dos povos sobre suas terras, e reconheceu que eles as habitavam antes da formação do Estado Nacional, por isso este direito prevalece em relação a outros. Quando o Poder Público passa a ser obrigado a reconhecer as

[4] Gráfico elaborado pelo autor utilizando os dados dos relatórios publicados entre 2006 e 2014. Fonte: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2006. Brasília: CIMI, 2006

Terras Indígenas por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a gestão e a proteção do território, de acordo com Filho e Souza (2009), se tornam questões de primeira ordem.

Estas conquistas políticas começaram a se estabelecer na Amazônia juntamente com a ampliação dos projetos de infraestrutura, das redes de transporte e de comunicação próximas às TIs, criando interligações que geraram também ameaças e pressões aos indígenas. A expansão do capital, através da construção de estradas e rodovias, dos projetos de hidrelétricas, da expansão da pecuária, da mineração e das atividades madeireiras, que entra em choque com os povos indígenas e estabelecem constantes conflitos.

Em desacordo com os dados da CPT e do CIMI, o Coordenador Regional da FUNAI Belém/PA, Juscelino Bessa, afirma que não existem muitos conflitos em seu estado. Quando questionado sobre o motivo, na entrevista realizada na sede do órgão, ele afirmou que

> [...] pelo estado ser bastante miscigenado, o preconceito é um pouco menor do que em outros lugares, por exemplo, no Maranhão pela presença indígena ser muito mais próxima, você percebe um preconceito mais latente, aqui não. Pelos indígenas estarem um pouco mais distantes não temos. (sic)[5]

A resposta de Bessa revela um outro aspecto recorrente nas discussões sobre a questão indígena no Brasil: o contato entre homem branco, indígenas e negros teria produzido certa homogeneidade no país através da miscigenação. Segundo Schwarcz (1994, p.149), esta argumentação, que se expandiu no Brasil no final do século XIX, produziu uma "imagem de convivência racial pacífica e idílica". Durante minha permanência na capital paraense, em janeiro de 2015, este discurso foi recorrente, principalmente nos principais espaços históricos e turísticos de Belém, a exemplo do Museu do Forte do Presépio, que ressalta a aliança entre indígenas e portugueses para a construção desta edificação. Contudo, será que cotidianamente esta convivência pacifica se concretiza? A miscigenação não poderia também ser utilizada como argumento da extinção dos indígenas no país?

[5] Entrevista realizada com Juscelino Bessa em 13 de janeiro de 2015, na sede da FUNAI-Belém(PA).

Além destas questões, outro importante aspecto é ressaltado por Bessa: o distanciamento dos povos indígenas em relação aos centros urbanos. Segundo ele, quanto mais afastados de áreas de possível interesse econômico, menos conflitos possuem. Para ele a relação entre indígenas e não-indígenas é sempre conflituosas, e quando se localizam próximo as áreas urbanas isto se intensifica. Em entrevista cita como exemplo o caso dos Tembé-Tenetehara, da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG), como sendo determinante para justificar seu posicionamento.

Segundo ele, este grupo, mesmo com a regularização de seu território, sofre constantes ameaças por latifundiários, madeireiros e posseiros. Sendo a terra indígena mais próxima da capital paraense, os interesses nesta área são grandes, por isso é para ele o principal conflito do estado. As recorrentes ameaças sofridas pelos Tembé também aparecem nos relatórios do CIMI, principalmente nos casos relacionados às invasões possessórias e à exploração ilegal. Assim como para a Amazônia, a imagem construída em relação aos indígenas de: preguiçosos, inferiores e incapazes, foi essencial para justificar ações que historicamente foram responsáveis pela exploração e expropriação destes povos.

1.2. Os Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG)

Os Tembé, junto com os Guajajara, fazem parte do povo Tenetehara. Segundo Gomes (2002, p. 47), Tenetehara significa “ser íntegro, gente verdadeira ou povo verdadeiro” e, de acordo com a mitologia desta etnia, o povo Tenetehara é um povo primordial e a encarnação perfeita da humanidade. A distinção entre estes dois grupos – os Tembé e os Guajajara - foi estabelecida por viajantes e naturalistas, que utilizaram como aspecto de diferenciação o deslocamento de parte da população Tenetehara para o Pará, onde passaram a se chamar Tembé, denominação derivada da palavra tupi “timbó”, que significa nariz chato.

Segundo Gonçalves (2010), esta situação também representou para o grupo uma reelaboração da sua autodenominação.

Os Tenetehara pertencem à família lingüística Tupi-Guarani e até hoje ambos os grupos, mesmo com algumas singularidades, são falantes desta língua. Segundo Neves (2015), os Guajajara e os Tembé estabelecem muitos intercâmbios e costumam participar das mesmas festas e rituais. De acordo com Paixão (2010), além da diferenciação vinculada à localização, os Tembé e os Guajajara ao longo do contato com os não-indígenas apresentaram caracterizações distintas. Os Guajajara, devido a diversos ataques contra missões capuchinas no início do século XX, eram considerados violentos, enquanto os Tembé, pelo contrário, sempre foram reconhecidos por estabelecerem relações mais amistosas com os não-indígenas.

Os Guajajara estão situados no estado do Maranhão, ao longo do rio Pindaré, no denominado vale do Turiaçu. Já os Tembé, no Pará, são subdivididos em três grupos: os Tembé Tuwirá, que vivem na região do rio Acará-mirim no município de Tomé-Açu; os Tembé do Guamá e os Tembé do Gurupi. Os dois últimos habitam a Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG), localizada entre os rios Guamá e Gurupi, no limite sudoeste do Pará com o Maranhão.

Os rios são elementos de extrema importância para a localização, estruturação e composição do território Tembé, principalmente para os que habitam a TIARG. Além de definirem espaços históricos e culturais, este grupo também se autodenomina de Y'riwara ("Y" significa água e Y'riwara povo da água), pois suas aldeias estão nas margens dos rios e em seus processos migratórios sempre seguiram os contornos destes. (NEVES, 2015)

Esses três grupos Tembé – os Tembé Tuwirá, os Tembé do Guamá e os Tembé do Gurupi - estão distribuídos em quatro Terras Indígenas homologadas: a do Alto Rio Turiaçu; a Turé Mariquita, a do Rio Acará Mirim e a do Alto Rio Guamá, todas na região nordeste do Pará. Além destas, existe a TI Marakaxi, situada no município de Santa Maria do Pará, que já

passou por identificação e aprovação da FUNAI, mas ainda não foi homologada. Segundo o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI, 1995), Alonso (1996), Paixão (2010) e Ponte (2014), os Tembé do Pará não mantêm e nunca mantiveram estreita rede de relações. Eles afirmam que as interações entre os grupos sempre foram limitadas a encontros entre lideranças realizados apenas quando há discussões de problemas em comum. A limitação entre os grupos Tembé, porém, não significou seu isolamento. Todos eles, independente da TI onde moram, sempre mantiveram relações entre outras etnias e comunidades tradicionais camponesas e quilombolas vizinhas.

A escolha por analisar os grupos que habitam a TIARG deve-se às semelhantes transformações no relacionamento entre estes e os não-indígenas que habitam a região durante o processo de regularização fundiária. Durante a pesquisa, as leituras e entrevistas realizadas mostraram que as práticas culturais e a estruturação das aldeias destes grupos foram influenciadas pelas relações que estabeleceram e estabelecem com outras comunidades tradicionais, órgãos indigenistas e fazendeiros. Assim, analisar tais relações torna-se importante para o entendimento do processo de luta pela demarcação da Terra Indígena.

A Terra Indígena do Alto Rio Guamá possui uma área de 279.897,7 hectares, correspondendo assim ao maior território Tembé (FIGURA3). Os indígenas que habitam este território se dividem em Tembé do Guamá e Tembé do Gurupi, uma distinção que existe desde a primeira ocupação dos indígenas no século XIX após saírem da região do Pindaré no Maranhão. Segundo dados de Neves (2015), mesmo com as dificuldades de precisar o número de indígena neste território, devido ao deslocamento entre aldeias, estima-se que atualmente, considerando os do Guamá e do Gurupi, vivam nesta área 2.100 Tembé. O gráfico da FIGURA 4, elaborado por mim a partir dos dados populacionais obtidos pelos autores: Dodt (1872), Hurley (1930), CEDI (1995) e Neves (2015), demonstra as transformações do número destes indígenas.

FIGURA 3: Mapa das Terras Indígenas Tembé no Estado do Pará

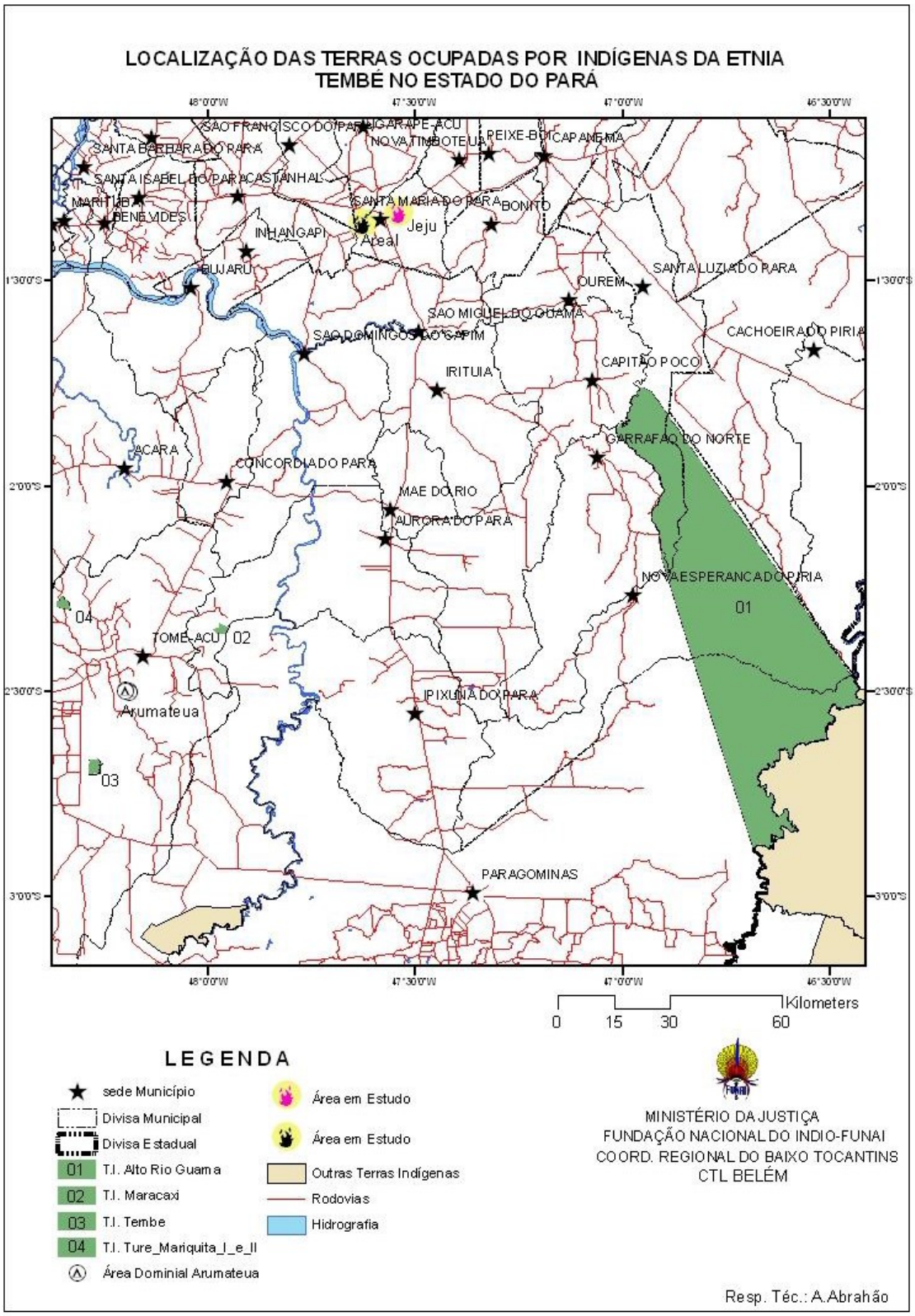
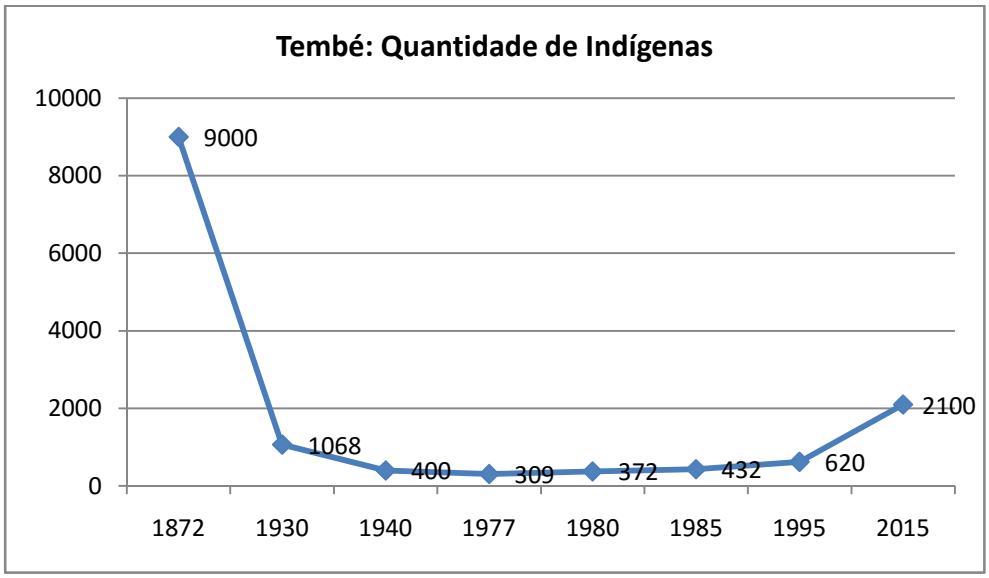


FIGURA 4: Gráfico da população Tembé na região da Terra Indígena do Alto Rio Guamá[6]



O primeiro ano apresentado no gráfico é uma estimativa que corresponde ao período após o processo migratório dos Tenetehara para as regiões do Guamá e Gurupi, momento em que o contato com missionários não era intenso. No decorrer do século XX, observa-se uma redução drástica do número de Tembé, o que está diretamente relacionado com o aumento do contato e dos conflitos provocados pelos não-indígenas ao território deste povo. A partir de 1990, momento posterior às conquistas legais da Constituição de 1988, com a homologação e registro da terra indígena os números passaram a expressar o crescimento da população.

Nesta Terra Indígena duas aldeias possuem a maior concentração de moradores e de infraestrutura (escola, postos de saúde e energia elétrica), a Aldeia Cajueiro, no Gurupi e a Aldeia Sede, no Guamá. Isto ocorre, pois, em ambas, estão localizados os Postos Indígenas da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que desde seu surgimento estabeleceu estratégias para concentrar os indígenas nestas aldeias. De acordo com Lobo (2016), a TIARG possui um total

[6]Gráfico elaborado por Francine de Souza Santos. Fonte: Dodt(1872); Hurley (1930); CEDI (1995) e Neves (2015)

de 28 aldeias, 14 no Gurupi e 14 no Guamá[7]. Este número de aldeias constantemente se altera devido: aos conflitos entre famílias Tembé; e, num contexto de invasões de fazendeiros e posseiros, a ampliação do domínio do território como estratégia visando a proteção territorial.

A maior porção territorial do Gurupi está localizada no município de Paragominas (PA). Segundo Ponte (2014), a única forma de alcançar as aldeias seria por ramais sem asfaltos por dentro das fazendas que cercam a TIARG, e no período de chuvas essas vias ficam intransitáveis. No Guamá, nos municípios de Capitão Poço e Garrafão do Norte, o acesso é muito mais fácil, sendo possível percorrer a maior parte do trajeto em estradas dos municípios até o rio Guamá, onde a travessia ocorre por pequenos barcos e depois por meio de ramais entre as aldeias.

Conforme Saraiva (2012), Ponte (2014) e Lobo (2015), além da paisagem entre os dois grupos da TIARG ser diferente, entre as aldeias é possível também observar uma diversidade estrutural. No entorno do Gurupi, segundo os mesmo autores, existem grandes fazendas monocultoras, e durante os trabalhos de campo realizados por eles, foi constante a presença de vários caminhões circulando próximos às aldeias carregando enormes toras de madeira. O desmatamento é uma característica marcante na região, contudo próximo às aldeias a mata é mais preservada. Na entrada do Gurupi existe uma grande placa contendo um alerta: "Área proibida, terra indígena com acesso interditado para pessoas estranhas".

Entre as aldeias deste grupo existem cinco escolas e cinco Postos de Saúde, que possuem diariamente a atuação de um Agente Indígena de Saúde da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). A maioria das casas é tradicional, feita de taipa ou madeira. É comum nas aldeias do Gurupi serem de alvenaria apenas a moradia das "lideranças", a escola, o posto de saúde e a caixa d'água. Segundo Ponte (2014) e Saraiva (2012), a aldeia do Cajueiro é a

[7] Aldeias do Gurupi: Cajueiro, Sussuaran, Araruna, Floriano, Tekohaw, Anoirá, Ikatu, Canindé, Bate-Vento, Piahu, Mangabeira, Arassatiwa, Sítio Novo e Cocalzinho; Aldeias do Guamá: Ypid'hô, Ytwuaçú, Sede, Jacaré, São Pedro, Frasqueira, Ita Putyr, Tawari, Zawaruhu (Onça), Santana, Ytahú, Pirá, Pinawá e Yarapé. (PONTE, 2014)

que apresenta a maior concentração de infraestruturas, como escolas, postos de saúde, luz elétrica e abastecimento de água, além disso, também é a que apresenta o maior consumo de produtos industrializados. Estes elementos não-indígenas coexistem nesta aldeia com elementos tradicionais, como as casas de taipa, as roças, as casas de farinha e a grande quantidade de árvores frutíferas como goiabeiras, cajueiros e mangueiras.

Segundo Ponte (2014), no Guamá a presença das grandes fazendas também é constante e de conseqüência o desmatamento que é muito mais intenso, sendo quase impossível ver áreas verdes. As aldeias que fazem parte deste grupo apresentam, se comparadas ao Gurupi, uma concentração de infraestruras ainda maior. Na aldeia Sede, por exemplo, onde está localizado o Posto de Saúde, existe uma casa que possui eletroeletrônicos, computador, antena de internet, uma farmácia abastecida com medicamentos, um consultório odontológico e uma sala que serve como espaço administrativo.

Além das casas tradicionais, uma grande diferença em relação ao Gurupi é a existência de aldeias nas quais todas as moradias são de alvenaria, como a Aldeia Pynawá, ao lado de aldeias onde todas são de taipa, como é o caso da Aldeia Ypyd'hô. Existem entre as aldeias deste grupo seis escolas de ensino infantil e fundamental, além de oito postos de saúde (seis improvisados), todos gerenciados pela FUNASA. É importante destacar que estas diferenças entre as aldeias são resultado de políticas indigenistas distintas, que buscavam transformar e controlar os territórios indígenas. Mesmo muitas destas políticas terem modificado a relação deste povo com seu território, a indianidade resiste e coexiste com estas transformações.

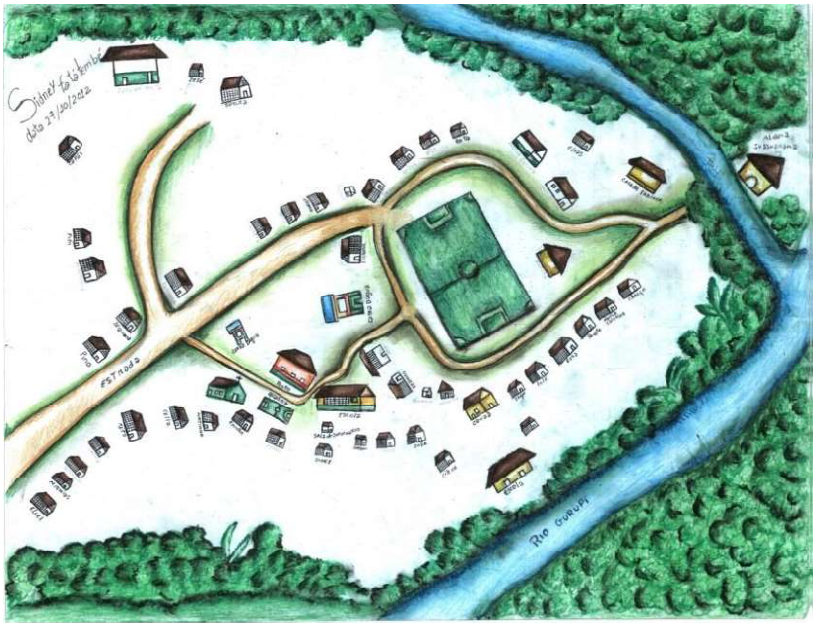
Existem elementos comuns entre todas as aldeias, do Guamá ao Gurupi: as casas de farinhas, os roçados na mata e na capoeira, as ramadas[8] e o campo de futebol (FIGURA 5). Atualmente as principais dificuldades sofridas pelos indígenas de ambos os grupos consistem

[8] Ramadas são grandes casas de reunião, sem paredes, coberta de folhas de palmeiras. (PONTE, 2014)

na periodicidade da visita dos médicos e dentistas, que vão às aldeias apenas uma vez por mês e, dependendo da situação climática, não visitam todas as aldeias; na ausência ou demora na manutenção dos sistemas de comunicação, abastecimento de água e energia e também na dificuldade de circulação devido à falta de transporte fluvial e à falta de manutenção das estradas que dão acesso à Terra Indígena, principalmente no Guamá.

Todas estas dificuldades têm gerado um aumento da participação indígena nos serviços públicos, como os indígenas que são professores e agentes de saúde nas próprias aldeias; e da participação das lideranças Tembé em discussões de gestão municipal, como a atuação em reuniões promovidas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para discutir a saúde indígena. Um das maiores conquistas políticas dos Tembé nos últimos anos, segundo Lobo (2015), foi a vitória de Naldo Tembé, cacique do Guamá, nas eleições para vereador do município de Santa Luzia do Pará em 2012.

FIGURA 5: Croqui da Aldeia Cajueiro no Gurupi



Cróqui da Aldeia Cajueiro desenhado pelo indígena Sydney Tembé.[9]

[9] PONTE, Vanderlúcia da Silva. Os Tenentehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, Povo Verdadeiro[1]: "saúde diferenciada", território e indianidade na ação pública local. Tese de doutorado.UFPA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

Além da questão territorial, de acordo com entrevistas realizadas com os antropólogos Vanderlúcia da Silva Ponte[10] e Rodrigo Gomes Lobo[11], ambos os grupos atualmente se preocupam bastante com a preservação da língua e a utilização do sobrenome indígena. Neves (2015) afirma que o uso da língua entre estes grupos é bastante diversificado, pois uma parte dos Tembé é bilíngüe e fala também o português, já outros são falantes apenas do português e um grupo de indígenas mais velhos falam a língua tradicional e têm dificuldade com a língua portuguesa. Em uma das aldeias, a Ka'a Pitepehar no Gurupi, como estratégia de resistência lingüística, há um grupo de crianças falantes apenas da língua tradicional. Também há um reforço do uso da língua na escola: durante a primeira fase escolar os professores de língua Tenetehara procuram alfabetizar as crianças "na língua", e para isso se preocupam com o desenvolvimento de materiais didáticos próprios.

Até hoje os indígenas, tanto do Guamá quanto do Gurupi, não conseguem alterar os sobrenomes para o indígena. No início do século XX, como estratégia para descaracterizá-los como uma sociedade indígena organizada, os cartórios locais passaram a não aceitar o sobrenome indígena, alegando que seriam palavras difíceis de serem escritas. De acordo com Neves (2015), independente da questão oficial dos documentos, muitos deles passaram a assumir o sobrenome Tembé.

Diferentemente do que foi destacado pelo Coordenador da FUNAI, de acordo com Ponte (2014, p.36), os moradores tanto da cidade de Paragominas quanto de Capitão Poço, caracterizavam os Tembé de modo pejorativo. Segundo a autora, os indígenas do Gurupi eram caracterizados como violentos e perigosos, e os do Guamá como indolentes e miscigenados, sem "traços indígenas". Assim, como não se permite a oficialização dos nomes indígenas, a caracterização negativa e a miscigenação se tornam elementos que deslegitimam a luta deste povo e intensificam os conflitos.

[10] Entrevista com Vanderlúcia da Silva Ponte realizada em 26 de janeiro de 2015.
[11] Entrevista com Rodrigo Gomes Lobo realizada em 12 de abril de 2016.

Alguns pesquisadores (CEDI, 1995; PONTE, 2014; e LOBO, 2015) afirmam que há diferenças entre os dois grupos quando consideramos as relações que estabelecem com os não-indígenas. O grupo do Gurupi, de acordo com Neves (2015), é o que mais se aproxima da caracterização elaborada por Galvão e Wagley (1961). Esta situação seria reflexo de certo isolamento provocado pela dificuldade de acesso às aldeias.

Considerando o número de indígenas, a população do Guamá corresponde à maioria, se comparados com os do Gurupi, que apresenta a população mais velha da TIARG. Os indígenas mais velhos destes grupos, segundo Ponte em entrevista, são os quem mais dificultam a aceitação pesquisadores, como ela, nas aldeias. Isto pode ser observado na fala da liderança das aldeias do Gurupi, Sérgio Muxi, presente na tese de doutorado de Ponte (2014, p.50):

> São anos de contato com pesquisador. São mais de 500 anos os índios sendo explorados. Vem pesquisador aqui e se apropria dos conhecimentos dos índios, aprende com ele e vai embora, não volta nunca mais. Nós estamos aqui isolados, e não aparece ninguém para ajudar. Isso aí é bom para ela que vai estudar e aprender. Divulgar é bom, mas é só isso? Isso é pouco.

Para a pesquisadora, isto revela uma situação recorrente não apenas com os Tembé, mas com todos os grupos indígenas: "a de fazer ciência" colocando estes grupos como meros objetos de estudo. A fala de Sérgio Muxi demonstra, além de uma tentativa de romper com esta relação, uma reafirmação da força e organização política do grupo. Ponte (2014, p.61), nas viagens ao Guamá, se deparou com falas similares:

> Os pesquisadores vêm para cá, escrevem, aprendem as coisas deles, falam mentiras, escrevem sobre nós e nós somos os últimos a saber. Também quero saber, qual o retorno que vocês vão deixar para nós? Só a publicação? É pouco[12]

[12] Resposta dada pelo Professor Indígena Raimundo do Guamá para a pesquisa Ponte (2015).

Também foi relatado por Ponte, Lobo e o Coordenador da FUNAI Juscelino Bessa que os Tembé solicitavam uma "contrapartida" para o desenvolvimento da pesquisa: no caso da pesquisadora, que também é psicóloga, a contrapartida foi o oferecimento de oficinas de prevenção ao alcoolismo. Eles também afirmaram que os indígenas querem ter acesso ao resultado da pesquisa, o que demonstra a tentativa de manter controle sobre seus conhecimentos tradicionais, pois os dados obtidos nas pesquisas podem contribuir ou não com o fortalecimento de seu modo de vida, direitos e representações de si mesmo.

1.3 O modo de vida Tembé

Galvão e Wagley (1961) foram alguns dos principais antropólogos que se debruçaram em pesquisas sobre os Tenetehara, tanto os Guajajara quanto os Tembé. Nestas pesquisas a aculturação era um elemento que permeava a compreensão desta etnia. Segundo eles, as culturas indígenas estariam em transição e o principal fator de mudança seria o contato com as populações rurais brasileiras. De acordo com Galvão (1957), existiriam diferentes fases de transição e os Tenetehara estão entre aqueles com mais tempo de contato.

Para o autor, os indígenas apareciam apenas como receptores da cultura dos não-indígenas, e as populações rurais, afirmava Galvão (1957), não aproveitariam nenhum dos elementos indígenas. "A simples presença de civilizados em torno de um território indígena, mesmo quando não se estabelecem relações diretas, é um fator condicionante de mudanças na cultura indígena" (GALVÃO, 1957, p.71). Analisando os Tenetehara, o antropólogo afirmava que as mudanças na cultura dos mesmos não resultavam apenas na utilização de ferramentas e na introdução de novas espécies de cultivo, mas o principal indício de aculturação estaria no fato da agricultura para o autoconsumo ter se transformado em comercialização.

Considerando este contexto, para Galvão e Wagley (1961) mesmo os Tenetehara mantendo uma unidade distinta da população cabocla, eram evidentes os sinais de desgaste da

cultura tradicional e as substituições de valores indígenas pelos valores não-indígenas. Ambos concluíram então que não demoraria mais que uma ou duas gerações para que os dois grupos Tenetehara se transformassem em caboclos. Algum tempo depois, Galvão (1957) afirmou que esta conclusão havia sido prematura, pois existiria a possibilidade de que estes indígenas, quando alcançassem certo ponto de transição, tomassem outra alternativa, escolhessem a permanência da condição indígena, tendo consciência de que esta categoria sócio-cultural lhes garantiriam condições para sobrevivência.

Na década de 1970, Diniz e Cardi (1979) indicaram que o posicionamento inicial de Wagley e Galvão (1961) estava errado, pois já estava ocorrendo um aumento do contingente populacional Tenetehara, principalmente Tembé, bem como verificava-se também a manutenção de suas práticas culturais. Esta manutenção ocorre na utilização do nome e sobrenome Tembé, da língua, da estruturação das aldeias, práticas de cultivos, preservação dos rituais, festas e conhecimentos tradicionais.

As aldeias dos dois grupos Tembé que habitam a TIARG sempre se concentraram nas margens do rio Guamá, extremo norte, e rio Gurupi, no extremo sul. Este distanciamento, de acordo com Saraiva (2012), acabou facilitando, a partir do século XVIII, processos de invasões no território. As aldeias são formadas por casas de várias famílias agrupadas por parentesco, às vezes de modo temporário. Todos de uma aldeia podem coabitar uma mesma casa. As moradias são construídas em barrancos elevados, na beira do rio e próximo às roças. Também é comum nas aldeias a presença de espaços coletivos, na maioria delas constituídos pelas casas de farinha. Nas aldeias onde estão os Postos Indígenas existe também uma grande casa cerimonial, onde ocorrem as festas de iniciação dos jovens.

Segundo Neves (2015) e Ponte (2014), as aldeias Tembé da TIARG apresentam uma grande pluralidade de formas arquitetônicas. Existem, contudo, edificações que são tradicionais, e que utilizam folhas de palmeiras, troncos de árvores e barro argiloso, com

amarrações feitas de cipó e fibra de Envira, árvore que é facilmente encontrada na região. Tanto no Guamá quanto no Gurupi, as casas utilizadas para moradia são denominadas Tapuí (FIGURA 6), e são feitas, como dito acima, de palha, barro, madeira e alvenaria. Há também nas aldeias as Tupuizu Hu, ou Ramadas (FIGURA 7), grandes casas de reunião, sem paredes, coberta de folhas de palmeiras. Trata-se, de acordo a pesquisadora (NEVES, Ibidem), de uma construção muito semelhante às casas de outras sociedades Tupi, e correspondem a um exemplo de resistência dos Tembé, pois diferentemente do que antropólogos como Galvão & Wagley (1961) afirmavam elementos tradicionais da etnia não foram abandonados.

FIGURA 6: Casa Tradicional Tembé: Tapuí[13]

Tapuí feita de barro e palha à direita, e de madeira à esquerda, em aldeias no Gurupi.

[13] Fonte: NEVES, Ivânia dos Santos; CARDOSO, Ana S. P. Patrimônio Cultural Tembé: terra indígena alto rio Guamá. Belém, IPHAN-PA, 2015 p. 81.

FIGURA 7: Ramada[14]

Ramada da aldeia Itaputyre na região do Guamá.

De acordo com o CEDI (1995), a base da organização dos Tembé está nas famílias extensas, unidade de produção que consiste em parentes próximos, além do casal e seus filhos. Os integrantes de uma família são ligados entre si por mecanismos de parentesco, estabelecidos através do casamento que, além de ampliar, agrega homem ou mulheres em laços de confiança e lealdade ao grupo familiar. Esta estrutura, contudo, está constantemente sujeita a cisões que geram outras aldeias e a ampliação dos laços familiares. As famílias são lideradas pelos pais, principalmente pelo homem, ou em alguns casos a mulher viúva, que tem controle sobre o número de "filhas". Como é através de suas filhas que se atraem jovens trabalhadores, fortalecendo seu grupo, os lideres mais ativos são os que procuram "adotar" o maior número de mulheres cujos pais venham a falecer. Por isso, o ideal para os pais é que suas filhas busquem casamentos dentro de sua própria aldeia, preferencialmente entre primos cruzados de 2º grau, para garantir a permanência do casal no grupo.

[14] Idem

Considerando estes elementos, o “chefe” coincide com o líder de um grupo familiar cujo poder é avaliado pelo número de indivíduos ligados a ele através de obrigações e relações de parentesco. Não é incomum, segundo CEDI (Ibidem) e Ponte (2014), encontrar entre as aldeias Tembé mulheres líderes, viúvas. Mesmo nestas situações, homens e mulheres possuem uma posição de autoridade sobre os demais integrantes da aldeia.

No inicio do século XX, período em que ocorreu uma intensa diminuição do número de Tembé, os próprios indígenas incorporaram não-indígenas às aldeias com objetivo de sobrevivência do grupo. Neves (2015) afirma que, nas últimas décadas, este povo tem proibido casamentos com “cristãos”, mas em entrevista o antropólogo Rodrigo Lobo contradisse essa afirmação, indicando que isso ainda ocorre, assim como também ocorre a saída de algumas destas famílias as cidades próximas.

Entre os Tembé as atividades se distribuem entre os gêneros da seguinte forma: o homem é responsável pela pesca, caça e a roça; já as mulheres se concentram na produção de artesanato. A produção de farinha consiste em uma atividade em que ambos os gêneros atuam.

Segundo Ponte (2014), a participação política das mulheres Tembé sempre foi reduzida. De acordo com ela, em 2013, sua primeira viagem à região do Gurupi, em uma reunião que tinha como objetivo discutir a realização de sua pesquisa, as mulheres indígenas que participavam da reunião eram as mais agressivas, a olhavam com reprovação e desprezo, deixando claro que eram contrárias à sua permanência ali. Ponte (Ibidem) afirma que mesmo demonstrando certa imponência durante a discussão, as indígenas ocupavam posições de inferioridade em relação aos homens, e isso podia se observado na posição em que estavam distribuídas na ramada - sentadas no chão – sendo a mediação e decisão final dos homens. Esta reduzida participação política para a pesquisadora não significa que as mulheres não tenham autoridade, mas sim que esta autoridade se manifesta de outras formas no cotidiano

das aldeias. Trata-se, na verdade, de como o grupo estrutura e organiza o espaço público culturalmente entre os gêneros.

Esta autoridade feminina pode ser observada no contexto familiar e nas regras matrimoniais: as mulheres desta etnia são consideradas, segundo Reis (2014), como o início do núcleo familiar e, devido a esta condição, precisam passar por etapas até serem bem vistas e respeitadas pela sociedade.

O primeiro casamento de uma menina acontece na festa do Moqueado, mas os casais não são obrigados a viver juntos para sempre. Muitos homens e mulheres se casam duas ou até três vezes. Também é muito comum que mulheres mais velhas se casem com homens mais novos, uma situação que faz com que elas assumam a responsabilidade sobre as decisões da família.

Neves (2015) afirma que na tradição Tembé as mulheres sempre assumiram papeis secundários na organização política, no entanto, atualmente muitas apresentam uma nova condição e passaram a ocupar papéis que eram de responsabilidade apenas dos homens. Atualmente, algumas mulheres Tembé estão cursando o ensino superior em diferentes cursos, principalmente nas áreas da educação, medicina, direito e administração. Para a pesquisadora (NEVES, 2015), esta situação é um reflexo das conquistas políticas do Brasil que tem gerado também transformações internas em várias etnias. Mesmo que os três tipos de liderança Tembé: o cacique, principal liderança das aldeias; o pajé, a liderança religiosa; e o interlocutor com os não-indígenas, sejam normalmente de responsabilidade dos homens, algumas mulheres se transformaram em símbolos de resistência nesta sociedade.

Um exemplo disto é a “capitôa” Verônica, que faleceu em dezembro de 2013, liderança que foi de extrema importância para a conquista da homologação da terra indígena. Além disso, a “capitôa” teve papel fundamental na manutenção das práticas culturais Tembé, como a transmissão dos saberes da medicina tradicional, a organização dos rituais e a

produção de objetos da cultura Tenetehara. De acordo com Neves (Ibidem), ela fazia questão de ensinar aos mais novos a cosmologia e a língua de seu povo.

Segundo CEDI (1995), quatro categorias de sobrenaturais orientam a vida desta etnia: os heróis culturais, sendo Maíra o principal; os *azang,* espíritos errantes dos mortos; os *Ywan* e *Maranay'wa*, donos da água, dos peixes e dos animais; e os espíritos dos animais. Esta ultima, chamada de *piwara,* é responsável pelas regras alimentares, principalmente durante os períodos da puberdade, gestação e infância.

O Pajé é a figura intermediária entre os humanos e os sobrenaturais. Quando ocorre uma transgressão às regras alimentares, as mulheres são as responsáveis por tratar com plantas e "remédios" feitos com penas, ossos e pêlos, mas quando não conseguem a cura, buscam o pajé. Alguns Tembé, mesmo participando de todas as práticas indígenas e seus rituais, freqüentam religiões como a Umbanda, o Candomblé e o Catolicismo, uma situação que evidência o quanto a indianidade prevalece sobre estes distintos aspectos considerados externos (REIS, 2014).

Entre todas as festas realizadas pelos Tembé, três são consideradas as principais para a manutenção da vida deste povo: a Festa das Crianças, a Festa do Mingau da Moça e a Wyra'whaa, também conhecida como a Festa do Moqueado ou da Menina Moça. Todas as festas estão diretamente relacionadas com uma dieta alimentar e a restrição de algumas atividades, como a caça. Segundo Neves (2015), quando os pais anunciam a gravidez, o pai e outros membros da família passam a tomar cuidados especiais para não prejudicar a vida da criança. Um destes cuidados consiste em que, quando ocorre o nascimento, as famílias só podem ingerir carne de aves no primeiros meses de vida da criança, pois acreditam que se não fizerem isso a criança terá má sorte na vida.

De acordo com Reis (2014), a primeira menstruação representa para esta etnia um sinal sagrado da fonte de vida. Quando isso ocorre a menina que está passando por uma

transição deve ir para Tocaia, espaço recluso em total escuridão na sua própria residência, e ali permanecer por 11 dias, podendo neste período ter contato apenas com a mãe ou a avó. Ao longo deste período, as meninas só podem ingerir peixes pequenos e caribé, um mingau de farinha. Além disso, na Tocaia aprendem sobre a vida adulta com as únicas que podem vê-las. Uma tarefa importante que requer paciência é a preparação do mingau, responsabilidade das meninas, que na Festa do Mingau de Moça servirão à comunidade.

Trata-se de um momento importante que, além de garantir boa sorte para as meninas que entram na vida adulta, indica que logo novos casamentos acontecerão nas aldeias. Nesta festa as mulheres adultas são responsáveis em preparar remédios para as meninas evitarem cólicas, doenças ou infertilidade. Como esta festividade é considerada mais intima, não costumam ter muitos convidados, mas entre eles estão os meninos da aldeia que são candidatos a marido das meninas participantes.

Durante o ritual ocorrem cantos e a distribuição de mingau de mandiocaba, uma espécie de mandioca, com arroz, que devem ser preparados e servidos pelas meninas. Como em todos os rituais Tembé, todos pintam os corpos (FIGURA 8), de acordo com o papel que exercem na festa. A pintura representa uma ligação entre a religiosidade e a espiritualidade. Apenas as meninas que realizaram este ritual podem participar da Festa do Moquedo.

Segundo Galvão e Wagley (1961), tradicionalmente os meninos e meninas Tenetehara submetiam-se a um período de isolamento antes da puberdade. Neste período não podiam comer carne, somente milho, mandioca, farinha e mingau. Com pouca freqüência lhes era permitido consumir pequenos peixes, e toda a água devia ser ligeiramente aquecida. De acordo com Reis (2014), atualmente nas aldeias Tembé apenas as meninas passam pelo período de isolamento, mas a regras alimentares também devem ser respeitadas pelos meninos que estão se tornando adultos.

FIGURA 8: Festa do Mingau de Moça[15]

Meninas participando da Festa do Mingau de Moça. A pintura em seus corpos é a da onça e meia lua, que representa a força necessária para a transformação da vida adulta. O pano branco na cabeça é a proteção do sereno, no período de maior vulnerabilidade da mulher.

A Festa do Moqueado corresponde à ultima etapa do ritual iniciada na Festa do Mingau de Moça, pode durar até 8 dias e, para os Tenetehara, equivale ao casamento. Entre os preparativos desta festa esta a caça de um macaco e de pássaros, que durante a festa serão moqueados[16]. Todos os animais caçados correspondem a oferendas à memória e presença de antepassados nos rituais. Segundo Reis (Ibidem), todo elemento da natureza tem seu dono e deve-se pedir para entrar, retirar ou caçar na mata. As restrições e práticas são aprendidas por meio de mitos que são transmitidas entre gerações, e sempre exaltam a importância do respeito aos elementos presente no território indígena.

[15] Fonte: REIS, Paulo Lins Dax. Cultura e religião indígema Tembé-Tenetehar: Uma análise da Wyra'u-how. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

[16] O moquém é uma técnica indígena na qual a caça é assada e seca.

A participação desta festa representa para as meninas uma das fases do Wyra'u-how, no final das festividades elas se tornem mulheres adultas para as aldeias do grupo. Devido a exploração intensa dos recursos naturais da região, que reduziu a presença de espécies animais e vegetais, a caça tem levado mais tempo do que no passado, no Guamá, devido à intensa devastação das florestas, é ainda mais difícil, por isso acabam se deslocando até o Gurupi durante as caçadas. Este deslocamento tem representado uma forma de reafirmar as relações culturais e políticas entre os dois grupos.

Após a caça, os animais moqueados são utilizados para a produção da "farofa da caça", e o bolinho de inambu com mutum (dois pássaros) que todos os participantes devem comer. Durante a festa recebem o alimento primeiro os parentes próximos, depois o pajé, sua esposa e os demais. Enquanto ocorre a caça, o Pajé na aldeia organiza a festa e prepara o cigarro de *tawati,* que utiliza nas defumações para espantar os maus fluídos e espíritos. A festa se inicia na ramada, sob a orientação do Pajé que dá os avisos e as regras da celebração. É neste espaço que ocorrem as preces e cantos que são voltados para a fauna e a flora. Em algumas festas realizadas no Guamá, cantadores do Gurupi são chamados para fortalecer o ritual. Os meninos e meninas que participam, durante toda a cantoria, ficam sentados em um banco em uma das laterais da ramada. Quando acabam os cantos, o casal composto por um menino e a menina que menstruou primeiro levantam e são seguidos pelos demais.

Os casais durante 6 dias da festa devem dançar formando um circulo e cantar durante 8 a 9 horas por dia, não podendo sair da ramada durante a festa (FIGURA 10). Entre as cantorias os participantes realizam as refeições, e descansam à noite. Enquanto dançam, os cantadores e demais participantes adultos assistem, e as mulheres preparam saias, cocares e comida.

FIGURA 9: Festa do Moqueado ou da Menina Moça[17]

Dança realizada pelos participantes durante a Festa do Moqueado.

Segundo Neves (2015), a festa só é encerrada quando uma enorme corrente de pessoas, chamada de "rabo de arraia", é formada. Nesta ocasião, todos unidos pelos braços dançam e cantam até a finalização do ritual. Os mais velhos, como Sérgio Muxi, afirmam que estas festas devem acontecer quando a estação das chuvas está acabando, para que o casamento e a vida dos meninos e meninas sejam claros e limpos como o céu. Após estas etapas as restrições alimentares acabam, pois já estão protegidos contra os maus espíritos. A partir de então, as moças e os homens novos assumem funções sociais na aldeia. Segundo Reis (2014), atualmente não são todas as meninas que querem participar da Wyra`u-how, muitas afirmam ser tímidas, têm vergonha da nudez, medo de exaustão ou por outros motivos particulares.

A Festa das Crianças é um exemplo de ritual que havia sido esquecido, tendo sido retomada nas aldeias Tembé nos últimos anos. Esta festa é realizada com as crianças de 2 e 3 anos que são pintadas, utilizam saias tradicionais e enfeites com pena de gavião na cabeça.

[17] Fonte: REIS, Paulo Lins Dax. Cultura e religião indígema Tembé-Tenetehar: Uma análise da Wyra'u-how. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014. p. 74

Animais pequenos são caçados e servidos durante o ritual com objetivo de trazer sorte para as crianças.

Ao longo da pesquisa ficaram evidentes que as regras alimentares são fatores fundamentais dentro das práticas culturais Tembé. Para isso, além da caça, é necessária a manutenção e preservação do roçado dentro das aldeias para suprir a demanda da comunidade indígena. Segundo Dias (2010), a agricultura é a base das famílias indígenas, e a mandioca é o principal produto, sendo aproveitada para os diversos tipos de farinha, o sumo do tucupi e a obtenção da folha da maniva. Outras culturas como a macaxeira, jerimum, batata doce, maxixe, cará roxo e branco, tomate, quiabo, pimenta, milho, arroz e feijão também são importantes para a cultura Tembé.

Analisando a culinária paraense, fica evidente que sua maior influência é a cultura indígena. Além de muito pratos serem cozidos em panelas de barro, assados em moquém e embebidos de tucupi[18], a farinha de mandioca é um elemento constante na gastronomia deste estado. O pato no tucupi, a maniçoba, o tacacá e o chibé são alguns exemplos de pratos no qual a mandioca ou a sua farinha é um dos ingredientes principais.

Santa-Brígida (2005); Ponte (2014); Lobo (2015) e o coordenador da FUNAI descrevem a existência nas aldeias da TIARG de um comércio de farinha recorrente. A comercialização do excedente produzido já está incorporada no cotidiano e nas práticas culturais, permitindo que estes indígenas tenham acesso a serviços e bens que só são adquiridos nas cidades vizinhas. Nas ultimas década a FUNAI e ONGs têm auxiliado a ampliação da produção e da comercialização de farinha, polpa de fruta e carne de animais de pequeno e médio porte, com a construção de casas coletivas de farinha e a intermediação com os comerciantes.

[18] Caldo amarelo extraído da mandioca.

Os Tembé, a partir de observações da disponibilidade dos recursos naturais, desenvolveram um sistema de uso e conservação que está diretamente relacionado com a cosmografia e o contexto das famílias extensas que compõem as aldeias. A produção agrícola destes indígenas, de acordo com Santa-Brígida (Ibidem), é realizada dentro do núcleo familiar em áreas inferiores a 10ha/família. Os homens entre 08 e 40 anos são os principais responsáveis pela atividade agrícola, mas não é rara a presença de mulheres na roça, e as tarefas são divididas por faixa-etária: os mais velhos, entre 30 a 40 anos, realizam a abertura do roçado, o plantio e a comercialização; os mais novos, de 8 a 29 anos, colhem a produção e limpam o roçado.

O principal produto cultivado em todas as aldeias é a mandioca, utilizada também para produção de farinha. As etapas desta produção consistem no preparo da terra; plantio; colheita; beneficiamento da farinha; armazenamento e comercialização. O plantio pode ocorrer tanto na mata como na capoeira. De acordo com os indígenas, a "mata" produz mais que a capoeira. A área de "mata" é aquela que já foi utilizada em outras atividades agrícolas, e a capoeira corresponde ao mato que nasceu no lugar de vegetação cortada. Como os Tembé não realizam rotação de cultura, as áreas de roça de todos os gêneros ficam em pousio de três a cinco anos para que uma nova roça seja cultivada. É também comum no entorno das casas os indígenas plantarem limoeiros, coqueiros, mangueira, cuieira e urucum.

A prática do mutirão não ocorre neste povo, mas a troca de produtos e a solidariedade entre as aldeias são recorrentes. A principal dificuldade encontrada na atividade agrícola entre os grupos é o controle das pragas, situação que tem levado algumas poucas famílias a utilizarem inseticidas e herbicidas (SANTA-BRÍGIDA, 2005). Entre os Tembé é comum a coleta de açaí, bacaba, bacuri, cupuaçu e Jenipapo, mas nos últimos anos a dificuldade de encontrar algumas destas espécies próximas às aldeias e o aumento da

demanda de farinha, transformou esta prática em sazonal. A caça e a pesca devido à exploração intensa também foi reduzida, principalmente na região do Guamá.

A comercialização da produção de farinha ocorre tanto no Guamá quanto no Gurupi. No entanto, a proximidade do primeiro grupo com o município de Capitão Poço facilita o comércio que ocorre por meio de intermediários ou diretamente pelos indígenas nas feiras. No inicio dos anos 2000, a ONG Manitese[19] estimulou a pecuária para corte e criou uma associação chamada Lamparina para que os indígenas que aderissem fossem beneficiados com créditos e a facilitação da produção. Atualmente a ONG não atua mais na região, e o numero de indígenas que trabalha com gado é bem reduzido.

Outros projetos de criação de aves, apicultura e produção de polpa de frutas também foram desenvolvidos nas aldeias, mas de acordo com a entrevista de Rodrigo Lobo, nenhuma destas propostas externas vingou, tanto que em campo ele encontrou vários equipamentos utilizados nestas propostas abandonados e inutilizados. Segundo Lobo (2015) na aldeia São Pedro, no Guamá, também existe uma associação de mulheres que, além de uma roça coletiva, possui uma casa de máquinas de costuras onde confeccionam redes, toalhas de mesa e guardanapo, que também são vendidas em Capitão Poço.

Analisando os aspectos que permeiam o modo de vida Tembé, torna-se evidente que a terra para eles não é o lugar apenas de habitar, mas sim o espaço de afirmação de sua identidade. De acordo com Naldo Tembé, liderança do Guamá, “sem a terra o índio não existe, nós lutamos pela saúde, pela educação, mas a terra é principal.” (PONTE, 2014. p. 170). Os indígenas, por meio de seus conhecimentos e práticas culturais, territorializam este espaço, por isso sua identidade só se mantêm com a manutenção do território que faz parte da indianidade.

[19] Manitese, de acordo com Santa-Brígida (2005), é uma ONG italiana que surgiu na década de 1960 com objetivo de desenvolver um programa de luta contra a injustiça social e a em prol da auto-sustentação econômica dos mais pobres em países da América Latina, África e Ásia. Atuou no Brasil no final da década de 1990 até o inicio dos anos 2000, com o estimulo da pecuária entre os Tembé e os Assurini.

Retomando Raffestin (1993), todos os povos dividem seus espaços, mas isto não significa seu isolamento. As relações são intrínsecas à produção territorial, que, de acordo com o mesmo, se estabelecem por meio de redes. Os Tembé demonstram claramente como estas relações foram essenciais para a composição de sua identidade, seja no sentido de transformação, como é o caso da saída de parte dos Tenetehara para o Pará, seja para a manutenção e sobrevivência das práticas culturais.

Segundo Barth (2000), para compreender a identidade indígena é necessário analisar as distintas interações que os distinguem etnicamente. Este mesmo autor também afirma que a manutenção cultural só ocorre quando estas relações acontecem, pois os homens criam e constroem seu próprio mundo, sua etnicidade e identidade. Trata-se de um processo gerativo por meio da interação.

Considerando este contexto, Ponte (2014) concorda ao afirmar que os Tembé convivem com o que ela denominou de rede de atores, com o qual interagem permanentemente, e é desta rede "que se alimenta uma dinâmica continuada de alianças e conflitos" no território. Para Gonçalves (2010), é impossível compreender o modo de vida desta etnia sem estabelecer as relações que contribuíram para sua constituição.

O modo de vida Tembé sofreu transformações, mas diferente do que foi afirmado por pesquisadores como Galvão e Wagley (1961), não houve o desaparecimento da identidade indígena. Muitas destas transformações discutidas por estes autores estão diretamente relacionadas com as políticas indigenistas que, ao longo da história do país, ampliaram relações com não-indígenas e consequentemente, as ameaças e conflitos. Para compreender como estas transformações também foram mecanismos na luta pela preservação, manutenção e reconhecimento do território indígena, no capitulo dois será analisado os impactos destas políticas no território Tembé.

CAPÍTULO 2: As políticas indigenistas no território Tembé: da colonização a criação da RIARG

A permanência ou transformação das características do povo e território Tembé estão ligadas às relações que se estabeleceram durante seu processo de constituição. Ao longo da formação do território brasileiro, estas relações foram constituídas de distintas formas e por distintos agentes, contudo, se observa que as políticas indigenistas influenciaram e, em muitos casos, foram determinantes para que isso ocorresse. Cabe destacar que estas não atingiram unicamente a região amazônica, mas de uma forma direta ou indiretamente afetaram todos os indígenas que habitam a área que hoje corresponde ao Brasil.

A expressão "política indigenista" muitas vezes é utilizada como sinônimo de toda e qualquer política governamental que tem ou teve as populações ameríndias como objeto. Devido a isto, se considerou necessário nesta pesquisa distinguir os diferentes agentes que interagiram com os indígenas, e em específico no processo de reconhecimento da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG), sendo a partir disto possível identificar os impactos destas políticas no território e as relações com os Tembé na região.

De acordo com alguns pesquisadores (PACHECO DE OLIVERA & FREIRE, 2006; BEOZZO,1983; CORDEIRO, 1999), estas políticas apresentaram dois enfoques: o primeiro estava relacionado com as que tinham como objetivo transformar os indígenas em mão-de-obra; o segundo, que se estende até hoje, corresponde às políticas que enfatizavam as questões sobre o território indígena. Os conflitos no território Tembé são resultantes destes dois enfoques, por isso o estudo deste caso evidencia o que foi destacado por Martins (2014): a fronteira é o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente e são disputados por diferentes grupos humanos.

Todos os enfoques dados por estas políticas não podem ser descolados da construção de estereótipos sobre a Amazônia, os indígenas e seus territórios. Em cada momento histórico foi necessário justificar e enfatizar a necessidade de atuação sobre as terras indígenas, sendo que muitas destas justificativas ainda hoje fazem parte do contexto Tembé e dos demais povos indígenas no Brasil.

2.1 Os indígenas como mão de obra

De acordo com Cordeiro (1999), as primeiras políticas indigenistas, estabelecidas entre o século XVI e XIX, estavam atreladas à necessidade da mão de obra na colônia portuguesa. Estas políticas eram contraditórias, uma vez que oscilavam entre o reconhecimento categórico da liberdade indígena e a legitimação da escravidão. Esta situação pode ser explicada ao analisarmos o papel das primeiras missões da Companhia de Jesus, grupo de religiosos que se dedicavam ao trabalho missionário e educacional em nome da Igreja Católica. Tendo como principal objetivo catequizar e estimular a expansão do catolicismo, principalmente nas colônias americanas, eram contrários à escravização dos povos indígenas e, por isso, constantemente entravam em conflito com o interesse dos colonos e da Coroa portuguesa. Cordeiro (Ibidem) e Beozzo (1983) afirmam que este posicionamento dos religiosos, ao longo da expansão das missões, se demonstrou incoerente com sua prática, uma vez que, com o tempo, também eles passaram também a explorar a mão de obra indígena.

Os jesuítas, que chegaram em 1549 e só se expandiram para a região amazônica a partir de 1600, segundo Schmink e Wood (2012), se tornaram rapidamente um "instrumento da completa transformação da vida material e cultural dos indígenas". Buscando uma solução para o impasse com os colonos, os religiosos propuseram a construção de aldeamentos, reunião de indígenas em aldeias geralmente próximas a povoações coloniais, que

incentivavam o contato com os portugueses. John Manuel Monteiro (1994) afirma que ao implementar esta política os missionários procuravam oferecer uma solução articulada às questões da dominação e do trabalho indígena, e foi devido a isto que se tornaram um sustentáculo da política indigenista no Brasil colonial.

A inserção dos indígenas de diferentes etnias nos aldeamentos ocorria através dos resgates ou dos descimentos, expedições realizadas por missionários com objetivo de convencer os indígenas, através da retórica, a saírem de suas aldeias e se juntarem aos novos aldeamentos. Na legislação da época os aldeamentos eram descritos como a garantia da liberdade indígena. No entanto, na prática, nestes locais eles eram forçados a adaptar-se a novos elementos culturais, sofrendo interferência religiosa e moral.

Monteiro (ibidem) afirma também que a estratégia utilizada pelos missionários jesuítas para a evangelização dos indígenas consistia inicialmente no ataque às religiões indígenas e a seus representantes, os pajés. Através do domínio da língua destas etnias, laços de confiança eram estabelecidos pelos religiosos que, utilizando da persuasão, incentivavam estes povos a organizarem-se em aldeamentos. Obrigados a se comunicar com os brancos e nativos através do português, foram, com o tempo, sendo genericamente chamados de "tapuias"[20].

Nessa nova organização, a sedentarização era essencial, pois propiciava maior controle sobre suas práticas culturais, possibilitando assim o rompimento com aquilo que não era visto como cristão. As famílias eram obrigadas a viver separadas, em casas próprias, e eram estimuladas a produzir farinha, algodão e outros gêneros alimentícios como feijão, milho e arroz. Se por um lado os jesuítas forneciam aos indígenas proteção da escravização pelos colonos, por outro as atividades nos aldeamentos se desvirtuavam em trabalhos forçados.

[20]Tapuia é uma palavra Tupi que era utilizada para designar os povos indígenas que falavam outras línguas (Cordeiro, 1999). Posteriormente, este termo passou a indicar os índios colonizados.

Quando a estratégia de expansão dos aldeamentos já se deslocava para a região norte, a colônia foi dividida em dois Estados independentes: o Estado do Brasil, que abrangia de Pernambuco à atual Santa Catarina, e o Estado do Maranhão, do atual Ceará à Amazônia. De acordo com Beozzo (1983,p. 26), a criação do Maranhão está profundamente conectada com a legislação indigenista e o exercício das missões na época.

A dificuldade de ligação das capitanias do norte com Salvador na Bahia (capital durante o período colonial) - principalmente devido às correntes marítimas que arrastavam os barcos para as Antilhas - tornou-se uma inquietação para a Coroa Portuguesa. A ameaça militar de corsários piratas, franceses e holandeses que construíram pequenos fortes e feitorias na entrada do rio Amazonas para comércio de madeira, pescado e especiarias das matas era constante. Para expandir fronteiras, assegurar limites e explorar as "drogas do sertão" - nome dado às especiarias da floresta amazônica - era necessário um profundo conhecimento das matas e, para isso, foi essencial neste período o trabalho dos indígenas que, sob controle de militares, levantavam fortalezas, e sob o controle de missionários, estabeleciam aldeamentos ao longo do caminho.

Beozzo (1983) ressalta a importância para os portugueses do apoio dos indígenas para impedir o avanço inimigo na Amazônia. Este apoio era, na maior parte das vezes, conquistado através da atuação dos missionários. Por isso, os religiosos podiam ser considerados a ponte entre as autoridades civis e militares e a população indígena, dando a eles poder de barganha no estabelecimento da política indigenista.

Quando as ameaças na região foram controladas, o indígena se tornou mais proveitoso como lavrador do que como soldado. Segundo Bessa Freire (2001), além dos indígenas terem se tornado força de trabalho escrava que estabeleceu os engenhos no nordeste, também sustentaram as empresas que exploravam as drogas do sertão na Amazônia após o fim das relações de escambo nas primeiras décadas do século XVI.

O trabalho indígena, mesmo com a atuação dos missionários, nem sempre ocorria de maneira pacífica. Nos anos de 1618 e 1619, pouco tempo depois da fundação da cidade de Belém (1616), diversas revoltas indígenas, lideradas pelos Tupinambá, ocorreram no Pará e no Maranhão. Devido a essa situação o governo enviou um regimento militar para solucionar de modo "pacífico" o conflito. Segundo Beozzo (1983), jesuítas relataram na época que mesmo com o fim das revoltas, mais de 30.000 indígenas foram mortos. Esse fato demonstra que a extrema violência e crueldade era uma prática comum nesta região, o que acabava gerando medo e impedia a política de aliança dos indígenas com os estrangeiros.

João Batista Rodrigues (1875) afirmava que os Tenetehara, que posteriormente se dividiram em Guajajara e Tembé, são uma subdivisão dos Tupinambá que no início do século XIX se deslocavam constantemente entre a região dos rios Tocantins, Capim, Guamá e Gurupi, na atual fronteira entre os estado do Pará e Maranhão. Este deslocamento, segundo Sales (1999), foi controlado com a chegada dos missionários jesuítas na região. Existem relatos que afirmam que entre os séculos XVII e XVIII existiam 16 aldeamentos Tenentehra na região oeste maranhense, também denominada região do Pindaré.

O estabelecimento dos aldeamentos, além de reduzir o transito destes indígenas, também gerou um aumento do número de colonos que desejava utilizá-los como mão de obra. No início do período pombalino[21], os missionários foram expulsos e os aldeamentos passam a ser organizados por diretórios geridos por civis. De acordo com Moreira Neto (1988), tratava-se de uma forma de organização de povoados na Amazônia, no qual vilas eram agregadas ás aldeias, proporcionando a proximidade da força de trabalho indígena aos colonos. Para justificar esta nova estrutura afirmavam a necessidade de reduzir o vazio populacional da área.

[21]Período Pombalino (1750 – 1777) refere-se ao período em que Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, exerceu o cargo de primeiro ministro português. Foi responsável por promover uma reforma na administração portuguesa e na relação colônia-metrópole (PONTE, 2014).

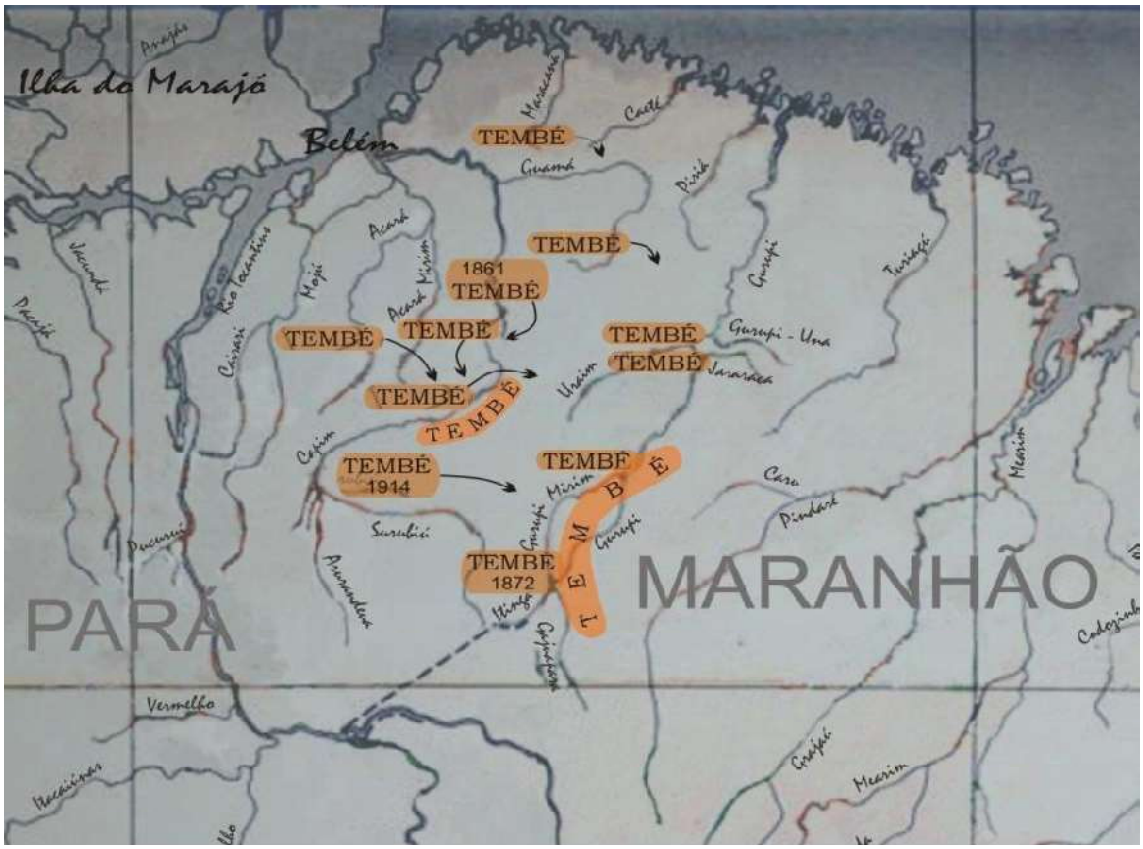
Essa organização não durou muito, mas produziu um aumento significativo das invasões da área e, consequentemente, o crescimento do número de povoados na região. A estratégia dos diretórios não resolvia a dificuldade de integrar um grande contingente de indígenas de forma econômica e social, por isso eram constantes as reações e revoltas. Uma das formas de reação mais utilizada pelos Tenetehara era a busca por isolamento. Dessa forma, pequenos grupos se deslocavam para áreas distantes a oeste dos aldeamentos e se organizavam de modo autônomo.

Alguns destes grupos, segundo Ponte (2014), se engajaram na extração de óleo de copaíba para negociar com regatões[22] através do sistema de aviamento. Neste sistema, os produtos florestais, como o óleo, eram trocados por gêneros manufaturados. A intensificação desta relação entre os Tenetehara e os regatões gerou não só o aumento da exploração por parte dos negociantes, mas também o aumento da extração do óleo da copaíba. Quando as árvores não supriam mais a demanda, os grupos formados por famílias extensas avançavam ainda mais para oeste. Segundo Schmink e Wood (2012), com o fim dos diretórios em 1798, a população indígena desta etnia se espalhou ainda mais ao longo dos rios amazônicos, se distribuindo em pequenos grupos.

Os grupos que permaneceram no Maranhão, na região do Pindaré, passaram a ser conhecidos como os Guajajara, e os que se espalharam pela região do Guamá e Gurupi, no Pará, foram denominados Tembé. Estes diferentes fluxos migratórios (FIGURA 10) estabelecidos após os aldeamentos,representam um dos aspectos importantes para entender as peculiaridades e as diferentes formas de organização social e econômicas dos grupos indígenas, o que também explica as diferentes interações com os não-indígenas.

[22]Comerciantes que percorriam os rios amazônicos trocando mercadorias por produtos florestais. (SALES, 1999)

FIGURA 10: Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú da migração do Tenetehara-Tembé[23]



Durante o período colonial, o indígena era visto como mão de obra para a estruturação do projeto português, e mesmo com estimulo da escravidão negra, nas áreas que hoje correspondem à região norte, os exploradores permaneceram subordinando o indígena como trabalhador. As políticas indigenistas neste período evidenciam esta situação, que gerou direta e indiretamente relações com não-indígenas tais como missionários, colonos e regatões. Estas relações, no entanto, só se intensificaram através da subordinação cultural e territorial dos indígenas aos religiosos, que desde o início compreendiam que a indianidade dependia da relação entre a cultura e a terra.

O surgimento dos Tembé é conseqüência deste processo, uma vez que o afastamento de seu território de origem no Maranhão foi resultado da ação dos missionários e da subordinação do indígena como mão de obra, nas aldeias e na comercialização com os regatões. A política indigenista dos aldeamentos resultou em transformações profundas na

[23] Fonte: Fundação IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1981.

estrutura desta etnia, mas a identidade indígena, mesmo com a sedentarização e as novas relações socioeconômicas, se manteve por meio de estratégias que buscaram a sua preservação: o deslocamento e a tentativa de independência econômica.

2.2 As políticas indigenistas como questão de terras

No início do século XIX, a questão de terras se tornou assunto de primeira ordem nas decisões no território brasileiro, por isso as políticas passaram a enfatizar a necessidade do controle, redução e exploração das terras indígenas. No Brasil, nesta época, se estabeleciam as grandes fazendas de café da região sudeste, as quais formaram a base do sistema político e econômico do Império[24]e estimularam os primeiros projetos de imigração européia. Cordeiro (1999) destaca que estes projetos faziam parte de uma tentativa da elite brasileira de associar a identidade do Império à de uma nação branca e cristã e, por essa razão, a indianidade aparecia na literatura da época de forma fantasiosa e romântica, sempre ressaltando o desaparecimento destes grupos.

Neste contexto, ocorreu no Brasil a proliferação dos planos de civilização dos indígenas, que tinham como finalidade "amansá-los" e propiciar a distribuição de suas terras entre a população considerada civilizada, ou seja, os colonos. De acordo com Cordeiro (Ibidem), as Cartas Régias da primeira metade do século XIX[25] permitiram o caráter repressivo das políticas indigenistas para o estabelecimento dos projetos de colonização e comunicação entre Goiás e o Pará. Além disso, existia o medo de uma possível rebelião nativista desencadeada pelos indígenas e mestiços, motivo pelo qual foram estabelecidas, principalmente na região centro-oeste, políticas de substituição de indígenas por colonos

[24] O período imperial brasileiro, que se iniciou no ano de 1822 com a independência do Brasil decretada por Dom Pedro I, é divido em três momentos: Primeiro Reinado (1822-1831), Período Regência (1831-1840) e Segundo Reinado, que só teve seu fim em1889 com a Proclamação da República.

[25] De acordo com Cordeiro (1999, p. 48), na Carta Régia de 1808 a escravidão indígena foi restabelecida por dez anos, e previa que "todo miliciano, ou qualquer morador, que segurar algum destes indígenas poderá considerá-lo prisioneiro de guerra, destinando-o ao serviço que lhes convier". Na Carta de 1811 o uso da força armada contra os indígenas que habitavam a área entre Para e Goiás era considerado indispensável.

através da extinção de aldeamentos. Esta prática, no entanto, não se expandiu para a região norte, pois a mão de obra indígena ainda era a predominante.

Durante a colonização, a região amazônica esteve diretamente vinculada à metrópole e, um ano após independência do Brasil, em 1823, a colônia do norte declarou oficialmente sua adesão, passando a integrar o país. Cordeiro (1999) ressalta que, mesmo com muitas políticas do Império afetando os territórios indígenas, como por exemplo, a remoção das aldeias e a liberação dos aldeamentos para colonização, a Constituição outorgada em 1824 não citava os ameríndios.

Esta nova situação gerou na Amazônia fortes tensões políticas que, de acordo com Schmink e Wood (2012), produziram intensas rebeliões, como a Cabanagem que eclodiu no Pará em 1834 e consistiu em uma revolta que se iniciou com a disputa entre elites rivais após a independência do Brasil. Entre 1835 e 1836, a revolta se estendeu para os centros urbanos e o interior, onde os rebeldes (cabanos, tapuios e negros) insurgiram-se violentamente contra seus senhores e patrões. Esta rebelião suscitou uma intensa repressão, que teve como conseqüência a redução de 1/5 da população indígena e a reformulação das políticas, uma vez que a presença indígena era vista como um obstáculo que deveria ser removido em benefício do progresso.

Na segunda metade do século XIX, por volta de 1850, aumentou significativamente o número de Tenetehara que se deslocava para as regiões dos rios Guamá, Capim e Gurupi, no Pará. Simultaneamente a esta intensificação do deslocamento dos Tenetehara, ocorria em outras regiões do Brasil a extinção de muitos aldeamentos. Segundo Cordeiro (1999, p. 50), as terras destes aldeamentos passaram a ser vendidas para particulares, e a justificativa utilizada era a de que não existiam mais indígenas na região, mas sim caboclos e mestiços.

Ficou evidente que as políticas do governo brasileiro eram embasadas na estratégia de disseminar a ideia do desaparecimento da identidade indígena. Ao afirmar que no país só existiam caboclos, estes, que se encontravam marginalizados na economia rural, mesmo apresentando traços indígenas, eram estimulados a assumir culturalmente a condição de brancos. A ascendência indígena passou a ser repudiada e cresceu o preconceito. Cordeiro (1999, p.50) cita que: "(...) as fricções interétnicas nas regiões de expansão da fronteira econômica em via de regra opuseram o caboclo de um lado e os índios de outro".

Durante o deslocamento dos Tenetehara para a região paraense, a Lei de Terras era instituída no Brasil[26]. As providências adicionais desta lei facilitavam a transferência de terras devolutas ao domínio privado e as terras indígenas seriam reservadas para colonização dos próprios grupos indígenas. Esta lei encorajou os governos provinciais a declararem extinto um grande número de aldeias, afirmando que não havia mais indígenas, mas apenas descendentes, possibilitando assim que as terras fossem vendidas.

Segundo o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1985, p. 182) - CEDI- até o final do século XIX, essa "nova área" no Pará serviu como refúgio, não só dos Tembé, mas de distintos grupos indígenas, como os Kaapor, Amanayé, Timbira e Turiwara, e também de quilombolas fugindo da pressão gerada pelos aldeamentos. Essa conjuntura mudou quando estes indígenas também passaram a ser submetidos aos diretórios, sendo obrigados a extrair óleo de copaíba para os regatões, que os exploravam de modo intenso.

A política dos diretórios permaneceu até o início do século XX, juntamente com o abuso dos regatões que passaram também a utilizar o trabalho indígena na busca por ouro,

[26] Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850: *Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra (...); Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm Acesso em: 23 de outubro de 2016

borracha, madeira de lei e como remeiros[27]. De acordo com Dodt(1939), os Tembé até o findar do século XIX, após a proclamação da república, apresentavam uma população que ultrapassava nove mil indivíduos. No início do século XX, a população já havia sido reduzida a mil indígenas (HURLEY, 1931), sendo que a maior parte destes se encontrava em aldeias próximas à região do rio Guamá.

Mesmo no nordeste do Pará, de acordo com Sales (1999), os Tenenehara, que passaram a ser identificados como Tembé, e demais etnias, permaneciam se deslocando. Foi apenas com o estabelecimento dos aldeamentos e dos diretórios na região que o trânsito destes indígenas se interrompeu, e eles passaram a ser confinados em espaços delimitados, tornando a terra restante "livre" para a ocupação dos não-indígenas. Dodt (1939) também afirma que boa parte desta movimentação dos Tembé estava relacionada com seu sistema de lavoura que exigia anualmente novos terrenos.

A fixação na região paraense não significou o fim das transformações no modo de vida Tembé. Para Sales (1999), a década de 1940 correspondeu, após a colonização, ao segundo período de maior transformação. Segundo ela, todas essas transformações estão diretamente relacionadas com os interesses econômicos na região, a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a delimitação da Reserva Indígena do Alto Rio Guamá.

A Amazônia, desde o final do século XIX, ganhava importância pela abundância de matéria-prima para produção de látex, que era muito requisitado na época pelas indústrias automobilísticas nos Estados Unidos da América e na Europa. A expansão desta produção gerou o aumento da população no nordeste paraense, principalmente após a construção da ferrovia Belém-Bragança, que se tornou o suporte para a colonização de vastas áreas inexploradas e provocou a melhoria no fluxo de produtos agrícolas para o abastecimento de Belém. A proximidade com o Maranhão também favoreceu o desenvolvimento de projetos

[27] Remeiros são os trabalhadores, que na Amazônia eram indígenas, que conduziam embarcações com mercadorias e mantimentos (CORDEIRO, 1999).

que tinham como objetivos: expandir a interligação entre os dois estados através de um corredor comercial entre o Guamá e o Gurupi; e construir as linhas telegráficas[28] (PONTE, 2014).

Com a crise da borracha nos anos 1920, o setor agropecuário ganhou destaque nesta área, pois, além dos trabalhadores dos seringais falidos, um grande fluxo de migrantes nordestinos, principalmente vindos do Maranhão e do Ceará após uma seca intensa em 1915, se instalou na região. Essa população crescente, que representou também um aumento da produção camponesa, foi assentada próxima ao território Tembé, o que gerou a criação dos municípios de Capitão Poço, Ourém e Vizeu, ao norte do que hoje é a Terra Indígena do Alto Rio Guamá. Segundo Ponte (2014), esse contexto evidencia que o nordeste paraense correspondeu a uma das primeiras fronteiras agrícolas da Amazônia.

Frente aos projetos do governo, a presença e circulação na região dos Tembé, Timbira, Amanayé e dos Kaa'por constituía-se em um obstáculo. Na tentativa de pensar em soluções, o governo do Pará organizou uma comissão liderada por Hurley[29] para realizar incursões na área entre o Guamá e o Gurupi. Os resultados desta comissão foram extremamente importantes para expor as características da região ocupada pelos indígenas e para propor transformações. Além do modo de vida, das relações com não-indígenas e da distribuição das aldeias, Hurley (1928) relatou que a área era muito rica em fauna e flora e, devido a isso, considerava o povoamento pelos colonos nordestinos enriqueceria o patrimônio agrícola do estado. Também afirmava que as atividades extrativistas e agrícolas, que poderiam ser desenvolvidas pelos próprios indígenas, demandavam a necessidade da

[28] Segundo Domingues (2010), a então recém criada República buscava ampliar sua autoridade sobre as áreas inexploradas do território brasileiro. Considerando este objetivo, a construção das ferrovias e linhas telegráficas se tornou essencial. O telégrafo foi o primeiro sistema de informação utilizado em cadeia mundial, permitindo que um telegrama fizesse a volta ao mundo em apenas nove minutos.

[29] Historiador e magistrado, Henrique Jorge Hurley, depois de cumprir sua carreira militar de 1898 a 1907, foi juiz substituto da Comarca de Baião e Marapanim/PA. Tornou-se promotor público de Curuçá, Macapá e Vizeu/PA, foi também juiz de Direito da Comarca de Afuá e Breves/PA e por último desembargador do Tribunal do Estado do Pará em 1934. (GUIMARÃES, 2012)

construção de uma entrada entre o Guamá e o Gurupi para facilitar o escoamento da produção.

As propostas e os dados obtidos por Hurley (1928) foram de extrema importância para o fortalecimento da atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O SPI, anteriormente chamado de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores (SPILTN), foi criado em 1906 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Extremamente incentivado pelo Marechal Candido Rondon[30], tinha como finalidades:

> a) estabelecer a convivência pacífica com os índios; b) agir para garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) fazer os índios adotarem gradualmente hábitos "civilizados"; d) Influir de forma "amistosa" sobre a vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) poder acessar ou produzir bens econômicos nas terras dos índios; h) usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; i) fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação (SOUZA LIMA, 1987 apud PACHECO DE OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 112-13).

O SPI apresentava a condição do indígena sempre como transitória e, por esse motivo a política indigenista desejava neste período transformar o indígena num trabalhador nacional. Para alcançar este objetivo utilizava métodos e técnicas educacionais que estabeleciam mecanismos de homogeneização e nacionalização dos povos indígenas. As determinações deste órgão evidenciavam a necessidade de controlar os processos econômicos dirigidos aos indígenas, o que permitia disciplinar e dominar as atividades desenvolvidas nas suas áreas.

Segundo Pacheco de Oliveira e Freire (2006), Rondon, para auxiliar as ações da SPI, desenvolveu táticas e técnicas padronizadas baseadas em noções militares para atração e

[30]Marechal Cândido Rondon foi um militar e sertanista que participou de várias expedições para explorar a região amazônica. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, sendo responsável pela elaboração das principais táticas utilizada na "pacificação" de vários povos indígena no Brasil. Disponível em: <http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default> Acesso em 20 de outubro de 2015.

"pacificação" dos indígenas. Contudo, como nenhuma delas respeitava as especificidades de cada caso, foi comum, durante o estabelecimento destas ações, que os inspetores da SPI incentivassem e considerassem benéfico o deslocamento das comunidades. Esta situação gerava mortandade, pois não havia assistência sanitária e nem alimentos na nova área.

Os Tembé começam a ser influenciados por este órgão indigenista em 1911, com a criação do primeiro Posto de Atração denominado Felipe Camarão. Posteriormente, em 1927 e em 1929, foram criados, respectivamente, mais dois postos: o Posto Pedro Dantas e o Posto General Rondon. Estes postos consistiam em um local próximo aos grupos onde os inspetores da SPI aplicavam a técnica de contato de Rondon, mantendo atitudes defensivas até estabelecer e consolidar, de modo pacífico, a relação com indígenas. Nestes postos também introduziam atividades educacionais voltadas para a produção econômica e o atendimento médico (SALES, 1999).

A construção dos três postos constituiu uma tentativa da SPI de concentrar em um único território as diferentes etnias que habitavam o nordeste paraense, com a finalidade de controlar os conflitos que eclodiam entre os povos e facilitar o desenvolvimento dos projetos do governo do Pará e do Maranhão. Entre as etnias, os Kaa'por eram considerados pelo órgão indigenista os mais violentos e difíceis de "pacificar", por isso os Tembé, principalmente do Gurupi considerados "mansos", foram utilizados como intermediários[31] na relação com a SPI. Para realizar a "pacificação", os Tembé foram deslocados para próximo do posto de atração Pedro Dantas,o que aproximou as duas etnias, mas também propiciou o avanço da epidemia de sarampo e gripe. Segundo Sales (1999), devido a mortandade de indígenas, muitos Tembé do Gurupi abandonaram as aldeias na cabeceira do rio, próximo ao posto, e passaram a se instalar no curso médio do rio Gurupi.

[31] Em uma das entrevistas realizadas em campo por Ponte (2014), PatikaTembé, uma das lideranças mais velhas, relata que a intermediação com os Kaa'por ocorria da seguinte forma: "(...)levando mercadoria pra eles, levando roupa pra eles, levando ferramenta pra eles. Até que um recebeu mercadoria, recebeu, aí foi embora. Quando uma época chegou, outra vez aí foi amansando." A estratégia de utilizar "presentes" como forma de aproximação, era uma das técnicas disseminadas por Rondon.

A atuação deste órgão, atrelada ao desenvolvimento econômico da região, produziu transformações intensas entre os Tembé que habitavam o Guamá, uma vez que estavam mais próximos dos municípios de Capitão Poço, Ourém e Vizeu. Segundo Sawyer (1979), antes de 1930 era difícil ver dinheiro circulando entre estes municípios, e na área indígena, as atividades comerciais estavam baseadas apenas na troca de mercadorias. Sales (1999) afirma que nesta época as atividades comerciais controladas inicialmente pelos diretórios, passaram a ser geridas pelos inspetores da SPI, que ampliaram a produção de malva, castanha, arroz e feijão, e a extração de madeira, juntamente com a inserção da economia monetarizada.

A chegada dos nordestinos era vista, segundo Sawyer (1979), como capaz de propiciar "o progresso" da economia local e, em razão disto, foi intensamente estimulada. "Os estereótipos correntes estabelecem contrastes entre os 'caboclos' nativos do Pará, que viviam na sombra da árvore à beira do rio, e os nordestinos, que penetravam na floresta e derrubavam as árvores 'igual à saúva'" (Ibidem, p.784). Este fluxo migratório não modificou apenas as atividades econômicas do nordeste paraense: a paisagem da região, principalmente do Guamá, foi transformada com o crescente desmatamento iniciado na época pelo avanço da ocupação dos nordestinos, e com o estimulo, por parte da SPI, da extração de madeira pelos próprios Tembé.

Esta conjuntura demandava por parte das autoridades uma ação frente ao número crescente de colonos e a disputa pelas terras indígenas na região. Segundo Sales (1999), o Interventor Federal do estado, Cel. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, a SPI e os proprietários de terras propuseram a criação de uma reserva indígena, no qual os todos os grupos indígenas que habitavam a região ficariam confinados e, além de serem "pacificados" e transformados em mão de obra, as demais áreas da região estariam "livres" para o extrativismo e o estabelecimento de lotes para os colonos nordestinos.

A ocupação indígena na área sempre tinha obedecido o percurso dos rios e igarapés. A criação da reserva propunha a ocupação em um lote com fronteira linear, retangular e fechada, o que limitava certas práticas culturais. Os Tembé do Guamá sempre ocuparam ambas as margens do rio, contudo quando o decreto de criação da reserva estava sendo instituído, foi descoberto que tanto na margem esquerda quanto na direita existiam proprietários com a posse documentada: o Conde Koma[32] e o Major José Antonio Fernandes dos Santos, que não ocupavam o espaço territorial de fato. O governo estadual, responsável na época pela formalização das reservas indígenas, permutou uma área em outro local para os dois proprietários.

Para resolver a questão do assentamento dos colonos, o Interventor determinou que estes se estabelecessem na margem esquerda do rio Guamá, no entanto, para que isso ocorresse, era necessário a atuação da SPI para convencer os Tembé a se deslocarem para a margem direita, uma vez que a área reservada compreenderia da margem esquerda do rio Gurupi à margem direita do rio Guamá. Com intuito de persuadir os indígenas para mudarem e permanecerem na reserva, o órgão criou o Posto Indígena Tembé na margem esquerda. Mesmo com esta ação, segundo Sales (1999), a transferência não foi pacífica. O agente da SPI, Quintino Felipe dos Santos, conhecido pelos indígenas como 'capitão', discutiu o assunto com os indígenas mais velhos que entenderam que a mudança seria apenas da moradia, e que eles não perderiam o espaço tradicional. Porém, não foi isso que ocorreu, e rapidamente os Tembé perceberam que tinham perdido parte do território.

A Reserva Indígena do Alto Rio Guamá (RIARG) foi decretada em 1945: "Artº1 - Fica reservada, no município de Viseu, aos índios Tembé, Timbira, Kaa'por e Guajás a área de terras situadas à margem esquerda do Rio Gurupi e à margem direita do rio Guamá (...)" (SALES, 1999, p.45). Muitos Tembé do Guamá não se submeteram a esta nova estrutura, e

[32] Segundo Sales (1999), o Conde Koma atuava desde 1929 na introdução de imigrantes japoneses no Vale do Acará e Castanhal; e Major Fernandes vivia em Igarapé-Açu.

mudaram para os arredores da cidade de Ourém ou para a região do Gurupi. Os Postos Indígenas (PI) Tembé, no Guamá, e Pedro Dantas, no Gurupi, foram de extrema importância para a manutenção da reserva, uma vez que centralizavam o poder nos chefes de posto. De acordo com Alonso (2009, p.38-39), os objetivos formalmente definidos pelo SPI para o estabelecimento da reserva foram:

> a) Definir uma terra para esses índios que não tinham terra; b) construir uma estrada que atravessaria a RIARG de norte a sul para facilitar a comunicação com o PI Pedro Dantas; c) criar no centro da reserva, o P.I. Piriá para assentar nessa área os índios dispersos pelos rios Capim, Acará e Moju – estes dois últimos objetivos foram paralisados logo no início por falta recursos; d) viabilizar a produção das roças do posto.

Analisando as políticas desenvolvidas ao longo da atuação deste órgão na RIARG, observou-se que as principais ações de seus agentes eram voltadas para viabilizar e ensinar os "serviços da lavoura" para os indígenas. De acordo com Alonso (1996), o P.I. usava a técnica de distribuir mercadorias, vistas pelos agentes como "adiantamento" ou crédito, a ser retribuído mediante os serviços realizados pelos trabalhadores indígenas no posto. Tratava-se de uma prática que forçava parte dos Tembé a aumentarem constantemente sua produtividade para se manter na reserva.

Nesta época, também foi criada uma cantina onde eram fornecidos para as aldeias: alimentos, roupas, ferramentas e utensílios. O consumido era descontado da folha de pagamento dos indígenas. Inicialmente toda a produção era repassada para as aldeias. Alguns anos depois da implantação deste sistema, o excedente passou a ser vendido para as cidades vizinhas, gerando lucro para o próprio posto. Esta organização colocava o P.I. no centro das atividades econômicas, contudo, paralelamente, muitos indígenas vendiam por conta própria madeira para as cidades próximas, como Ourém (CEDI, 1985).

Segundo Alonso (1996), a Reserva Indígena atribuiu juridicamente um território aos Tembé. Contudo trata-se de uma relação entre terra e indígenas mediada pelo Estado

através de um órgão federal, neste caso o SPI, encarregado de executar as políticas indigenistas. Mesmo tendo reservada a área, este órgão não efetuou a demarcação e o processo de regulação só foi iniciado nos anos 1970, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Na condição de Reserva Indígena, a localização e a imobilização dos Tembé era controlada pela União. Além disso, estavam em condição de tutelados, sendo influenciados por uma política centralizadora viabilizada pela criação dos Postos Indígenas, que pretendia utilizar de práticas de socialização executada pelos chefes de posto.

2.3 As políticas indigenistas entre as "novas" formas de expropriação do território indígena

A criação da Reserva Indígena do Alto Rio Guamá, segundo Sales (1999), redefiniu não só a forma de relação do povo com a terra, mas também a relação dos Tembé com outros grupos no território. As práticas culturais, as relações parentais e a cosmografia indígena, se estabeleciam em conjunto com a dinâmica dos postos indígenas e a crescente produção comercial. Para Sales (Ibidem) e Ponte (2014), a década de 1960 representou para os Tembé da RIARG o surgimento de novos impactos que consolidaram uma separação entre os diferentes grupos locais, e conseqüentemente, ainda mais transformações no modo de vida e no território desta etnia.

De acordo com Bigio (2007), nesta época, devido à pressão internacional em relação às diversas acusações de genocídio no Brasil, corrupção e ineficiência administrativa, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) para investigar a SPI. Como resultado da investigação, mais de cem servidores foram demitidos ou suspendidos do órgão, e após a reformulação do aparato estatal pelos militares depois do golpe de 1964, surgiu a proposta da criação de um novo órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Sua criação, em 1967, enfatizava a necessidade de continuar a realizar uma ação indigenista pautada no integracionismo dos povos indígenas à sociedade brasileira para evitar que esses povos impedissem a expansão das frentes econômicas do capital, ainda tendo como referência o trabalho desenvolvido pelo General Rodon no início da SPI. Assim, as contradições do órgão extinto permaneciam na FUNAI: as comunidades indígenas deveriam ser respeitadas, mas para isso era preciso que ocorresse a aculturação atrelada a uma educação que inserisse o indígena na sociedade nacional

Este novo órgão, presidido desde sua origem até 1983 por militares, deve ser entendido como

> parte do esforço global de redefinição do aparato burocrático-administrativo do Estado, realizado por voltar de 1967-1968, quando se preparava mais um dos ciclos de expansão econômica e espacial da formação econômico-social capitalista brasileira(LIMA, 1984, p. 1410).

As terras ocupadas pelos indígenas, já no ano de 1967, foram transferidas para a União pela constituição brasileira, tirando qualquer possibilidade de intervenção por parte dos governos estaduais, como ocorria por meio da SPI. Em 1969, uma Emenda Constitucional determinou que as terras passariam a ser inalienáveis, restando à FUNAI, enquanto tutora, assegurar a posse aos indígenas.

Este novo órgão indigenista manteve os postos indígenas, mas estes se transformaram em delegacias regionais. Segundo Gomes (2002), estas tinham a incumbência de coordenar as atividades dos postos indígenas e de dar solução aos problemas dos indígenas. Além disso, médicos e odontologistas passaram a visitar os postos para amparar as aldeias. Muitos dos servidores que pertenceram ao SPI foram transferidos para a FUNAI e iniciaram suas atividades desenvolvendo frentes de atração, ou seja, atraindo grupos indígenas para habitar próximos aos postos, o que gerava muitas mortes. A maior parte das ações deste

órgão demonstrava o que já havia ocorrido em outros períodos: o pós-contato sempre gerava doenças, fome e, muitas vezes, ainda mais violência.

As ações da FUNAI e as diversas denúncias contra os governos estaduais nesta época não foram suficientes para que a apropriação indevida de terras indígenas e do patrimônio indígena fosse cessada. As relações estabelecidas até a década de 1980 tinham o intuito de legitimar o controle dos não-indígenas sobre as terras, objetivando sempre destruir os domínios sancionados tradicionalmente por estes povos.

Se para Ponte (2014) a chegada dos colonos nordestinos na região da RIARG representava o início da expansão da fronteira agrícola, para Sales (1999) a expansão começou antes, através da presença de duas propriedades privadas formais – Conde Koma e Major Fernandes – cujas origens são duvidosas. Posteriormente a isto, se estabelece na região uma lógica de ocupação que sobrepunha acordos e contratos, até mesmo desrespeitando a criação da reserva do Alto rio Guamá.

O Estado, ainda na década de 1960, desenvolveu novas políticas de ocupação no nordeste paraense por meio do Programa de Desenvolvimento Regional denominado Operação Amazônia, cujo objetivo era a concessão de incentivos fiscais destinados a investimentos privados. De acordo com Amparo e Porto (1987), este programa foi acompanhado de grandes obras de infraestrutura, com elevados investimentos na construção de hidroelétricas e rodovias. No município de Irituia, o trecho da rodovia Belém-Brasília foi um dos primeiros a ser asfaltado, e em 1975 o governo terminou a BR-316 Pará-Maranhão, que também passava próxima à região do Guamá, o que facilitou assim o acesso à reserva.

Segundo Ponte (2014), também entra em vigor neste período o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), que impulsionaram o setor agropecuário na região. Além disso, os incentivos fiscais dados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para os Pólos Agropecuários

e Minerais fizeram o setor secundário duplicar sua participação na economia, e crescer o número de multinacionais que se instalavam no Pará.

Sales (1999) destaca que este contexto propiciou o aumento das propriedades rurais, com área igual ou superior a 20.000 hectares ao redor da reserva, como também das madeireiras. Os novos proprietários, chamados pelos munícipes de "fazendeiros", pressionavam os moradores para vender suas terras, e estes moradores acabavam se deslocando para ocupar novas áreas no interior da "mata", ou seja, em locais cada vez mais próximos da reserva. Nas entrevistas realizadas com Ponte e Lobo para este trabalho, ambos descreveram que até hoje no entorno da Terra Indígena do Alto Rio Guamá, a presença destas grandes propriedades faz parte da paisagem local. Na região do Gurupi, para se ter acesso às aldeias, é necessário passar por dentro destas fazendas.

As políticas indigenistas na década 1970 tinham como objetivo reduzir o número de indígenas considerados "legítimos", para que assim as ideias de distribuição das suas terras fossem possíveis. Segundo Alonso (1996), o desenvolvimento das atividades agrícolas foi a principal estratégia utilizada para integrar os Tembé na economia regional. O posto indígena que já atuava neste sentido desde a SPI, passou a controlar ainda mais a produção dos roçados. Os Tembé relataram para essa antropóloga (Alonso, 1996) que os chefes de postos brigavam com eles se levassem os produtos para vender fora, pois todas as famílias eram pressionadas a vender exclusivamente para o posto. Quanto mais eram "integrados" à economia, mais eram vistos como não-indígenas, por isso as políticas nesta época sempre estiveram relacionadas à necessidade de discriminar "quem era índio" e "quem não era índio".

Ponte (2014) e Sales (1999) destacam também a conivência da FUNAI durante o período da intensificação das invasões na reserva indígena, nas décadas de 1960 e 1970. A

CIDAPAR (Companhia Agropecuária do Pará)[33], também conhecida como Fazenda Uraim, foi a primeira empresa invasora na região, possuindo uma área total de 71.345 ha, 11.000ha dos quais estavam dentro da RIARG. Em 1970, a Delegacia Regional da FUNAI de Belém se manifestou em um parecer de sua assessoria jurídica informando a invasão por parte da empresa à sede do órgão em Brasília. Contudo, segundo Sales (Ibidem), foi descoberto que esta empresa teria conseguido uma "certidão negativa" de ocupação pelo próprio órgão indigenista, e esta documentação teria sido resultado de um acordo entre a CIDAPAR, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Ministério do Interior, a Presidência da FUNAI em Brasília e o Governo do Estado.

A pressão por parte da SUDAM prevaleceu e a sede da FUNAI em Brasília expediu um documento afirmando: "Certifico, não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas nas terras de interesse da peticionaria" (IBID, fls. 076 apud SALES, 1999, p. 53). Neste mesmo documento o Presidente da FUNAI propôs ao Governo do Pará a liberalização da reserva indígena (SALES, 1999).

> [...] considerando o surto desenvolvimentista por que passa todo esse Estado, graças à feliz conjugação dos esforços da SUDAM e do Banco da Amazônia S/A, da iniciativa privada e do presente Governo de Vossa Excelência, vê-se esta Presidência na disposição realista de propor a Vossa Excelência a desinterdição da área em tela por via de competente ato estadual" (IBID, fls. 076 apud SALES, 1999, p. 53-54).

Buscando legitimar sua certidão, o Presidente da FUNAI tomou medidas no sentido de desocupar a área da presença indígena, e solicitou à Delegacia Regional de Belém a imediata transferência do Posto Indígena Pedro Dantas, no Gurupi, para a área do aldeamento dos indígenas Urubus no Maranhão. A mudança, no entanto, não foi concretizada, pois efetivamente os indígenas ocupavam a área e existia roçado dos Tembé em toda a região do Gurupi no Pará, situação que acabou inviabilizando o deslocamento (SALES, 1999).

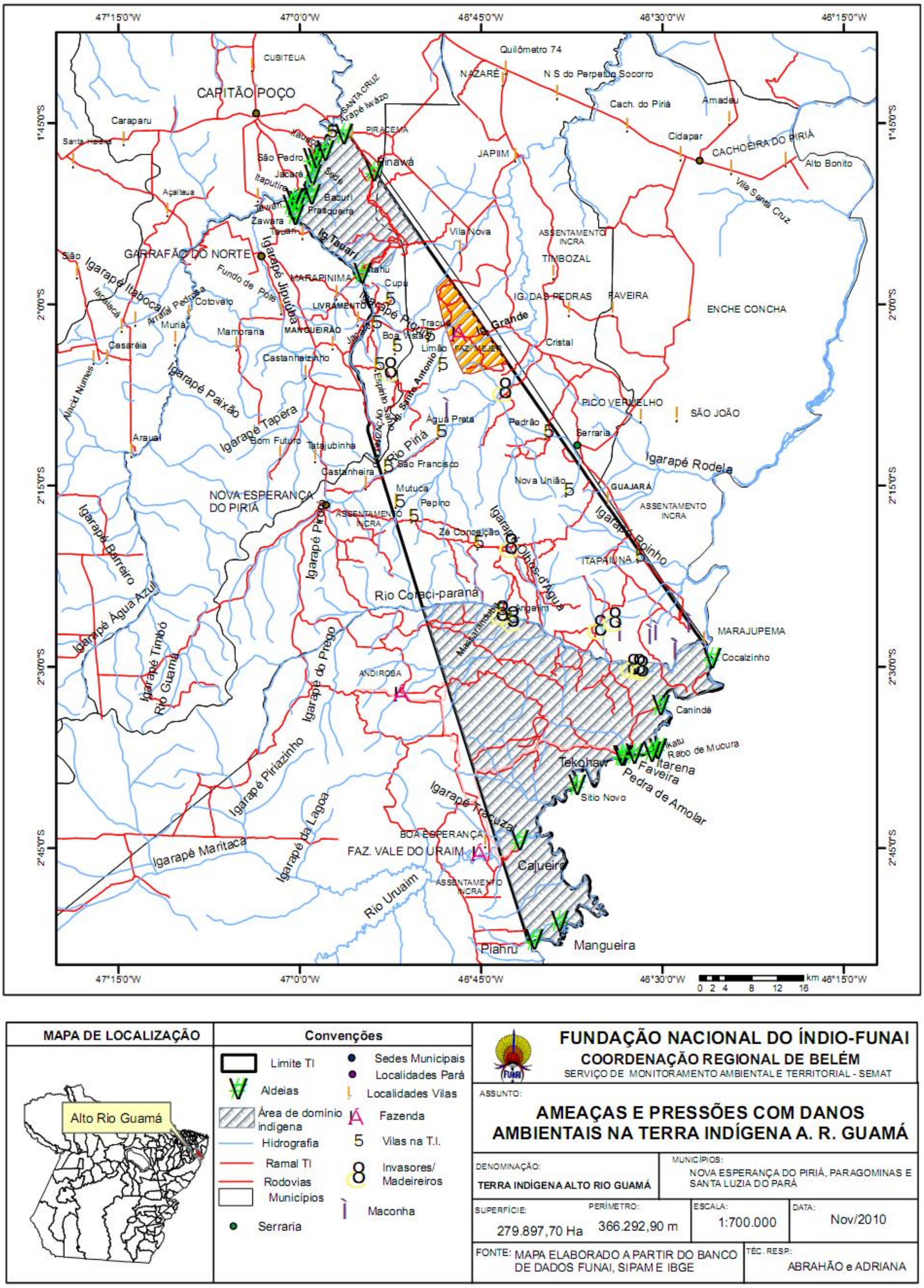
[33] A CIDAPAR era subsidiária da Swift-Armour é uma empresa frigorífica da Argentina, subsidiaria do grupo brasileiro JBS. (Ponte, 2014).

Segundo a mesma autora, em 1971 a Presidência da FUNAI expediu uma outra "certidão negativa", dessa vez para a empresa CONSUPLAN S/C, intermediária do proprietário Walter Fonseca Freire, para aquisição de terras no interior da reserva, no lado oeste. A instalação destas duas empresas acelerou o processo de invasão na reserva que, segundo o chefe do Posto Indígena da época, contava com o apoio do Comissário da Polícia dos povoados próximos ao Guamá.

Conforme o CEDI (1995), os constantes conflitos entre indígenas e os invasores forçou a FUNAI em 1972 a iniciar o processo de demarcação da reserva. Tentando impedir isto, a empresa CIDAPAR contratou uma milícia particular para prejudicar a passagem da linha demarcatória nas suas supostas terras. Devido a esta pressão a FUNAI suspendeu os trabalhos, que só se reiniciaram em 1974. Esta demora para a demarcação acabou proporcionando o aumento do número de posseiros na reserva.

Em 1975 outro empreendimento econômico invadiu a reserva e modificou os marcos demarcatórios: a empresa Mejer & Cia, que pertencia ao industrial e pecuarista Mejer Kabacznik. Segundo a FUNAI, a área invadida correspondia a 14 km de extensão e 4km (FIGURA 11) de largura, o que aumentou o tamanho desta propriedade que estava situada nos limites da reserva. Além de se apropriar das terras indígenas, Mejer construiu uma estrada de 24km de extensão ligando sua propriedade, localizada àlesta da RIARG, com a Vila Pau do Remo situada a oeste da reserva.

FIGURA 11: Mapa das ameaças e pressões na Terra Indígena do Alto Rio Guamá



Quando os Tembé e a Delegacia Regional de Belém tomaram conhecimento desta construção, conseguiram que a obra fosse embargada. Mais uma vez, na Presidência da FUNAI, General Ismarth de Oliveira aceitou o pedido do pecuarista e permitiu que a estrada fosse finalizada. No acordo entre o órgão e Mejer existiam clausulas que exigiam que a estrada se constituísse num patrimônio indígena. Além disso, o proprietário teria a tarefa de vigilância nos pontos extremos da estrada para evitar invasão, e prestar assistência agrícola aos Tembé. Como a empresa não cumpriu estas determinações, em 1979 a FUNAI entrou com duas ações visando a reintegração de posse e o cancelamento do acordo. Estas ações ficaram pendentes até os anos 2000. (CEDI, 1995; SALES, 1999)

Conforme Sales (1999), a construção desta estrada abriu um verdadeiro corredor de invasões por parte principalmente dos posseiros da região. Os políticos da época afirmavam constantemente que na reserva não existiam mais indígenas e, em troca de votos, apoiavam os posseiros, prometendo entregar o título de propriedade às suas posses na reserva. Uma das características da ocupação destes agricultores era a necessidade, a cada três anos, de mudar o local do roçado, o que gerava o avanço da invasão para o interior da reserva. De acordo com mesma autora, a chegada destes posseiros, caboclos de visível ascendência indígena, introduziu novos hábitos culturais e novas modalidades de plantio entre os Tembé.

Segundo o posseiro cearense Aguiar, entrevistado por Alonso (1996, p. 37), entre 1947 a 1970 os agricultores que habitavam o entorno e as áreas da reserva produziam principalmente milho, farinha e arroz. Nos anos de 1970 e 1980, o aumento da quantidade de madeireiras na região, após a construção das estradas na reserva, fez com que muitos destes posseiros priorizassem a extração da madeira, o que gerou o crescimento das áreas desmatadas.

Alonso (1996) afirma que no final da década 1970 crescia entre os Tembé a desconfiança dos chefes de postos e demais agentes da FUNAI, o que gerou o fim do

endividamento dos indígenas nas cantinas e a obrigação de vender sua produção para os postos. Os indígenas relatavam o escasso interesse por parte dos integrantes deste órgão de resolver as principais questões da reserva, e atitudes impróprias por parte de alguns chefes de posto, como o que inseriu bebidas alcoólicas nas aldeias[34] e teria incentivado a venda de madeira para ganho próprio. Foi nesta conjuntura de enfraquecimento da influência do órgão indigenista que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ganhou importância entre os Tembé.

A atuação do CIMI na reserva do Alto Rio Guamá foi iniciada em 1980 e tinha como principais finalidades: coordenar a Pastoral Indígena, assessorar os missionários e conscientizar a sociedade brasileira a respeito dos povos indígenas. Através dos princípios da Teologia da Libertação[35], os religiosos acreditavam que a "causa indígena" era uma obrigação moral, destinada a reverter os efeitos negativos vivenciados pelos povos indígenas durante os períodos colonial, imperial e republicano devido à atuação da Igreja Católica e do Estado. Segundo Suess (1989, p.32),

> Desde sua primeira Assembleia Geral, de 1975, o CIMI se comprometeu a 'procurar, por todos os meios, devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria história.

Uma das principais ações do CIMI na reserva foi a criação da escola, que se transformou em um espaço de reunião onde se discutiam os problemas da comunidade. Além disso, desenvolviam atividades que buscavam reforçar a cultura do povo Tembé. Segundo

[34] De acordo com Alonso (1996, p. 46), nos anos de 1985 a 1989, o chefe do posto indígena do Guamá era chamado de Solimões. Segundo os próprios indígenas, ele teria realizado festas e estimulado a entrada de bebida alcoólica nas aldeias. Ele também teria ganhado dinheiro permitido a entrada de posseiros na RIARG para extração e venda de madeira.

[35] A Teologia da Libertação, conforme Alonso (1996, p. 61), é uma corrente cristã que parte do princípio de que o evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e que a teologia deve se apropriar das ciências humanas e sociais.

Ponte (2014), as intervenções do CIMI contribuíram de modo significativo para a organização política deste povo e também agiram no sentido de estimular que as principais lideranças indígenas começassem a discutir internamente, sobre a regulação da indianidade e a luta por reconhecimento, no momento em que, com o fim da ditadura militar, se estruturava a Constituição de 1988. Surgiria a partir disto, um novo momento para os direitos indígenas e a preservação de seus territórios.

Considerando os impactos destas distintas políticas indigenistas, do período colonial às décadas finais do século XX, era esperada a total desarticulação política e controle por parte dos não-indígenas do território Tembé. No entanto, considerando a situação atual desta etnia apresentada no primeiro capítulo, observa-se que estes objetivos não foram alcançados. Ao longo deste intenso processo de exploração e expropriação, a luta indígena se fortaleceu, seja autonomamente, seja com apoio de instituições.

Em todos os momentos históricos analisados, observa-se que as políticas indigenistas enfatizavam os mesmos aspectos: a exploração e expropriação cultural e territorial. A identidade indígena, do período colonial ao republicano, precisava desaparecer e o discurso do Estado precisava legitimar isto. Se no primeiro momento as políticas descaracterizavam a cultura através da catequização e controle das missões religiosas, no segundo foi necessário desregular, controlar e limitar o território indígena, por meio dos aldeamentos, dos diretórios, da reserva, e da atuação da SPI e da FUNAI. As consequências destas políticas sempre foram as mesmas: mortandade, violência e perda das terras.

Na segunda metade do século XX, o integracionismo se tornou palavra de ordem. Não se discutia, durante os governos militares, o direito indígena, as questões essenciais para estas comunidades e a preservação de suas culturas. Ao contrário, o foco era integrá-los na economia regional. Este objetivo não vinha sozinho, estava imbricado nos projetos de

desenvolvimento da Amazônia e na expansão da fronteira agrícola, que não pressionava apenas esta etnia, mas também os camponeses que avançavam sobre suas terras.

A ampliação do contato dos Tembé com os camponeses, e as transformações geradas por esta aproximação, passaram a ser utilizadas como justificativa para o desaparecimento da identidade indígena. Além disso, o avanço do capital sobre a Amazônia acabou colocando camponeses e indígenas em lados opostos, estimulando, assim, um conflito que até hoje não se encerrou.

Frente a este contexto, no próximo capitulo será analisado como os impactos produzidos pelos projetos de desenvolvimento e o aumento das invasões dos fazendeiros e camponeses influenciaram a organização política e a resistência Tembé, no momento de avanço dos direitos indígenas com a Constituição de 1988. Também se enfatizará as estratégias utilizadas por essa etnia para a manutenção e preservação de seu território.

CAPÍTULO 3: A resistência Tembé frente as ameaças contra seu reconhecimento

A compreensão da luta Tembé na atualidade demanda o aprofundamento sobre o avanço do capitalismo na Amazônia a partir do período militar. As pressões no território deste povo sempre existiram, mas surgiu neste período uma nova dinâmica que, contraditoriamente, ao gerar conflitos, também produziu a resistência. Martins (1991, p. 153) confirma esta situação quando relata que

> A contradição está no fato de que a recuperação das terras perdidas pelos povos indígenas envolve de imediato o questionamento da expropriação sofrida, o questionamento da legitimidade e do poder dos expropriadores, dos seus interesses de classe e da dominação que exercem através do Estado.

As pressões e ameaças sofridas pelos Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá não são casos isolados, mas sim situações recorrentes em quase todos os territórios indígenas no Brasil. A intensificação destes conflitos afetou não só os indígenas, mas também os camponeses, que foram colocados em lados opostos, apesar de serem expropriados e explorados pelos mesmos agentes. Essa condição foi explicitada por Kelé, um dos Tembé do Guamá:

> Todo esse pessoal que morava por perto sabiam que a gente era índio, os mais velhos reconhecem isso. Até por que nesse tempo eles [*os colonos*] não tinham raiva da gente. Hoje em dia eles já têm por causa da invasão da terra, nesse tempo não, eles viviam tão-bom que nem a gente, tão-bom como índio, quer dizer eles não tinham precisão de invadir a terra dos índios porque tinham muita terra também. Já hoje em dia eles invadem as terras dos índios aqui, porque também tomaram a deles lá. (ALONSO, 1996, p. 39)

Esta oposição também foi ressalta por dois dos entrevistados ao longo da minha pesquisa:

> [...] porque os assentamentos aqui na Amazônia acabam sendo ponta de lança para retirada de madeira para invasões. Eu nunca vi assentamento em torno de uma terra indígena que isso não aconteceu, na época que isso aconteceu na ditadura... eu faço uma leitura assim, porque a FUNAI era

> controlada por militares generais. Todos os conflitos tem origem nisso, problemas com o INCRA e seus Assentamentos rurais.
> (Juscelino Bessa, coordenador Regional da Funai-Belém/PA)

> [...] Então aqui na década de 1980 e 90 um dos maiores conflitos que eles [*os Tembé*] podem sentir ocorreu, porque ta aumentando cada vez mais a ocupação dos colonos nas terras deles com anuência do INCRA e da FUNAI. (Vanderlúcia Ponte, antropóloga)

A fala do indígena esboça que a oposição se iniciou com as invasões dos colonos na Terra Indígena, mas ele entende que esta situação só ocorreu porque estes também tiveram suas terras tomadas. Ambos os entrevistados confirmam este contexto de invasões, mas inserem o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da FUNAI como influenciadores deste conflito.

Entendendo que a invasão dos colonos faz parte de uma conjuntura que foi permitida pelo governo, uma questão ganha destaque: O que fomentou a ação destes órgãos governamentais? Martins (1991) responde indicando que a atuação do Estado sempre esteve associada às estratégias para assegurar e possibilitar a expansão do capital sobre a Amazônia, por isso o conflito deve ser encarado como resultado desta associação. A partir disto, para o sociólogo fica claro em nome de quem fala e age e em favor de quem o Estado atua, por isso considera-o um Estado de classe.

A viabilização, de modo combinado, da expropriação e da exploração dos Tembé, tanto do Guamá quanto do Gurupi de um lado, e dos camponeses de outro, gerou um processo de questionamento da legitimidade dos exploradores e acabou produzindo estratégias de reconhecimento político e de controle territorial, o que consequentemente redefiniu o significado das políticas indigenistas. Esta luta nas últimas décadas possibilitou conquistas e o fortalecimento da cultura Tembé, mas não representou o fim das ameaças.

3.1. Os impactos dos programas de desenvolvimento econômico e os entraves no processo de regularização da RIARG

Segundo Oliveira (2005), o período militar proporcionou o aprofundamento da inserção econômica do país no interior da economia capitalista mundializada, e este processo influenciou o avanço da ocupação na Amazônia. Através da ampliação das pastagens e do rebanho, e da instalação de empresas nacionais e multinacionais nas regiões nordeste, centro-oeste e norte do Brasil, o Estado e o capital privado passaram assim a caminhar juntos. Concomitante a isto, descreve Martins (1991), crescia no país a concentração de terras que fazia a propriedade se tornar cada vez mais inacessível aos camponeses e reduzida para os indígenas.

Em 1966, o governo militar criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada por Getúlio Vargas em 1953. De acordo com Oliveira (2005), os objetivos deste novo órgão eram: a adoção de uma política de incentivos fiscais e creditícios visando a atração de capitais nacionais e internacionais na região; a concentração de investimentos em áreas selecionas; e a definição de espaços econômicos suscetíveis ao desenvolvimento planejado.

A atuação da SUDAM se concretizava por meio de um fundo de investimento, o FIDAM, e do Banco da Amazônia (BASA), e foi a partir da intermediação desta organização que grupos econômicos investiram em projetos agropecuários e agroindústrias na Amazônia, como os da CIDAPAR e da Mejer & Cia localizadas no entorno do território Tembé.

Oliveira (2005, p. 91) afirma que dos 580 projetos aprovados por este órgão, a maioria se concentrava no Mato Grosso e no leste do Pará, e entre estes um dos que teve mais impacto na região onde se encontra o território Tembé, foi a Operação Amazônia, influenciada pela ideologia que serviu de lema ao Projeto de Rondon: “integrar para não

entregar". Segundo ele, "integrar" significava abrir caminhos, criar condições para a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios nacionais e multinacionais.

Juntamente com a Operação Amazônia, foram implantadas políticas territoriais como o Programa de Integração Nacional (PIN), que visava a construção de rodovias, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e o Programa de Redistribuição de terras e Estímulo à Agroindústria do norte e nordeste (PROTERRA). Ambos faziam parte da tentativa de estabelecer a lógica dos monopólios na Amazônia. Para a concretização destes programadas, a SUDAM incentivou a criação de um sistema viário que integrasse as regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Além de alguns trechos das rodovias atravessarem reservas indígenas, a instalação estimulou ocupação de camponeses em áreas no entorno destas. No caso do território Tembé, no nordeste paraense, a construção das rodovias BR-010 (Belém-Brasília) e, principalmente, da BR-316 (Pará-Maranhão), estimularam a aproximação dos indígenas com os camponeses vindos do nordeste.

A migração dos nordestinos para o norte do país fez parte do mesmo processo que ameaçava os Tembé. Nos estados nordestinos, a ampliação da concentração de terras, resultado do aumento das pastagens, da grilagem e da atuação das empresas capitalistas, incentivada para Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além de transformar as relações de trabalho, desalojava os camponeses, ou seja, desterritorializava-os. Para Martins (1991), tal expropriação se constituiu numa característica primordial para o processo de crescimento do capitalismo, pois separava o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho: a terra.

Neste contexto, cabe destacar que o regime de propriedade entre o capitalista e o camponês é diferente. Segundo Martins (Ibidem), a propriedade capitalista baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os

instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuído agora pelo capitalista. Já a propriedade camponesa não é a propriedade de quem explora, pois a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital. Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em terra de exploração, e quando o camponês se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. (MARTINS 1991, p. 54)

A ampliação da concentração de terra nos estados nordestinos, segundo Martins (1991, p. 68), gerou uma diminuição de 1,5 milhão de empregos no campo. A maior parte dos camponeses desta região, durante a ditadura militar, não eram absorvidos como mão-de-obra pelos latifundiários, e acabavam sendo excluídos do regime de propriedade e continuavam lavradores autônomos, mas sem propriedade, uma situação que os transformava em posseiros. A *posse,* para este autor, deve ser vista como uma negação da propriedade, pois se constituiu numa das contradições da propriedade privada, uma manifestação subversiva do direito à terra que nasce dentro da propriedade capitalista. Nesta conjuntura, a solução para muitas destas famílias de posseiros foi a migração para a região norte, ou seja, a busca por novas *terras de trabalho* na Amazônia.

O nordeste paraense que foi uma das primeiras áreas a ser atingida por este fluxo migratório, cujo início remonta à década de 1940, no período militar teve este fluxo ampliado. Utilizando o argumento do "vazio demográfico", a SUDAM e a SUDENE estimularam a migração para Amazônia como meio de solucionar os problemas sociais do Nordeste. Segundo Oliveira (2001), entre os períodos de 1964 e 1971, o maior número de mortes em conflitos no campo ocorreu na região nordeste, e estas mortes eram produto da intensificação

da repressão durante o regime militar, após o período de insurgência de movimentos populares de luta por acesso à terra das Ligas Camponesas[36].

Num quadro de insurgência de conflitos relacionados à questão agrária, Ianni (1979) afirma que o governo militar elaborou medidas extremamente contraditórias para solucionar a situação. Um exemplo disto foi a criação, em 1964, do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, que legislava sobre a reforma agrária e a colonização, mas que, na prática, se constituiu apenas em uma política de colonização que tinha como objetivo controlar estas novas áreas de ocupação pelos posseiros, permitindo que as grandes empresas tivessem seus projetos viabilizados. "O Estado procura enquadrar toda e qualquer colonização espontânea, isto é, reforma agrária de fato, no quadro da colonização dirigida oficial ou particular" (IANNI, 1979, p. 125).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituído em 1970, desenvolveu uma política de colonização oficial destinada a ocupar espaços vazios com populações de origem nordestinas. As formas de colonização dirigidas por este órgão tinham como principal questão a incorporação e o controle das áreas de ocupação dos posseiros. Para Ianni (1979), a colonização dirigida configurava uma *contra-reforma agrária*, pois primeiro transformava a reforma agrária de fato, realizada de forma espontânea, em uma limitada e controlada distribuição de terras em reduzidas áreas na Amazônia e, segundo, porque o poder estatal induziu, estimulou, favoreceu e protegeu, econômica e politicamente a apropriação de terras indígenas e ocupadas por posseiros, por latifúndios e empresas que recebiam incentivos de órgãos estatais como a SUDAM, o BASA e a FUNAI.

Segundo Martins (1991) e Oliveira (2001), o desenvolvimento capitalista que concentrava a terra, acabava empurrando uma parcela cada vez maior da população nordestina

[36] Segundo Martins (1990), as Ligas Camponesas surgem na década de 1950 no Nordeste, e se tornaram o primeiro movimento de luta pela reforma agrária, que foi desarticulado com o início da ditadura militar (1964).

para novas áreas, ou seja, a migração se tornou uma fuga e também a possibilidade da reconquista da terra. No caso do território Tembé, a ocupação, principalmente por maranhenses e cearenses no entorno da reserva, não gerou um conflito imediato. Segundo Sales (1999) e Ponte (2014), inicialmente a relação era de troca de conhecimentos, principalmente sobre outras formas de produção agrícola.

Estas frentes de ocupação na região amazônica trazem consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira, pois o processo que leva os grandes capitalistas a investir na fronteira obriga a sua abertura aos trabalhadores do campo. Segundo Martins (1991), durante o período militar dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial avançaram sobre as sociedades indígenas, produzindo conflitos.

> Através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de *frente de expansão*. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa *frente pioneira* é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho.

A partir disso se compreende que, em relação ao caso do território Tembé, os camponeses expropriados na região nordeste, forçados a migrar para áreas de ocupação indígena, correspondem à *frente de expansão*. Já a *frente pioneira,* formada pela forma empresarial e capitalista de ocupação, alcança este território de modo intenso a partir dos estímulos por parte da SUDAM.

Ainda, segundo este sociólogo, os conflitos surgem quando ocorre a sobreposição da frente pioneira com a frente de expansão. Os camponeses nordestinos expropriados, a

partir da década de 1940, ocuparam o entorno da reserva e iniciaram o processo de pressão sobre os Tembé. Nos anos de 1960 e 1970, além do Estado implantar projetos de colonização por meio do INCRA, os programas de desenvolvimento econômico na região possibilitaram que as empresas capitalistas, por meio da grilagem, invadissem as terras indígenas e expropriassem novamente os colonos que também avançaram sobre a reserva, o que intensificou os conflitos entre os anos de 1980 e 1990. Assim sendo, a sobreposição representa também o embate entre distintos significados que a propriedade da terra tem para estes grupos.

Entendendo que a reprodução ampliada está na própria essência do capital, à medida que o capitalismo avança as contradições que são inerentes a este processo de reprodução se intensificam. Para Martins (1991), sabendo que a reprodução ampliada do capital é necessariamente, ao mesmo tempo, a reprodução ampliada das contradições sociais, a tendência será de que as vítimas procurem uma solução. Se até 1974 os casos de conflito pela terra ocorriam principalmente no Nordeste, a partir de 1975, passaram a se concentrar na Amazônia. Este contexto revela, de acordo com Oliveira (2005) e Martins (1991), que o avanço da ocupação empresarial está diretamente relacionado com o aumento destas tensões na região. Ambos os autores entendem que a Amazônia se transformou numa das áreas com maiores confrontos relacionadas à terra, porque nela passaram a se acumular tensões geradas em outras áreas, ao mesmo tempo em que se exacerbava a estrutura fundiária concentrada, a expulsão dos camponeses e o avanço sobre as terras indígenas.

De acordo com Oliveira (1999), esta conjuntura representa parte do processo de territorialização do monopólio que ocorre quando o capital, ao expandir-se no campo, o faz através da ampliação das relações capitalistas de produção, com a existência do trabalho assalariado, sendo que a mesma pessoa é proprietária da terra e comanda a produção agrícola e a produção industrial, ou seja, quando ocorre a fusão entre o capitalista industrial e o

proprietário fundiário. Isto, porém, acontece quando há garantia de lucro, mercado consumidor e mão de obra barata. Nesta forma o capital organiza e reorganiza o território, determinando a orientação de uso, a exploração da terra e o seu preço, pois detêm grande parcela das propriedades na região.

Os Tembé da Reserva Indígena do Alto Rio Guamá (RIARG) viveram este contexto pressionando a FUNAI para que iniciasse o processo de demarcação da Terra Indígena, o que representaria o reconhecimento legal de seu direito. Este processo, contudo, foi constantemente interrompido pela ação das empresas CIDAPAR, Mejer & Cia, das madeireiras Marajora e da Rosa, e por decisões da presidência do órgão indigenista e da SUDAM que viabilizavam legalmente a invasão destas empresas na RIARG.

Durante o processo de demarcação da Terra Indígena, a gleba CIDAPAR correspondeu a um dos principais entraves para sua regularização, pois constituiu o maior caso de litígio fundiário do estado do Pará. Segundo a Assembleia Legislativa do Pará (1994), esta propriedade, que possuía inicialmente 60.984 ha a oeste da RIARG, foi adquirida em 1963 pelo empresário Moacir Pinheiro Ferreira. De acordo com investigação do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) realizada na década de 1980, este proprietário adulterou documentos ampliando sua propriedade para 379.255 ha, dos quais 127.000ha pertenciam a reserva indígena. A Cia Agropecuária do Pará (CIDAPAR), criada por ele em 1969, entrou em falência no final da década de 1970 e foi repassada para o Banco DENASA S/A, que cedeu a área para outras empresas que também recebiam incentivos fiscais da SUDAM.

Sobre as áreas da CIDAPAR, Loureiro (2001, p.44-54) afirma que

> as áreas griladas registrada em nome da empresa, incluíam numerosas comunidade rurais, tanto de habitantes naturais quanto como de migrantes antigos e recentes, que nelas cultivavam milho, arroz, feijão, mandioca, banana, fibra de malva e outras culturas temporárias.

Segundo Rabelo (2009), no início da década de 1980, após o ITERPA ter descoberto irregularidades na cadeia nominal da propriedade, o Governo do Estado do Pará, o INCRA e a FUNAI questionaram judicialmente a posse da fazenda. Neste contexto, o conflito entre as empresas, o crescente número de posseiros e os indígenas se intensificaram. Paralelo à tramitação judicial, as empresas organizaram grupos armados para impedir o avanço dos posseiros sobre as áreas da gleba a oeste da reserva indígena. A violência praticada por este grupo fez insurgir um personagem que representa até hoje a resistência camponesa na região: Quintino Lira[37], o gatilheiro, que lutou em defesa da terra dos colonos.

A luta dos posseiros acabou possibilitando o surgimento de novas áreas de colonização e a emancipação de cidades no entorno da Reserva, como Garrafão do Norte (1988), Nova Esperança do Piriá (1993) e Santa Luzia do Pará (1993) que pressionavam cada vez mais o território indígena. Segundo Pontes (2014), em 1990 o INCRA, com anuência de órgão do Estado e da União, propôs uma ação de desapropriação por interesse social de todas as empresas que compunham a gleba CIDAPAR até mesmo as do trecho que correspondia à RIARG, uma proposta que estava na verdade associada a interesses políticos e econômicos de controle territorial.

Outro importante entrave para a demarcação da Terra Indígena foi a empresa Mejer & Cia, instalada ao lado leste da reserva indígena, que pertencia ao pecuarista Mejer Kabaczink. Rabelo (2009) afirma que na década de 1970, este fazendeiro se apropriou de 11.000 hectares do território Tembé, além de ter construído uma estrada que ligava sua propriedade à Vila Pau do Remo, localizada a oeste da RIARG. Esta construção, tendo sido permitida pelo presidente da FUNAI por meio de um acordo, acabou criando um corredor de

[37] Quintino da Silva Lira (1947-1985), antes de se tornar um pistoleiro, era um dos camponeses que ocupava a gleba da CIDAPAR. Segundo Rabelo (2009), entre 1982 e 1984, a milícia armada das empresas instaladas na gleba CIDAPAR intensificaram a violência contra os agricultores. Neste contexto surge Quintino, conhecido também como o gatilheiro e "matador de cabra safado", que coordenou um grupo que buscava eliminar a ameaça de desapropriação através do confronto. Durante anos foi perseguido pela Polícia, até que em 1985 acabou assassinado em uma emboscada.

invasões. Muitos que ocupavam o entorno da estrada eram trabalhadores empregados na própria fazenda de Mejer, ampliando também o desmatamento no interior da área indígena. O não cumprimento do acordo gerou dois processos da FUNAI contra o fazendeiro e uma crescente pressão dos Tembé, que criaram "missões" de vigilância para impedir o aumento das invasões que eram estimuladas pelo pecuarista.

Como muitos destes "invasores" eram agricultores nordestinos, em 1986 os Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, e do Interior, Telmon Pinon, em apoio à proposta do INCRA definiram que o trecho entre o Rio Piriá e o Rio Coaracy, dentro da reserva, era propicio à realização da reforma agrária. Por essa razão, ele decretou por meio da portaria nº 137A e 138A a criação de duas colônias indígenas: a colônia dos Tembé-Guamá (com 83.125 ha) e a colônia de Canindé, dos Tembé-Gurupi (com 125.000 ha).

Esta proposta de transformação da reserva em duas colônias indígenas estava pautada no decreto nº 94.946, de 23 de setembro de 1987:

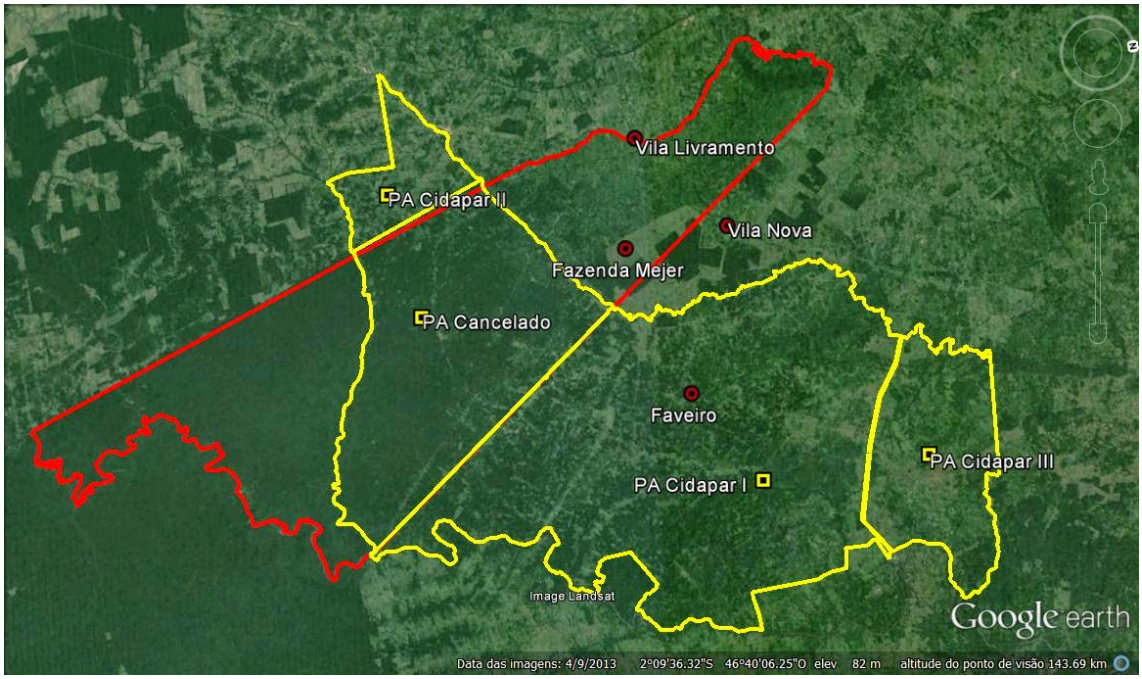
> Art. 1º - Para os feitos do item 1, do artigo 17, da lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV e 198 da Constituição, classificam-se em: Área indígena, se ocupada ou habitada por silvícolas não aculturados, ou em incipiente processo de aculturação; e Colônia Indígena, se ocupada ou habitada por índios aculturados ou em adiantado processo de aculturação.
> Art. 2º - Os critérios para avaliação do grau de aculturação dos grupos indígenas serão fixados pela Fundação Nacional do Índio (Funai). (AQUINO, 2012, p.78)

Este decreto de lei, segundo Aquino (2012), além de estabelecer diferentes tipos de Terras Indígenas, mantinha a visão da aculturação e da mudança cultural dos indígenas. Se em 1981, a FUNAI, ainda no governo militar, fixou critérios de indianidade para julgar quem era indígena e quem não era, na nova República o governo tentou reeditar estes critérios.

Além do estabelecimento das colônias indígenas, nesta proposta do INCRA legitimada pelo Estado brasileiro, na área do litígio da CIDAPAR, seria criado o Plano

Regional de Reforma Agrária (PRRA), onde os posseiros seriam assentados. Na FIGURA 12 em vermelho observam-se os limites da reserva indígena do Alto Rio Guamá e, em amarelo, a área da CIDAPAR em litígio que se transformaria em quatro assentamentos no PRRA.

FIGURA 12: Área de sobreposição da RIARG com os assentamentos da CIDAPAR



O PRRA fazia parte do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, criado no início da nova república, após o fim da ditadura militar. Segundo Oliveira (2001), este plano sofreu forte ataque dos setores ruralistas que faziam parte do governo. Quando o então governador do Pará - estado com os maiores índices de assassinato no campo- Jader Barbalho, assumiu o Ministério da Reforma Agrária, a organização mínima implantada pelo plano foi desarticulada.

Segundo Ponte (2014), esta proposta fortaleceu a oposição entre os pequenos agricultores e indígenas, pois muitos políticos locais, interessados na exploração da área, incentivaram os posseiros a se colocarem contra o direito Tembé sobre seu território. Ponte (ibidem) afirma que esta área onde os posseiros iriam se assentar também correspondia com a área escolhida para expansão dos municípios de Garrafão do Norte e Nova Esperança do

Piriá, municípios que se tornariam os maiores produtores de madeira da região. Lobo (2015) relata que outro grande problema que começou a se propagar nesta época foi o cultivo de maconha feito por alguns posseiros, entre o rio Piriá e o Gurupi, uma área que até hoje é de difícil de acesso.

A criação das empresas Marajoara e Rosa Madeireira também se tornou um entrave para a demarcação. De acordo com Ponte (2014), vinculadas ao ramo do comércio e exploração de madeira, expandiram enormemente seu capital por meio de financiamentos de projetos que foram apoiados pela SUDAM. Com apoio da prefeitura de Nova Esperança do Piriá, após a união destas duas empresas em 1992, deu-se início à construção de uma estrada que interligaria este município no Pará até o estado do Maranhão, cortando a reserva indígena de oeste a sudeste.

De acordo com Rabelo (2009), as justificativas utilizadas pela empresa para o desenvolvimento desta obra eram: a necessidade de desenvolvimento para a região, que sem políticas públicas por causa das comunidades indígenas, deixava contingentes de posseiros em condições precárias de vida e o desconhecimento por parte dos empresários de que a obra passaria sobre uma área de domínio da União com usufruto indígena. O prefeito do Município de Nova Esperança do Piriá,com respaldo do INCRA e apoiando as empresas madeireiras, considerou as portarias abertas por Jader Barbalho e Telmon Pinon e ignorou o decreto da criação da reserva indígena, afirmando que a área na qual a estrada passaria tinha sido desapropriada para reforma agrária.

A CIDAPAR, a Mejer & Cia e as madeireiras apresentaram como estratégia comum para impedir a demarcação da terra indígena, o argumento da suposta ilegitimidade do povo Tembé. Esta ilegitimidade, contudo, foi associada à construção de uma oposição aos posseiros, que mesmo historicamente tendo sido expropriados pelos mesmos agentes, no anseio pela conquista do direito à terra, passaram a não reconhecê-los como indígenas.

Novamente a sobreposição gerava conflitos, mas os expropriados agora passavam a se organizar, mesmo tendo ficado em lados opostos.

Segundo Ponte (2014), dois conflitos violentos nesta época evidenciam a forte repressão sofrida pelos indígenas na tentativa de se organizarem contra os posseiros e fazendeiros. O primeiro conflito ficou conhecido como o Ataque no Tawari, que ocorreu quando a família de Naldo, da Aldeia Sede no Guamá, com o aumento de posseiros na reserva, resolveu criar uma aldeia próxima à vila dos colonos com o objetivo de ampliar o domínio do grupo no território. Para isso formaram uma "missão" com os "guerreiros" da aldeia, por meio da qual eles queimaram os roçados, apreenderam os animais e expulsaram as famílias dos colonos. Como resposta os colonos invadiram as aldeias de modo extremamente violento, as mulheres e crianças fugiram para a margem oposta do rio, e os Tembé se retiraram da vila.

O segundo conflito é chamado de Massacre do Livramento: os indígenas fiscalizando o trecho da estrada de Mejer, próximo à Vila do Livramento, resolveram ameaçar os colonos e queimaram a ponte que ligava a reserva indígena à estrada. O fazendeiro Mejer, em apoio aos colonos, pediu uma ação de seus jagunços, que fizeram nove Tembé de reféns sob a ameaça de morte e tortura. Somente após a intervenção dos agentes da FUNAI e da polícia é que os indígenas foram liberados (PONTE, 2014)

Nesta conjuntura as conquistas pareciam distantes para os Tembé, pois os entraves durante o processo de demarcação se ampliavam, reduzindo seu território e deixando-os cada vez mais longe do seu reconhecimento. Contraditoriamente, estes entraves também propiciaram um processo de reorganização política e de fortalecimento cultural, que acabou possibilitando a transformação da reserva em Terra Indígena do Alto Rio Guamá.

3.2 O processo de regularização da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG)

Com o fim da Ditadura Militar, no final da década de 1980 a concretização da Constituição de 1988 transformou totalmente o direito indígena no plano jurídico. Segundo Rios (2002), as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas permaneceram como "bens da União", destinados à sua "posse permanente, cabendo-lhes o usufruto, exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes", ou seja, criando uma propriedade vinculada ou reservada, com o objetivo de garantir aos indígenas os direitos sobre elas. As terras passaram a ser inalienáveis e indisponíveis, sendo imprescritível o direito indígena sobre ela.

Considerando a expansão capitalista sobre a Amazônia, esta nova política indigenista redefiniu juridicamente o conceito de território indígena. De acordo com o Artigo 231, parágrafo 1º desta constituição, defini-se como território indígena:

> a) as áreas habitadas por índios em caráter permanente (independente da demarcação); b) as utilizadas para suas atividades produtivas; c) as que são imprescindíveis à preservação dos recursos necessários a seu bem estar; d) as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (RIOS, 2002, p.65)

A partir do final da década de 1980, conforme Rios (2002), verificou-se uma aceleração do processo de demarcação de terras indígenas. Tal aceleração se deu, primeiro, porque tinha sido determinação constitucional de que ela fosse concluída pela União Federal em cinco anos e, segundo, pela ação do Estado em promover o resgate histórico do direito dos indígenas às terras ocupadas e de organizações e comunidades indígenas, que passaram a contar com o apoio sistemático do Ministério Público Federal.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), a regularização das Terras Indígenas deve passar por um processo que, conforme o decreto 1.775/96, é composto das seguintes etapas: 1º O estudos de identificação, no qual agentes da FUNAI, em conjunto com antropólogos, devem elaborar um relatório a partir de um estudo antropológico de

identificação; 2º O relatório deve ser aprovado pelo presidente do órgão indigenista; 3º A contar do início do procedimento até 90 dias ocorrem as contestações, onde todos os interessados podem manifestar-se com fim de pleitear indenizações ou demonstrar problemas no relatório; 4º O Ministro da Justiça terá 30 dias para expedir portaria, declarando os limites e determinando a sua demarcação física ou para desaprovar a identificação; 5º A FUNAI promove a demarcação física da área, enquanto o INCRA, procederá o reassentamento de eventuais ocupantes não-índios; 6º O procedimento de demarcação deve ser submetido ao Presidente da República para homologação; 7º A terra demarcada e homologada deve ser registrada no cartório de imóveis da comarca.

Os povos indígenas, a partir destas transformações, passaram a se mobilizar politicamente e começaram a escrever sua própria concepção de região. A luta por terra também corresponde, segundo Arruti (1999), à defesa de seus modos de vida e organização social presentes, suas formas religiosas, rituais e manuseio da natureza, assim como por uma nova perspectiva de futuro, em que sejam considerados, dentro de suas próprias peculiaridades, como atores relevantes no momento de formulação e execução das políticas públicas.

Como visto, o reconhecimento da reserva desde 1945, não eliminou a possibilidade dos indígenas serem impedidos de fazer uso dos recursos de seu território. Por isso, num contexto de exacerbados conflitos e sobreposição de interesses, era necessária a homologação da área para que seu direito fosse legalmente concretizado. Com este objetivo, a etnia iniciou um processo reterritorialização e de fortalecimento da sua indianidade.

Os trabalhos de demarcação da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) se iniciaram em 1970, por uma empresa contratada pela FUNAI chamada PLANTEL-Agropecuária e Comercial Ltda. Os trabalhos foram finalizados em 1976, mas foram refeito sem 1982. Segundo Ponte (2014), esta nova demarcação acabou reduzindo 11.000ha em

relação a área do decreto da década de 1940. Mesmo com a redução da área as invasões da Terra Indígena continuaram ocorrendo. Em 1990, os Tembé solicitaram novamente uma postura por parte da FUNAI para solucionar as crescentes invasões e ameaças do fazendeiro Mejer, mas como o órgão continuava a ignorar as solicitações, os indígenas começaram a estabelecer suas próprias estratégias.

A estratégia desenvolvida por eles para chamar a atenção dos órgãos oficiais foi a ampliação do que os Tembé chamavam de "missões": grupos de indígenas considerados guerreiros que fiscalizavam o território e expulsavam os colonos e madeireiros, através da queima de suas casas, roçados e instrumentos de trabalho. O trecho da entrevista entre o líder Kelé, do Guamá, e a antropóloga Vanderlúcia Ponte, demonstra esta organização:

> **Vanderlúcia**: então seu Kelé, eu queria que o senhor me explicasse como começou essa luta pela terra de vocês. **Kelé**: ela começou através da gente tá sendo imprensado por invasor. Por exemplo, quando ele começou a invadir, a gente começou a ter uma luta sem experiência na época, porque a gente não tinha, não sabia como começar, mas a gente começou... **Vanderlúcia:** mas quem começou? **Kelé**: eu comecei. Aí a gente teve um processo, separamos a invasão da mata, a gente começou a levar a Polícia Federal pra lá, em 86, pra mim foi um trunfo muito grande, uma experiência muito grande. **Vanderlúcia:**e como o senhor enfrentava os invasores? **Kelé**: a gente tocava fogo na roça deles e conversava com eles pra não passarem e que o governo ia tomar conta, e aconteceu uma briga muito grande, mas era uma briga que não aconteceu morte nem de índio, nem de invasor. (...) Em 92, foi o Chefe de Posto pra lá (refere-se à aldeia Sede), o Dilson Marinho. Começamos a organização da comunidade com a chegada dele. **Vanderlúcia**: como foi? **Kelé**: nós fizemos uma apreensão lá de um caminhão de madeireiro, levamos pra aldeia e aí conseguimos levar a PF lá pra tirar eles de lá e aí juntamos, como se diz, conseguimos fazer uma

> organização com todas as aldeias; o Gurupi nós enquadramos também (PONTE, 2014, p.206)

Os aspectos da luta exemplificados pelo líder indígena revelam o que foi tratado por Martins (1991), ou seja, o conflito e o questionamento da expropriação e exploração impulsionaram a atuação desta etnia. Além disso, fica evidente que neste processo de resistência, a manutenção do território através de ações elaboradas pelos próprios indígenas, de um lado, e a busca por parceiros, de outro, foi essencial para que tais conquistas se efetivassem. De acordo com Ponte (2014), a dinâmica de fortalecimento da indianidade e do território ocorreu de modo conjunto entre os dois grupos da reserva: os Tembé do Gurupi foram importantes para a dinamização da cultura dos Tembé do Guamá e estes, por sua vez, ao desenvolverem e consolidarem novas formas de organização política, tiveram grande influência sobre os Tembé do Gurupi.

Essa prática de resistência dos Tembé, de acordo com Rabelo (2009), forçou o presidente da FUNAI iniciar o processo de homologação da Terra Indígena, através da abertura em 1990 da portaria 577, que garantia oficialmente a integridade do território Tembé, por meio da interdição dos 279.000 hectares originais e da exclusão de todos os intrusos, colonos ou não. A portaria, no entanto, não significou o cancelamento das portarias do PRRA que criavam, separadamente, duas colônias Tembé e permitiam o assentamento dos colonos no centro da reserva. Como a situação continuava sem solução, os indígenas intensificaram a fiscalização do território, até que em 1992 uma das "missões" flagraram dois caminhões, várias motosserras e duas máquinas de serraria, além de madeireiros, dentro de sua área.

O desespero dos indígenas frente ao avanço das ameaças provocou uma reação dos próprios servidores federais envolvidos na questão, que organizaram no mesmo ano uma reunião com o administrador regional e o advogado da FUNAI, o IBAMA e autoridades não-indígenas na Aldeia Sede no Guamá. Nesta reunião foi organizada uma comissão de Tembé

que iria até Brasília pressionar para acelerar a homologação. Em agosto de 1992, os Tembé se reuniram na capital federal com o Procurador Geral da República, técnicos do IBAMA, deputados federais, o presidente da FUNAI e técnicos da Divisão de Assunto Fundiários, conseguindo assim a retomada do processo de homologação.

Neste mesmo ano, Ponte (2014) afirma que, por meio da portaria nº 1.622, o presidente da FUNAI constituiu uma equipe técnica encarregada de realizar o levantamento fundiário na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá, formada por agentes da FUNAI, do ITERPA, do INCRA, da Polícia Federal e de algumas lideranças Tembé do Guamá e do Gurupi. De acordo com a Assembleia Legislativa do Pará (1994), o laudo gerado por este levantamento constatou a presença de 1.089 ocupantes não-indígenas, dos quais 14% não residiam na área, ou seja, apenas exploravam as terras. Dos ocupantes residentes, 66% apresentavam ocupação recente, com menos de quatro anos, o que evidenciava a importância do estímulo produzido pela proposta de assentamento e das colônias indígenas do INCRA por meio do PRRA.

Os redatores deste laudo também destacaram como historicamente o território indígena foi perdendo áreas, e como esta redução influenciou as transformações nas práticas culturais Tembé. Neste documento os agentes também apresentaram a acentuada concentração de terras no entorno da reserva, e segundo a Assembleia Legislativa do Pará (1994), os dados obtidos revelaram que mais de 60% dos imóveis dos municípios vizinhos eram latifúndios que tinham recebido incentivos de projetos agropecuários da SUDAM. As conclusões obtidas revelaram que estes aspectos, além de ameaçar o reconhecimento dos indígenas, também geraram desmatamento progressivo da área.

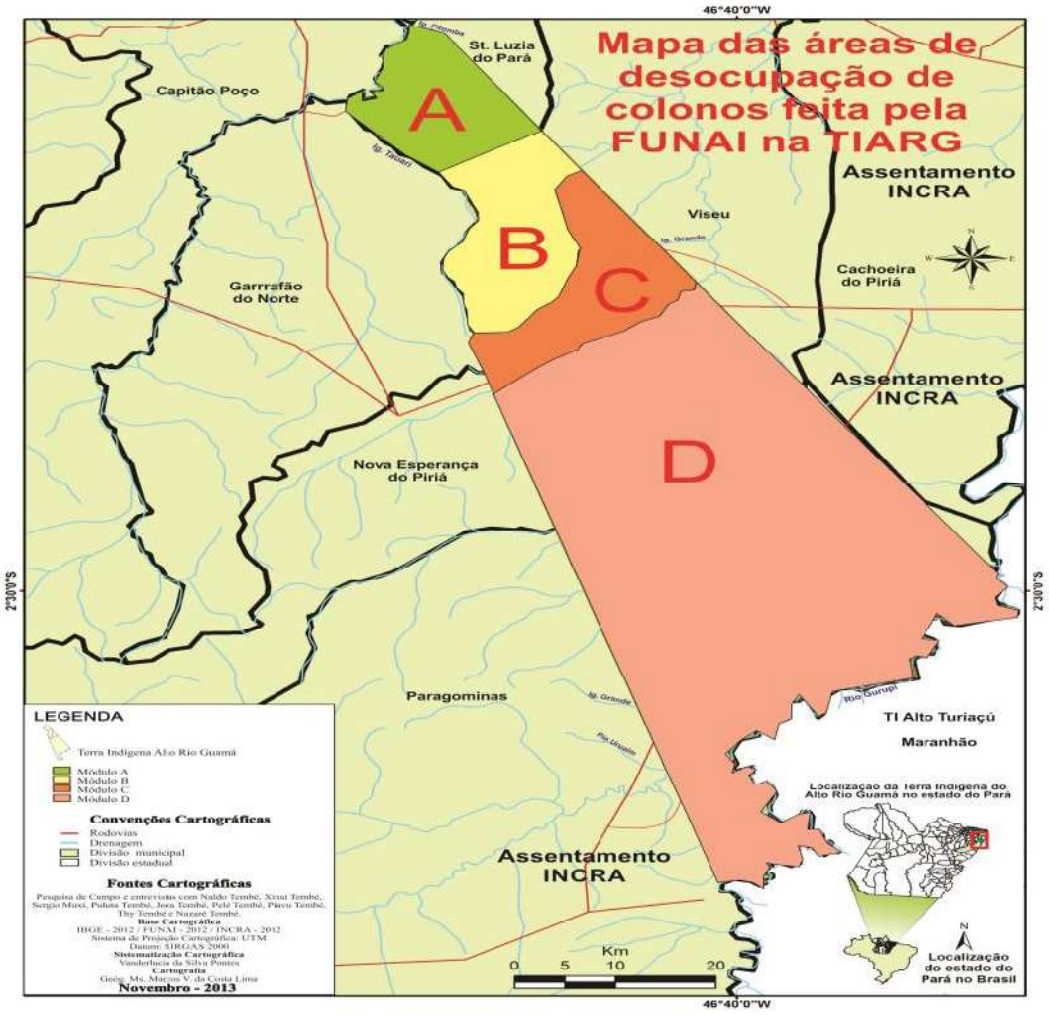
Segundo Ponte (2014), a morosidade da intervenção da FUNAI intensificou a ação dos Tembé através das “missões” que continuavam a queimar casas e ameaçar ainda mais os colonos. Em 1993 o laudo, após finalização, foi enviado ao Ministério Público

Federal (MPF) em Brasília, para as providências legais. A primeira medida tomada foi a emissão do parecer sobre o processo de desapropriação do INCRA. O MPF considerou ilegal a desapropriação da gleba da CIDAPAR para os imóveis que incidiam na área indígena, entre o Rio Piriá e Coaraci-Paraná. Este órgão afirmou que se tratava de uma área tradicionalmente ocupada por populações indígenas, e sua desapropriação para fins de reforma agrária contrariava a Constituição Federal, além de desconsiderar o decreto de 1945, que reconhecia a área como pertencendo aos Tembé.

No dia vinte e dois de junho do mesmo ano, conforme Rabelo (2009), a Assembleia Legislativa do Pará convocou todos os afetados pela questão: os indígenas, o prefeito de Nova Esperança do Piriá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que representava os colonos, e parlamentares. Nesta reunião todos os presentes assinaram um protocolo reconhecendo a integridade da área indígena e a exclusão das portarias criadas pelo INCRA. Em quatro de outubro de 1993, o então presidente da República, Itamar Franco, homologou por decreto a Terra Indígena Alto Rio Guamá, com pouco mais de 279.000 hectares, para usufruto dos povos Tembé, e dos Timbira, Urubu e Guajá que circulavam nesta área.

A conquista legal da Terra Indígena iniciou uma nova etapa da luta Tembé: a retirada dos colonos assentados, madeireiros, fazendeiros e produtores de maconha. O processo de desapropriação das áreas ocupadas pelos invasores foi organiza do pela FUNAI em quatro etapas, distribuídas espacialmente em quatro módulos, de acordo com a FIGURA 13.

FIGURA 13: Mapa das áreas de desocupação de colonos feita pela FUNAI na TIARG[38]



O processo de retirada ocorreu de modo extremamente lento. O módulo A foi o primeiro a ter todas as famílias retiradas até o ano 2000 e reassentadas pelo INCRA em áreas no entorno da Terra Indígena. Segundo entrevista com Vanderlúcia Ponte durante minha estadia no Pará, as famílias dos módulos B e C até o anos de 2015 tinham sido retiradas parcialmente, enquanto no módulo D ainda existe um número grande de colonos, muitos deles assentados pelo INCRA antes da homologação.

Segundo Ponte (2014), o maior conflito enfrentado na reapropriação da TIARG foi a retirada da área indígena do fazendeiro Mejer, instalado na transição entre os módulos A e B. Este processo de desocupação da área tramitou na justiça de 1979 até 2014, quando os

[38] PONTE, 2014, p. 210

Tembé ganharam a causa, mas ainda sem a saída do pecuarista. No módulo D, a dificuldade está na retirada das famílias de ocupação recente que produzem Maconha ao longo do Rio Coraci-Paraná.

Em outubro de 2014, o MPF deu um prazo de trinta dias para que a família de Mejer e os colonos desocupassem a área situada próximo à Vila do Livramento. No dia primeiro de dezembro do mesmo ano foi iniciado o processo de desapropriação da fazenda. De acordo com a FUNAI[39], durante a abertura de uma estrada para dar inícios às ações de reintegração em conjunto com INCRA, ocorreu um confronto entre indígenas e os colonos. Um grupo de Tembé teria entrado no terreno de duas famílias de agricultores ameaçando-os. Os vizinhos e os indígenas, que também estavam armados, começaram a trocar tiros. Cinco colonos ficaram feridos e foi necessária a intervenção da polícia militar para o controle do confronto.

No dia dezessete de dezembro de 2014, o MPF informou à Justiça que todos os invasores haviam se retirado do local, e pediu o cumprimento da sentença que determinava a reintegração. No dia dezoito de dezembro, a área de 9,2 mil hectares, foi efetivamente reintegrada. Em entrevista realizada por mim, o coordenador da FUNAI, Juscelino Bessa, afirmou que foi uma das maiores vitórias para a causa indígena no Brasil, por ser uma das maiores áreas recuperadas e por ser um processo muito antigo.

Durante estes procedimentos de retirada dos colonos, diversas petições e ações foram abertas alegando que 69.000ha da TIARG poderiam ser utilizados como área de habitação dos camponeses, uma vez que tratava-se de uma área não ocupada pelos indígenas, e que correspondia a 70% do município de Nova Esperança do Piriá. O MPF e a FUNAI defenderam a continuidade do domínio indígena. Segundo Rabelo (2009), a permanência

[39]Notícia: *Tembé comemoram reintegração de posse em área indígena invadida por colonos há 40 anos.* Disponível em <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/tembe-comemoram-reintegracao-de-posse-em-area-indigena-invadida-por-colonos-ha-quase-40-anos> Acessado em: 12/10/2016

destes colonos na Terra Indígena acabou potencializando os interesses políticos e financeiros na região.

De acordo com o mesmo autor, em anos eleitorais, os conflitos em torno do território Tembé são reavivados por candidatos que atuam nas vilas dos colonos irregulares. Ele também relata que em entrevista com o Procurador da República, Felício Pontes Jr., este afirmou que as invasões dos colonos permanecem e são incentivadas principalmente por madeireiros, fazendeiros e produtores de maconha, que utilizam os agricultores como "escudo" contra a ação policial. Em agosto de 2004, a rodovia BR-316, que corta a região, foi interditada por estes colonos que reivindicavam a diminuição da área indígena, já com cerca de dois mil indígenas. Esta manifestação teria sido estimulada por políticos que espalhavam falsas esperanças de diminuição da Terra Indígena aos posseiros.

Alguns destes políticos também estimularam a exploração ilegal da madeira. No ano de 2005, o vice-prefeito do município de Nova Esperança do Piriá foi acusado de incitação ao crime e constrangimento ilegal. Ele era sócio da madeireira J.R.A. Carvalho Indústria e Comércio, que mantinha no pátio da empresa 270m³ de madeira extraída sem Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF). Além disso, Gerson teria tentado impedir o trabalho dos fiscais ambientais, levando pessoas para bloquear a estrada com toras de madeira, e impedindo a saída da equipe de fiscalização, após o IBAMA ter recebido denúncias de que 1.700m³ de madeira teriam sido extraídas irregularmente da Terra Indígena.

Considerando que, mesmo com o registro da terra, os indígenas ainda continuam a ser pressionados pelos mesmos agentes invasores, o objetivo da Constituição de eliminar as situações de conflito entre o Estado, os indígenas e a sociedade envolvente, de fato não se concretizou. O não cumprimento da regularização de todas as terras indígenas brasileiras evidencia uma conjuntura em que a morosidade e as pressões econômicas sobre as políticas indigenistas dificultam este processo.

De acordo com Martins (1991), as políticas indigenistas, mesmo a partir de 1988, são integrantes de um Estado que age em nome dos interesses expressos na aliança de classes que o configuram. Devido a isto, a morosidade e a omissão na demarcação da Terra Indígena demonstram uma intenção e uma ação, que está diretamente vinculada ao interesse do capital.

Ao mesmo tempo em que a demarcação da Terra Indígena representa a formalização de um direito que possibilita a manutenção e preservação do modo de vida destas etnias, também deve ser vista como uma proposta que limita o território indígena para viabilizar a exploração em outras áreas. A constituição do direito à terra dentro desta lógica impede que de fato os conflitos sejam eliminados, ainda mais considerando que nas últimas décadas os territórios ocupados pelos indígenas são vistos como uma área de "recursos preservados".

3.3 A luta cotidiana dos Tembé pelo reconhecimento

Conforme Martins (1991), a classe dominante subjuga e impõe seu modo de ser e pensar sobre as demais. Todos que são diferentes, vivem diferente e pensam diferente são considerados subversivos, por isso, os indígenas e os camponeses, para os que não acreditam na sua atualidade, se enquadram nesta categoria. O Estado, historicamente, mascarando a exploração, expropriação e em algumas situações a destruição destas comunidades, não reconhece como "pessoa" quem não assume os elementos básicos da ideia de contrato.

"Quem luta quer se impor como sujeito do processo social que vive" (MARTINS, 1991, p.130) e os Tembé, ao longo das constantes ameaças desde o período colonial, buscaram formas de resistência e de luta para se tornarem sujeito. Pode-se considerar que até mesmo sua constituição, quando se deslocam do Maranhão e se diferenciam dos Guajajara, já evidenciou a primeira grande resistência contra os aldeamentos e a pressão dos colonizadores.

Entre as diversas táticas de controle dos povos indígenas, a descaracterização cultural e a expropriação foram as mais recorrentemente empregadas. À medida que a ocupação e utilização da terra pelos indígenas foram sendo deteriorada pelas invasões, a reprodução de seu modo de vida, dependente deste espaço constitutivo, também se deteriorou. De acordo com Martins (1991), a história brasileira demonstrou que a terra está se convertendo numa relação social que é, ao mesmo tempo, uma relação de dominação, isto é, uma relação política.

Os Tembé num contexto de constantes tensões e conflitos precisaram criar suas próprias estratégias políticas para conseguir que seus direitos começassem a ser respeitados. Estas, no entanto, deveriam articular a preservação da identidade indígena e do seu território. Sales (1999) afirma que é no entorno do território que gravitam as ações no sentido da preservação do grupo, ou seja, o núcleo vital da resistência, entendida em sua dimensão objetiva de sobrevivência material e em sua dimensão subjetiva, a manutenção da identidade do grupo.

A organização política entre os Tembé do Guamá e o Gurupi foi estimulada de diferentes formas. De acordo com Ponte (2014), no Guamá os primeiros estímulos vieram de agentes da FUNAI que possuíam uma visão distinta do órgão indigenista. Frederico Mirando, administrador da FUNAI/Belém, e Dilson Marinho, chefe do posto indigenista, no início dos anos 1990, incentivaram os indígenas a realizar um resgate cultural através da aproximação com o Gurupi, que possuía os valores tradicionais mais preservados.

Estes agentes indigenistas, que demonstravam tanta preocupação com a manutenção das práticas deste povo, também eram extremamente autoritários, impondo e ameaçando os indígenas que não cumprissem as duas determinações. Isto, juntamente coma atuação do CIMI, desde o início da década de 1980, proporcionaram uma nova condução da

dinâmica social e política do grupo do Guamá, que começaram a estruturar sua própria organização interna na busca por autonomia.

O trecho da entrevista entre Vanderlúcia Ponte e um dos líderes do Guamá, Piná, demonstra essa transformação:

> **Piná:** O CIMI foi fundamental pra incentivar, já na década de 80, 88. (...) O CIMI dizia que a gente era um movimento indígena, falava que estava dentro dum movimento indígena, e a FUNAI dizia não, vocês não podem entrar dentro disso, isso é perigoso. Então a gente tinha que saber na época de fato quem escolher, 'será que tá fazendo certo? Será que estou ajudando meu povo ou não estou ajudando meu povo?' Por que a FUNAI não queria que o índio ficasse nessas dependências, né? A FUNAI sempre quis tá nos protegendo, protegendo entre aspas, porque a história e o espelho tá aqui. Quando a gente pensava que estava protegido, a FUNAI estava fazendo contrato com invasor, né? Pra invadir nossa terra, então não existia essa questão de proteção das populações indígenas, existia assim, eu acho que o governo federal através da FUNAI queria sim calar nossa boca e fazer o que queria com as nossas terras, sobre as nossas pessoas, queria nos usar, né? Eu acho até que a questão de mão de obra na época (estava falando da época do SPI), o pessoal trabalhava aqui igual doido, tirando arroz e malva. Inclusive tem os índios mais velhos que ainda falam isso, 'mamãe FUNAI e papai Chefe de Posto' e isso era prova de que a tutela era muito forte, a gente não tinha perna pra fazer nada, pra você pensar em fazer sozinho, você tinha que pensar muito, sem a FUNAI era difícil pensar muito, porque a FUNAI podia jogar você contra seus próprios parentes. **Vanderlúcia:** mas aí quando é que vocês começam a ter essa consciência? De que vocês tinham que se desvincular da FUNAI? **Piná:** Em 88 agente garantiu a lei, mas só na década de 90 que começamos a ter essa consciência, até então ficaram contra essa

> questão de tutela, porque a FUNAI colocou na nossa cabeça que nós sem tutela, era nós sem o governo, o governo não ia poder fazer nada, e aí só na década de 90, a partir da criação da ANTAPAMA, que começamos a entender melhor as coisas. (PONTE, 2014, p. 215)

Além do CIMI buscar reforçar a cultura do povo Tembé através de um espaço de discussão coletiva das dificuldade na terra indígena, também aproximou as lideranças do Guamá do movimento indígena, intermediando o contato com a Associação dos Povos Tupi dos Estados de Mato Grosso, Amapá, Pará e Maranhão (ANTAPAMA). Segundo Ponte (2014), os Tembé afirmam que a participação nas reuniões e assembleias de associações como esta permitiu que eles conhecessem novas estratégias de luta, por meio de outras experiências, e do intercâmbio com lideranças de etnias diferentes. Para Ponte (2014), esta entrada no movimento indígena fez este povo perceber que para garantir seus direitos e controlar a ocupação da TIARG era importante: compreender como funciona o mundo dos não-indígenas e construir relações que pudessem mediar as questões internas do grupo e as questões externas a ele.

No Gurupi, a mesma autora afirma que a organização política já se esboçava desde o início da década de 1970, quando os homens das aldeias foram convocados pela FUNAI para participar da "frente de atração" dos índios Parakanã próximo à Tucuruí. Conforme Ponte (Ibidem), a ausência da figura masculina neste período fez com que mulheres como Verônica Tembé assumissem os postos de lideranças. Ela e outras começaram a aproximar parentes dispersos e que moravam nas cidades, expulsavam invasores das áreas próximas às aldeias, e estimulavam que todos os indígenas preservassem suas tradições, retomando festas como da Menina Moça, e usassem a língua cotidianamente. A atuação delas foi tão importante que, além de terem participado da comissão Tembé que foi a Brasília na década de 1990, passaram a mediar a aproximação com o grupo do Guamá e outras etnias como os Timbira e os Kaa'por na luta pela demarcação.

Estes distintos processos de organização política demonstram que em ambos os grupos houve uma ruptura com a política do órgão indigenista. A imagem de "incapacidade natural e da alienação indígena" foi destruída, pois os indígenas, na luta pelo reconhecimento de seu território, se colocaram como sujeitos autônomos. A tutela passa a ser negada, a apropriação do aparato burocrático do Estado e o estabelecimento de redes permitem a delimitação de estratégias que ampliam e fortalecem o que Martins (1991) chamou de subversão, isto é, o modo de vida.

Segundo Sales (1999), as primeiras estratégias de controle territorial Tembé começaram a ser desenvolvidas na década de 1940, período em que a reserva foi decretada e a SPI instalou postos indígenas na região. O objetivo desta instalação era a concentração das famílias para facilitar o controle da produção agrícola. No entanto, muitas famílias não cederam e se dispersaram, algumas até ocuparam áreas adjacentes à reserva. Nesta mesma época outra prática muito utilizada era a de alternância de moradia, a qual servia tanto para ampliar a área ocupada, quanto para fugir da concentração nos postos.

A entrada de posseiros a partir da década de 1950 inseriu uma nova estratégia, que durou até os anos 1990, a de criar novas aldeias no interior da reserva. Conforme Ponte (2014), era comum que os roçados permanecessem próximos aos rios, mas as casas fossem construídas mata adentro. Com a intensificação da concentração de terras, juntamente com a chegada de fazendeiros, empresários e madeireiras, os Tembé precisaram elaborar formas de reafirmar sua ocupação. Segundo Sales (1999) e Ponte (2014), os indígenas passaram a: reagrupar e recrutar parentes que tinham migrado para as cidades próximas; renomear a maioria das aldeias com designações em Tupi; redimensionar a função das chefias com a retomada das tradições e desalojar os invasores através das "missões".

O retorno dos indígenas "migrantes" se dava a partir de alguns procedimentos. Segundo Sales (Ibidem), estes indígenas eram convocados para uma reunião em sua aldeia de

origem, na qual os caciques e conselheiros apresentavam as “normas”, como a proibição do consumo de cachaça, e explanavam na tentativa de convencê-los do regresso. A maioria destes “migrantes” acabavam aceitando a proposta, pois já vislumbravam a conquista da demarcação da terra indígena. Nos casos de indígenas que haviam casado com os colonos invasores, a conversa era diferente: era-lhes permitido o retorno de toda a família, mas se este não aceitasse, passava a ser considerado também invasor. Nestas situações era mais difícil acordo, pois muitos não queriam abandonar os novos laços de parentesco.

O redimensionamento das funções dos chefes indígenas demonstra como os conflitos modificaram algumas práticas de organização política interna. Primeiramente os Tembé passaram a rejeitar a designação de “líder” para os chefes de posto da FUNAI, e passaram, na escolha dos caciques, a considerar as necessidades organizativas para o enfrentamento com os não-indígenas. Algumas aldeias continuavam a escolher suas lideranças entre os mais velhos, enquanto outras as definiam a partir da coragem para se impor diante do “branco”. Na luta pelo reconhecimento, de acordo com Sales (1999), os novos problemas exigiram um procedimento de maior controle por parte das chefias, mas segundo exigência da comunidade, seriam inadmissíveis imposições.

Esta nova conjuntura também acabou estabelecendo a necessidade de “outras” lideranças, e assim, além do cacique, surgiram os guerreiros, conselheiros e chefes de guerreiros. Todas estas funções estavam diretamente relacionadas à tática de enfretamento organizada através das “missões”. Cabe destacar que os Tembé tinham claro as diferenças entre os “tipos” de invasores, o que modificava a forma deste enfrentamento.

Outra estratégia de extrema importância na luta Tembé foi a valorização e retomada das festas, das pinturas corporais, da língua, da arte plumária e do uso do arco e flecha. Neste aspecto, em entrevista, Rodrigo Lobo destaca até hoje a importância dos homens e mulheres mais velhos e do intercâmbio entre os grupos do Guamá e do Gurupi.

Atualmente, muitas destas estratégias de controle territorial continuam presentes, e com o apoio de ONGs e de órgãos governamentais estão se ampliando. Rodrigues (2010) e Lobo relataram o desenvolvimento de projetos de etnomapeamento e etnozoneamento econômicos com o objetivo de fortalecer a vigilância e a proteção ambiental. Outro aspecto importante na luta por reconhecimento tem sido a apropriação dos recursos da natureza para a reprodução do grupo.

Segundo Ponte (2014) e Sales (1999), no passado, com a mata preservada, a coleta, que é uma prática básica dos grupos indígenas, era muito realizada. Atualmente, o desmatamento intenso provocado pelos invasores tem inviabilizado isto, e gerado uma das maiores preocupações dos indígenas: a preservação da floresta. Hoje eles continuam a coletar açaí, cipó e frutas silvestres, mas de modo sazonal. Além da coleta, a exploração intensa reduziu também a pesca e a caça na região, que ocorrem apenas para consumo interno ou em festividades. Esta situação de redução progressiva dos recursos naturais acabou transformando a agricultura na atividade central dos Tembé.

A agricultura, principalmente de mandioca, se tornou a principal fonte de renda da população indígena da TIARG, por isso a FUNAI tem construído "Casas de Forno" nas aldeias centrais para ampliar a produção de farinha. Os Tembé, como a maior parte dos povos indígenas hoje, têm expandido as discussões sobre o desenvolvimento econômico e geração de renda. Dentro de um quadro em que a assistência da FUNAI não é suficiente para suprir as novas demandas do cotidiano indígena, as lideranças se voltam para alternativas de autonomia econômica.

Segundo Mitschein (2012), considerando esta necessidade, a Universidade Federal do Pará (UFPA), a FUNAI e o Ministério Público Federal (MPF) em 2007 se comprometeram em contribuir com a formulação de medidas para promover o "desenvolvimento sustentável" da Terra Indígena. Entre estas medidas estava o apoio técnico

e de infraestrutura para o estabelecimento de projetos agroecológicos como: a criação de animais de pequeno porte; a produção apícola; o manejo de animais de médio e grande porte; o processamento de polpa de fruta e o artesanato Tembé.

De acordo com entrevistas realizadas para minha pesquisa, com exceção do artesanato, que já era comercializado, todos estes projetos não vingaram. Lobo relatou que, em campo, encontrou boa parte das ferramentas e infraestruturas destes projetos abandonadas. Rodrigues (2009) afirma que propostas deste porte, que visam inserir ou ampliar a atuação destes povos no competitivo mercado regional, sem uma capacitação ampla, raramente dão certo, pois trata-se de uma lógica contrária às tradições indígenas. A necessidade de organizar estas questões financeiras das aldeias, produziu também a criação da primeira associação indígena deste povo, a Associação dos Grupos Tembé do Alto Rio Guamá (AGITARGMA). Atualmente esta associação é responsável por gerenciar as questões financeiras, adquirir suprimento de medicamentos e materiais para as aldeias e contratar trabalhadores da saúde.

As transformações da sociedade capitalista continuam a pressionar os territórios indígenas, até mesmo na Amazônia, região com a maior concentração de terras regularizadas. A luta por reconhecimento Tembé revela como este contexto não cessou, e continua permanentemente intensificando as formas de resistência indígena. Após a conquista da regularização, os povos indígenas precisam enfrentar as questões que dificultam a permanência na Terra conquistada: a proteção territorial e ambiental, a educação, a saúde, o saneamento básico e o crescimento demográfico.

Mesmo neste contexto conflituoso, a cultura Tembé se fortaleceu e a tentativa de expropriação foi barrada, mas não eliminada. Segundo Rios (2002), certas questões ainda precisam ser resolvidas em relação ao reconhecimento territorial e étnico como a garantia do direito à sobrevivência física e cultural dos grupos e a atuação do Estado para prevenir atos de violência que continuam a ameaçar a posse da terra, mesmo com garantia legal.

Analisando a luta desta etnia é possível compreender que o território corresponde a um espaço essencial para a reprodução do modo de vida indígena. Todas as estratégias para a conquista do reconhecimento demonstraram a importância do controle, da vigilância e da preservação da terra para que as tradições fossem mantidas. A Terra Indígena do Alto Rio Guamá não representa para seu povo uma propriedade que pode ser explorada, mas o espaço que possibilita e mantêm a vida desta população.

Segundo Raffestin (1993), o território é o produto da ação de um ator que se apropria do espaço sobre o qual projeta o seu trabalho. Os Tembé, no constante processo de resistência, fortaleceram suas práticas culturais, o que ampliou seu domínio sobre a área, mas também o confronto com os invasores. Como todas as relações em um território são campos de forças estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política, as invasões na TIARG, resultado do avanço do capital sobre a Amazônia, impulsionaram a criação desta lógica de defesa entre os indígenas.

Num contexto em que os processos de territorialização do grande capital avançam de modo violento, desterritorializando posseiros e indígenas, contraditoriamente os Tembé iniciaram, como resultado da ampliação da organização política e da demarcação, a reterritorialização, que se constituiu nesta nova relação entre etnia e território. Mesmo com a permanência das ameaças contra a terra indígena, o fortalecimento da reprodução do modo de vida indígena continua sendo a principal arma contra a expropriação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem construída da Amazônia sempre esteve ligada à legitimação da exploração de seus recursos. As comunidades tradicionais que habitam esta área sempre foram vistas como subordinadas, atrasadas e como aquelas que precisavam da modernidade, dos de "fora", para alcançar o desenvolvimento. Os distintos povos indígenas amazônicos, historicamente violentados e expropriados desde o período colonial, foram tratados como fadados ao desaparecimento, uma compreensão muito utilizada para justificar a espoliação de suas terras. O contexto conflituoso na região, principalmente no estado do Pará, e nas Terras Indígenas demonstra a insurgência, nas últimas décadas, de uma resistência à invasão em seus territórios.

A Amazônia é compreendida por Martins (1991) como uma fronteira, que se constituiu no momento em que a frente de expansão da sociedade nacional alcançou os territórios indígenas. Neste ponto os limites dos territórios passaram a se redefinir continuamente, sendo disputados por diferentes grupos. A Terra Indígena dos Tembé está neste espaço descrito pelo sociólogo, e a análise do processo de reconhecimento desta demonstra como as disputas fortaleceram seu direito territorial.

A Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) é resultado de um emaranhado de relações que se estabeleceram, muitas vezes sobre a mediação das políticas indigenistas. Estas, ao longo do processo de formação do território brasileiro, apresentaram diferentes formas e contextos de atuação, mas sempre estiveram atreladas à transformação cultural e ao controle territorial destes povos. Diferentemente da imagem elaborada sobres os indígenas, de passividade e permissividade, os Tembé aparecem como uma das várias etnias que resistiram a tentativa de descaracterização cultural e expropriação territorial. Trata-se de um povo que, na tentativa de se afastar das práticas dos aldeamentos no século XIX, se diferenciaram dos Guajajara e se constituíram em um novo território.

Considerando os aspectos da história Tembé, fica claro o que foi dito por Barth (2000): para compreender a identidade indígena é necessário analisar as distintas interações que os distinguem etnicamente. O deslocamento foi o que, para os Tembé, proporcionou novas interações e reforçou elementos da etnicidade e identidade e, com isso, deu origem à formação de uma nova fração de território no Pará. Relacionadas ou não com as políticas indigenistas, todas as interações são intrínsecas à produção territorial, gerando também constantemente transformações no modo de vida.

A interação dos Tembé com as missões religiosas, com os colonos, órgãos indigenistas, fazendeiros, empresas e madeireiras produziram tanto transformações que afastaram os indígenas das suas práticas tradicionais, como transformações que as fortaleceram. Um exemplo disto foi a constituição da Reserva Indígena com apoio da SPI na década de 1940, que produziu transformações impactantes entre os indígenas como a limitação do deslocamento, a redução da circulação de outras etnias na região e o aumento da ocupação dos não-indígenas no entorno. Ao mesmo tempo em que estas relações produziam ameaças às práticas culturais, também possibilitaram a inserção de conhecimento que beneficiaram a produção de alimentos para os indígenas que já tinham dificuldade para realizar as atividades de coleta, caça e pesca.

Diferentemente do que afirmavam pesquisadores como Galvão e Wagley (1961), as transformações no modo de vida Tembé não significaram o desaparecimento da identidade indígena. As relações, ameaças e conflitos, ocorridos ao longo da história desta etnia, permitem compreender como estas mudanças foram mecanismos na luta pela preservação, manutenção e reconhecimento do território indígena.

Atualmente, como apresentado no primeiro capítulo, os elementos tradicionais da cultural Tenetehara, da qual este povo faz parte, tem se fortalecido e estão cotidianamente nas aldeias. A retomada da Festa das crianças, do Mingau de Moça e do Moqueado, a educação na

língua indígena, a permanência das casas tradicionais e a utilização do sobrenome Tembé são exemplos do fortalecimento cultural, que convive lado a lado, como apresentado por Ponte (2014), com o crescente consumo de produtos industrializados e com a necessidade de organização da produção agrícola para o mercado regional como fonte de renda.

Esta pressão exercida pelo capitalismo no território Tembé se intensificou nos governos militares. De acordo com Oliveira (2005), neste período o acesso à titulação de terras, o comércio destes títulos e o envolvimento de determinados segmentos que ocupavam o poder no Estado, acabaram possibilitando a grilagem e os crescentes casos de corrupção. Através de projetos agropecuários e agroindustriais, incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com uma política de incentivos fiscais e creditícios, e a expansão do sistema viário, empresas capitalistas avançaram sobre a região amazônica tendo como objetivo inserir o país na economia mundializada.

As empresas CIDAPAR, MEJER& Cia e as madeireiras Marajora e Rosa se instalaram no entorno da reserva neste contexto, o que intensificou a concentração de terras no nordeste paraense. Esta situação não era exclusiva da região norte. Nos estados nordestinos, principalmente Maranhão e Ceará, este processo produzia a expulsão dos camponeses, que na condição de posseiros, migraram para a região próxima ao território Tembé. O INCRA, a SUDAM e a SUDENE estimularam esse fluxo migratório através dos projetos de colonização, que passaram a pressionar ainda mais a área indígena, ocasionando o aumento das invasões.

As constantes tentativas de expropriação no período militar estavam atreladas aos interesses financeiros, que por meio das empresas agropecuárias e madeireiras, realizaram a territorialização do monopólio, ou seja, se expandiam no campo através das relações capitalistas de produção e realizaram a fusão entre capitalista industrial e o proprietário fundiário. A concentração de terra é produto deste processo, uma vez que o capital organiza e

reorganiza o território, determinando a orientação de uso, a exploração e, ao transformá-lo em mercadoria, o seu preço.

A relação entre o Estado e os Tembé historicamente sempre foi ambígua, pois ao mesmo tempo em que assistiam os indígenas por meio dos órgãos indigenistas e do estabelecimento de políticas voltadas à preservação do território destes povos, também estimulavam a grilagem, a concentração de terras e a invasão em áreas camponesas e indígenas por meio do estímulo a projetos de desenvolvimento. Durante a demarcação da Terra Indígena do alto rio Guamá, Ponte (2014) e Lobo (2015), destacaram a morosidade e a omissão da FUNAI e do Estado na efetivação desta demarcação, o que para Martins (1991) revela sua contribuição à expansão do capital na Amazônia.

De acordo com Gonçalves (2012, p.21), desenvolver significa quebrar o envolvimento local, tradicional, para que se abra para o mundo, incorporando os padrões da modernidade, ou seja, tirando daqueles que são do lugar o poder de decidir sobre seu destino, pois, segundo esta compreensão, as populações tradicionais não seriam capazes de sair deste "estado da natureza". Por isso, mesmo seus habitantes não elaborando esta imagem da Amazônia, contribuiriam para sua permanência, por meio das relações que foram obrigados a manter contra aqueles que se apropriam de seus territórios.

Os conflitos na área Tembé se tornam cada vez mais violentos entre as empresas, indígenas e posseiros, forçando assim uma ação dos órgãos governamentais. Os indígenas, influenciados pelo CIMI na década de 1980, com a aproximação de associações do movimento indígena, iniciam a ampliação das estratégias de controle territorial, pressão sobre o poder público e tentativa de bloqueio das invasões. Os posseiros, ocupantes da mesma região, dentro e fora da reserva indígena, também se organizaram em sindicatos rurais e pressionaram o INCRA para a criação de assentamentos. No período de redemocratização do

país, a proposta da desapropriação para reforma agrária das empresas que atuavam nas áreas dos posseiros contemplava também uma grande parte do território Tembé.

Um novo problema ampliou os confrontos: além dos fazendeiros e das empresas não aceitarem a desapropriação, parte da área na qual seriam assentados os agricultores se sobrepunha à Reserva Indígena do Alto Rio Guamá. As invasões cresceram neste período de tramitação legal desta proposta, juntamente com o pedido de demarcação da terra indígena. Os indígenas passaram a radicalizar suas ações para a saída dos invasores, o que modificou ainda mais a relação entre posseiros e indígenas, a partir de então situados em lados opostos.

Tratava-se do que Ianni (1979) chamou de *contra-reforma agrária*. Propostas como esta do INCRA na região correspondem a uma tentativa de transformar a reforma agrária de fato, realizada de forma espontânea por meio das ocupações dos posseiros, em uma limitada e controlada distribuição de terras em reduzidas áreas na Amazônia. A verdadeira intencionalidade do poder estatal apareceu quando este induziu, estimulou, favoreceu e protegeu politicamente a expropriação das Terras Indígenas ocupadas por posseiros, por latifúndios e empresas que recebiam incentivos de órgãos estatais.

A conquista da Terra Indígena do Alto Rio Guamá está diretamente relacionada à compreensão dos indígenas de que, para garantir seus direitos e controlar a ocupação do seu território, era necessário compreender como funcionava o mundo dos não-indígenas e construir relações que pudessem mediar as questões internas do grupo, assim como as questões externas a ele. Os Tembé ampliam suas táticas e demonstram uma organização que acaba pressionando a realização deste processo, num momento da história brasileira em que a Constituição Federal de 1988 reformulou as políticas indigenistas.

Conforme Martins (1991), o questionamento da legitimidade, do poder dos expropriadores, do interesse de classe e da dominação que exercem através do Estado, possibilitou as vitórias deste povo. Isto não representou o fim das ameaças, mas sim o

processo de reterritorialização dos Tembé, que com o fortalecimento da reprodução de seu modo de vida e da organização política, constituíram uma nova relação entre a etnia e seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. Tembé-Tenetehara: a nação resiste. Comissão Especial de Estudos sobre os índios Tembé-Tenetehara da reserva Indígena Alto Rio Guamá. Relatório Final. Deputado Edmilson Rodrigues. Belém, 1994.

ALONSO, Sara. Os Tembé de Guamá: processo de construção da cultura e identidade Tembé. Dissertação de mestrado. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

_____. A disputa pelo Sangue: Reflexões sobre a constituição da identidade e "unidade Tembé". Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999

AMPARO, Paulo Pitanga; PORTO, Emanuel. Breve descrição e apreciação de alguns programas na Amazônia. In: Os GrandesPorjetos da Amazônia: Imapctos e perspectivas, Belém: Falângola, 1987. p.3-38.

AQUINO, Txai Terri Valle et alli. Papo de Índio. Manaus, UEA Edições, 2012

ARRUTI, José Maurício. "Propriedade ou território?". Tempo e Presença, v. 21, n. 307, set.-out.1999.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BEOZZO, José Oscar. Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

BESSA FREIRE, José Ribamar. "Portugueses, índios e a organização da força de trabalho naPan-Amazônia." In: TORRES, Sonia (org.). Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

BIGIO, Elias dos Santos. Programa(s) de índio(s): falas, contradições, ações interinstitucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960-1992). Brasília: UNB, 2007

CARNEIRO FILHO, Arnaldo; SOUZA, Oswaldo Braga de. Atlas de pressões e ameaças às terras indpigenas na Amazônia brasileira. São Paulo: Instiuto Socioambiental, 2009.

CEDI. Povos indígenas do Brasil. Coordenador geral: Carlos Alberto Ricardo. São Paulo:CEDI,1995

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo – Brasil 2007: CPT Nacional, Brasil, 2007.

_____. Conflitos no Campo – Brasil 2008: CPT Nacional, Brasil, 2008 - 2015

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2003-2005. Brasília: CIMI, 2005.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2006-2007. Brasília: CIMI, 2007.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2008. Brasília: CIMI, 2008.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2009. Brasília: CIMI, 2009.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2010. Brasília: CIMI, 2010.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2011. Brasília: CIMI, 2011.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2012. Brasília: CIMI, 2012.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2013. Brasília: CIMI, 2013.

_____. A violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório 2014. Brasília: CIMI, 2014.

CORDEIRO, Enio. Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

COUTO, Jorge. A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos no início do povoamento a finais de Quinhentos. Lisboa: edição Cosmos, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos do indio: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIAS, Claudionor Lima. O povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá: construindo vias de desenvolvimento local? Dissertação de mestrado. Núcleo de Meio Ambiente, UFPA, Belém, 2010.

DINIZ, Edson Soares; CARDIA, Laís M. A situação atual dos índios Tenetehara. Revista de Antropologia, v.22, p.79-85, 1979.

DODT, Gustavo. Descrição dos rios Parnahyba e Gurupi (1837). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

DOMINGUES, Cesar Machado. A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010.

HURLEY, Jorge. Vocabulário Tupi-Português falado pelos Tembé dos rios Gurupi e Guamá no Pará. Rev. do Museu Paulista : USP, v. 17, p. 323-51, 1931.

IANNI, Octavio. A política de contra-reforma agrária. In: Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 125-137.

GALVÃO, Eduardo. Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. Revista de Antropologia, v.5, n.1, p.67-74. 1957.

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos. São. Paulo: Editora Unesp, 2005.

GOMES, Mercio Pereira. O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade.Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Rosiane Ferreira. Autonomia e sustentabilidade indígena: entraves e desafios das políticas públicas indigenistas no estado do Pará entre 1988 e 2008. Tese de doutorado. UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém-2010.

GUIMARÃES, Iza V. P. de Freitas. Amazônia no domínio das águas: Hurley e a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938). Revista de História Regional (RHR), v. 17, n.1. Ponta Grossa, 2012

LIMA, Antônio Carlos de Souza. FUNAI. In: BELOCH, Israel ; ABREU, Alzira Alves de (Coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930- 1983. Rio de Janeiro: FVG-CPDOC, FINEP, 1984. v.2. p.1410- 1411.

LOBO, Rodrigo Gomes. Naturezas esfumaçadas: os Tembé e o mercado de crédito de carbono. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015

LOUREIRO, Violeta R. Estado, bandidos e heróis: utopia luta na Amazônia. 2ed, Belém: Cejup, 2001.

MAESTRI, Mário. Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia Tupinambá no litoral brasileiro (século XVI). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

MARCHANT, Alexander. Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2ªEdição, 2ªreimpressão. São Paulo: Contexto 2014.

_____. Os Camponeses e a política no Brasil. Petrópolis-RJ, 1990.

MITSCHEIN, Thomas A. Território indígena e serviços ambientais na Amazônia: o futuro ameaçado do povo Tembé no alto rio Guamá (PA) Belém: NUMA/UFPA, POEMA, 2012.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. 1999.

NEVES, Ivânia dos Santos. Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara: terra indígena alto rio Guamá/ Ivânia dos Santos Neves, Ana Shirley Penaforte Cardoso. Belém: IPHAN-PA, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Revista de Estudos Avançados. São Paulo: IEA USP, v. 15, n.43, 2001. p. 185-206.

_____. BR-163 Cuiabá-Satarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Org.: Maurício Torres. NBrasília: CNPq, 2005

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PAIXÃO, Antonio Jorge Paraense da. Interculturalidade e política na Educação Escolar Indígena na Aldeia TekoHaw-PA. Tese de doutorado. PUC do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. Os Tenentehar-Tembé do GUamá e do Gurupi, Povo Verdadeiro[1]: "saúde diferenciada", território e indianidade na ação pública local. Tese de doutorado.UFPA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

RABELO, Paulo César Beltrão. Os Tembé do Alto rio Guamá. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito, UFPA. Belém, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Paulo Lins Dax. Cultura e religião indígemaTembé-Tenetehar: Uma análise da Wyra'u-how. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

RIOS, A. V. "Terras indígenas no Brasil: definição, reconhecimento e novas formas de aquisição". In: A.C.S.L & M.B.H (org.). Além da tutela – bases para uma nova política indigenista III. 1.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

RODRIGUES, J. Barbosa. Rio Capim. In: Exploração e estudo do Valle do Amazonas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.

SALES, Noêmia Pires. Pressão e resistência: os índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio-Guamá e a Relação com o território. Relatório de pesquisa. Belém: UNAMA, 1999.

SARAIVA, Lena Cláudia dos Santos Amorim. Os Tembé do rio Guamá e do rio Gurupi: um estudo etnográfico do conhecimento tradicional sobre o território na construção da identidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTA-BRÍGIDA, Marluce Reis Souza. Sistema de Produção Agrícola Familiar do Posto Indígena Alto Rio Guamá-Povo Tembé. Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, PPGAA, UFPA, 2005.

SAWYER, Donald Rolfe. Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para um Frente Agrícola no Pará. Separata da Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, vol. 10, n.3, p. 773-812, 1979.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. Conflitos sociais e a formação da Amazônia. Belém: ed.ufpa, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. Estud. av. vol.8 no.20 São Paulo Jan./Apr. 1994

SUESS, Paulo. A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989. Teologia orgânica nº21 Petrópolis, Ed. Vozes 1989.

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. Os índios Tenetehara: uma cultura em transição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.